UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DIVA MARIA OLIVEIRA MAINARDI

A FORMAÇÃO DA MULHER PARA SE TORNAR POLICIAL MILITAR EM MATO GROSSO

Cuiabá

2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

DIVA MARIA OLIVEIRA MAINARDI

A FORMAÇÃO DA MULHER PARA SE TORNAR POLICIAL MILITAR EM MATO GROSSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação n Área de Concentração Educação, Cultura e Sociedade, Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular..

Orientador: Prof°. Dr°. Silas Borges Monteiro

Cuiabá

2009

M217f

MAINARDI, Diva Maria Oliveira.

A formação da mulher para se tornar policial militar em Mato Grosso. / Diva Maria Oliveira Mainardi. – Cuiabá (MT): A Autora, 2009.

107 p.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Silas Borges Monteiro.

Inclui bibliografia.

4. Mulheres. 2. Policiais Militares. 3. Otobiografia. I. Título.

CDU: 37:34-055.2

Banca Examinadora

Prof Dr. Ronilson de Souza Luiz

Prof. Dr. Naldson Ramos da Costa

Profª. Drª. Maria Augusta Rondas Speller

Prof. Dr. Silas Borges Monteiro

Profª. Drª. Nilza Sguarezi

Para

As valorosas mulheres da PMMT

A Deus, pela oportunidade;

A minha família, pelo apoio incondicional e;

A Polícia Militar, por me motivar e me proporcionar comparecer as disciplinas.

A vida tem duas faces: positiva e negativa. O passado foi duro, mas deixou o seu legado. Saber viver é a grande sabedoria. Que eu possa dignificar minha condição de mulher, aceitar suas limitações e me fazer pedra de segurança dos valores que vão desmoronando. Nasci em tempos rudes. Aceitei contradições, lutas e pedras como lições de vida e delas me sirvo. Aprendi a viver.

(Cora Coralina)

RESUMO

Esta dissertação trata de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, na área de Educação e na linha de Movimentos Sociais, Política e Educação Popular. Tem como foco as mulheres policiais militares de Mato Grosso. O objetivo é compreender a formação das mulheres policiais militares de Mato Grosso através da escuta das vivências cotidianas que compõe sua identidade profissional, utilizando o método filosófico otobiográfico e tendo como fundamento o trabalho de Monteiro feito a partir do conceito de *otobiografia* de Jacques Derrida. A metodologia da pesquisa é qualitativa. O procedimento metodológico é a escuta das *vivências* das mulheres policiais militares a partir do conceito nietzschiano de *vivência* na identificação das experiências vividas pelas policiais militares, as quais foram selecionadas no universo da Escola Estadual da Polícia Militar Tiradentes, em Cuiabá-MT. Neste trabalho procura-se trazer à luz as vivências dessas mulheres e, por meio da escuta atenta das mesmas, identificar os impulsos que tomam a palavra nas suas narrativas e que dão sentido às suas ações. Sustenta-se as seguintes proposições: que a escuta das vivências das policiais militares é um método que dá importante contribuição para a pesquisa sobre formação de mulheres em agentes de segurança pública; que a opção pela carreira geralmente não é pontual, mas construída no decorrer das suas trajetórias de vida e a partir de suas vivências; que sua identidade profissional baseia-se normalmente em modelos masculinos causando um paradoxo a ser explorado e; que o universo construído por elas é novo, único, pouco explorado — o universo das mulheres policiais militares.

Palavras-chave:
Mulheres – policiais militares - otobiografia.

ABSTRACT

This dissertation deals with a study in the Graduate Program in Education Institute of Education, Federal University of Mato Grosso in the area of Education and at the Social Movements, Politics and Popular Education. Focuses on women police military of Mato Grosso. The goal is to understand the military training of women police in Mato Grosso by listening to everyday experiences that make up its professional identity, using the philosophical otobiográfico and taking as basis the work of Monteiro made from the concept of otobiografia of Jacques Derrida. The research methodology is qualitative. The methodological procedure is to hear the experiences of women from the military police Nietzschean concept of experience in the identification of experiences by military police, which were selected in the universe of the State School of Military Police Tiradentes, in Cuiabá-MT. This work seeks to bring to light the experiences of these women and, through careful listening of them, identify the pulses that make the word in their narratives, which give meaning to their actions. Submits the following propositions: that of listening experiences of military police is a method that gives important contribution to research on training of women in public security officers, that the choice of career is usually not punctual, but constructed during the their paths of life and from their experiences and that their professional identity is based on male models usually causing a paradox to be explored and, that the universe is built for them new, unique and little explored - the universe of women police military.

Keywords:
Women - military police – otobiografia.

LISTA DE SIGLAS

UFMT — Universidade Federal de Mato Grosso

PM — Polícia Militar

PMMT — Polícia Militar de Mato Grosso

Cia. PM Fem. — Companhia de Polícia Militar Feminina

CIM — Centro de Instrução Militar

CFO — Curso de Formação de Oficiais

CFAP — Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças

RDPMMT — Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Mato Grosso

QOS — Quadro de Oficiais de Saúde

QOA — Quadro de Oficiais Administrativos

QE — Quadro Especial

QOCPM — Quadro de Oficiais Combatentes da Polícia Militar

QOCBM — Quadro de Oficiais Combatentes do Bombeiro Militar

QOSPM — Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar

QOSBM — Quadro de Oficiais de Saúde do Bombeiro Militar

CFSD — Curso de Formação de Soldados

APMCV — Academia de Polícia Militar Costa Verde

CEFET — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **11**

1 PERCURSO METODOLÓGICO..... **15**
1.1 Sobre o método **15**
1.2 Interlocutoras da pesquisa **19**

2 A INSTITUIÇÃO POLÍCIA MILITAR E SEUS AGENTES..... **21**
2.1 Breve histórico da Polícia Militar de Mato Grosso..... **21**
2.2 A instituição e seus agentes **27**

3 REFLEXÕES SOBRE GÊNERO **37**
3.1 Gênero no cotidiano..... **37**
3.2 Trabalho e maternidade..... **42**

4. PANORAMA FEMININO NAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL E DE MATO GROSSO..... **48**
4. 1 A mulher na PMMT..... **53**

5 COMO ALGUÉM SE TORNA O QUE É..... **60**
5.1 A disciplina na formação policial militar..... **71**

6 ESCUTA DAS VIVÊNCIAS..... **79**
6.1 A menina e a policial militar..... **79**
6.2 A busca pela liberdade..... **83**
6.3 Para vestir o belo uniforme azul..... **88**
6.4 Redimensionando caminhos..... **93**
6.5 Breve análise das vivências..... **98**

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... **100**

BIBLIOGRAFIA..... **103**

INTRODUÇÃO

Versa esta dissertação sobre uma pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), na área temática de Educação e na linha de Movimentos Sociais, Política e Educação Popular.

Objetivo é compreender a formação das mulheres policiais militares de Mato Grosso através da escuta das vivências cotidianas que compõem sua identidade pessoal e profissional, utilizando o método de investigação otobiográfico e tendo como fundamento o trabalho de Monteiro feito a partir do conceito de *otobiografia* de Jacques Derrida. O procedimento metodológico é a escuta das *vivências* das mulheres policiais militares que se baseia no conceito nietzschiano de *vivência* para a identificação das experiências vividas por elas, que as tornaram o que são. Essas mulheres foram selecionadas no universo da Escola Estadual da Polícia Militar Tiradentes, em Cuiabá-MT, em número de quatro, sendo duas oficiais e duas praças.

A metodologia da pesquisa é qualitativa. Alguns dados quantitativos, advindos de registros institucionais e de outras pesquisas, contribuem para a interpretação do tema investigado.

E uma vez que faço parte do universo estudado, observo os processos *de dentro*, acrescentando propriedade às escutas, pois, segundo Nietzsche, esse posicionamento torna a escuta mais reverberante e mais próxima da compreensão das experiências que as trouxeram até a profissão de policial militar. Se esta pesquisa tem um objeto de estudo, este é o conjunto dos textos das narrativas das policiais militares que foram ouvidas.

A questão que conduz esta pesquisa é *como a mulher se torna policial militar*, mesmo diante de toda carga cultural a que é submetida desde a mais tenra idade, até deparar com o universo policial-militar. Este não é apenas palco de uma profissão que

lhe abre as portas, mas ambiente que se mostra hostil, no limite, impregnado de valores histórica e culturalmente masculinos. Em decorrência dessa questão, emergiam outras: Que vivências as trouxeram à profissão de policial militar? Em que momento de sua trajetória de vida decidiram por esta carreira? De que maneira percebem sua identidade profissional hoje?

Tendo em vista o núcleo investigativo — *mulheres que se tornam policiais militares* —, a proposta deste trabalho é, a partir da interpretação de suas narrativas, conhecer o que as impulsiona, quais suas motivações, bem como a direção e o sentido que dão forma às suas trajetórias pessoais e profissionais. Portanto, neste trabalho procuro auscultar as vivências dessas mulheres e, por meio da *escuta* atenta, identificar os impulsos que tomam a palavra em suas narrativas e que dão sentido às suas ações.

Com quase quinze anos de caminho trilhado no serviço policial militar, atualmente sou major PM e sirvo como Diretora/ Comandante da Escola Estadual da Polícia Militar "Tiradentes". Interessei-me pelo mestrado em Educação quando ainda servia na Academia de Polícia Militar Costa Verde como capitã PM. Porém, nessa época, já contava com dois trabalhos de pesquisa sobre a mulher na PMMT. Após esses estudos que me serviram de base, continuei interessada em compreender a realidade feminina dentro da Instituição PMMT.

Após estudar o universo das policiais gestantes na PMMT, durante um curso de especialização, com todas as peculiaridades que uma gravidez pode apresentar, principalmente estando inserida no contexto das atividades de polícia ostensiva, uma nova pergunta tomava forma em minha mente: *como a mulher se tornava policial militar?* Era a continuação de minhas dúvidas e curiosidades da pesquisa anterior, que tinha a sensação de ter deixado inacabada e, por isso, precisava seguir investigando essa realidade. Mais que isso. Precisava desvendar o encontro da mulher com a policial militar, esse novo modelo de profissional que se construía, o novo universo que se criava e do qual também faço parte.

Quando acreditava terem-se esgotado as possibilidades de métodos de pesquisa que atendessem às minhas necessidades como pesquisadora, deparei com mais este desafio: investigar as mulheres da PMMT utilizando o método *otobiográfico*.

A princípio, diante do desconhecido, tive receio de não conseguir usá-lo adequadamente, ou, então, de me decepcionar e não alcançar minhas expectativas de realização com um novo método, apesar de constar dentro da perspectiva qualitativa que

era o que eu priorizava. Acostumada que estava às análises do coletivo que se apresentavam diante de mim pelos dados estatísticos, senti-me insegura, em princípio, com a abordagem otobiográfica.

Quando comecei a aplicar o método, percebi quanto alcançava as necessidades do estudo e quanto poderia ir além do desejado, quantas possibilidades se abriram diante de mim para analisar o universo feminino na instituição com a riqueza dos relatos que ouvi e transcrevi. Antevi que era possível encontrar o ser feminino, policial militar e humano em cada experiência relatada. Uma identidade? Quem sabe? A pesquisa qualitativa, em seu viés mais contrário ao positivismo, apresentou-se de forma coerente dentro da perspectiva na qual me propunha realizar o estudo, exatamente e, principalmente porque faço parte do universo e realidade em apreço. Por isso, não há falar em pesquisadora e sujeitos, pois, neste estudo, as policiais que relatam suas vivências deixam seus textos que integram o conjunto das reflexões apresentadas no trabalho, juntamente com o meu texto, e ajudam a delinear o perfil da mulher PM.

A dissertação está estruturada da seguinte forma:

No primeiro capítulo desfila-se o percurso metodológico, ou seja, os procedimentos realizados, dentre os quais se destaca a abordagem teórico-metodológica de escuta das vivências das mulheres policiais militares, fundamentada no trabalho de Monteiro, que encampa o conceito de *otobiografia* de Jacques Derrida. E, num segundo momento, faço breve apresentação de minhas interlocutoras no trabalho.

Já no segundo capítulo descortina-se uma contextualização do leitor sobre o universo policial militar, recorrendo a breve histórico da Polícia Militar de Mato Grosso. Em seguida é feita uma abordagem sobre a missão de segurança pública, seus meandros e dificuldades, e uma discussão sobre seu instrumento de trabalho — a força.

O terceiro capítulo faz uma abordagem sobre gênero do ponto de vista das relações cotidianas e do mercado de trabalho. A maternidade é discutida mostrando-se alguns indicadores sociais que pesam para as mulheres no momento de se decidirem por ingressar nesse mercado, quando tem de optar por determinadas carreiras e quando entram em disputa por vagas para promoção profissional.

O quarto capítulo encarta um panorama da mulher nas polícias militares do Brasil, na tentativa de evidenciar um perfil geral dessas profissionais. Por igual, apresentam-se alguns dados das policiais militares de Mato Grosso, baseados em estudos decorrentes de amostras. Por sinal, revelaram-se suficientes, dentro da perspectiva que tínhamos em não criar expectativas quanto às interlocutoras antes que

estas fossem devidamente apresentadas através de seus textos. Ainda neste capítulo, reporta-se a uma contextualização do momento histórico, político, econômico e social pela qual o Brasil passava, tendente a possibilitar entender os motivos que levaram à criação do efetivo feminino na Polícia Militar no Estado de Mato Grosso. Mais que isso até: pretendeu-se pôr a lume quais as perspectivas que aguardavam essas mulheres ao ingressar na instituição PMMT.

No quinto capítulo, fez-se uma análise da legislação que norteia a formação de pessoas com o objetivo de se tornarem policiais militares, sobrelevando o fator disciplina no engendrar a identidade policial militar, em especial a da mulher PM. Intento é esclarecer ao leitor os caminhos que essas mulheres tiveram que percorrer e os possíveis fatores que influenciaram para que se tornassem o que são.

As vivências de cada uma são comentadas no sexto capítulo. Aí são analisadas as narrativas de uma tenente, de uma cabo, de uma soldado e a minha própria, autora das escutas.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

1.1 SOBRE O MÉTODO

O método empregado se denomina *Otobiografia*, baseando-se na *escuta das vivências* das mulheres policiais militares de Mato Grosso.

De acordo com Monteiro[1], o termo aflora com base na obra do filósofo francês Jacques Derrida, intitulada *Otobiographie*, que o apresentou pela primeira vez em uma conferência nos Estados Unidos em 1976. No *Novo Dicionário Aurélio*, o prefixo *oto* significa ouvido. Portanto, retrata o órgão da fisiologia humana que tem a função de captar os sinais sonoros, ou seja, que nos possibilita ouvir. Dessa forma, *otobiografia* pode ser entendida como *ouvir a biografia*. Mas um *ouvir* que não se restringe à captação de sons, tampouco se prende apenas a um exame de textos do tipo estruturalista, mas: "Opta por questionar a *dynamis* do texto, designando-a como força, potência virtual e móbil que dão ao texto vivência".[2]

Mais do que examinar os movimentos que produzem textos, refazendo percursos, como orienta o método estrutural, a otobiografia não pretende expulsar a vida do autor que impulsiona suas mãos na produção escrita e, muito menos, a ótica do leitor que encaminha pensamentos diversos no momento da interpretação do que vê e ouve. Nesse sentido, este trabalho não aparta as vivências da autora. Escrevo e transcrevo textos narrativos — elaborados a partir de depoimentos gravados —, movida e impregnada por minhas próprias experiências e, de outra forma não poderia ser, pois sou impulsionada diante das situações a fazer *escolhas* determinadas. A fala e a criação do texto somente podem tomar forma se traduzirem uma condição interna e pessoal, uma vivência correspondente na pessoa que escuta que a torna capaz de transformar tudo isso em escrita. E, à medida que transcrevo, à medida que as policiais falam sobre suas vivências, está em curso um processo de reflexão.

De acordo com Scarlett Marton: "[...] reflexão filosófica e vivência são indissociáveis [...] ressignificação. Ao lembrar, ressignifico; e, ao fazê-lo, procuro — ainda uma vez — atribuir sentido a uma existência."[3] Dessa forma, com a fala de suas vivências, as policiais, interlocutoras nesta pesquisa, têm a oportunidade de reencontrar significados às suas escolhas e às suas experiências de vida, passando, assim, a entender

---

1 MONTEIRO, Silas B., 2004.
2 Idem, ibidem, p. 65.
3 2004, P. 10.

e a tomar outro ponto de vista em relação aos espaços que ocupam na sociedade e na Instituição que servem.

Elas falam a si mesmas, sobre seus erros e acertos, sobre suas competências e dificuldades, sobre aquilo que lhes marcou o curso da vida.

Baseado no pensamento nietzschiano de que só se escreve sobre aquilo que se vivencia, é que a otobiografia se afasta do psicologismo filosófico do início século do XX, pois se ancora na assinatura dos escritos, ou seja, o autobiográfico com o sentido que Monteiro descreve:

> O que está em questão não são os acidentes empíricos que marcam o trajeto do nascimento à morte. ‘ [...] ele não é autobiográfico porque o signatário conta sua vida, o retorno de sua vida que passa como vida e não como morte; mas porque essa vida ele a conta para si, ele é o primeiro senão o único destinatário da narração’. Tecnicamente, a Filosofia chama isso de reflexão, pois é o retorno do pensamento sobre si mesmo, destinando a si mesmo sua descrição, análise e avaliação.[4]

A metodologia adotada neste trabalho leva em consideração as experiências de vida que deixaram marcas, que foram origem ou causa de concepções geradas, de crenças desenvolvidas, de tomadas de atitude, de opções realizadas, enfim de todas as transformações pelas quais foram passando no decorrer de sua trajetória e que as tornaram policiais militares.

Não se trata, pois, de confundir os relatos com uma espécie de terapia. Na otobiografia, as falas das policiais são analisadas sem se buscar um sentido oculto, uma essência para além do que está sendo dito. Além disso, associa-se ao relato a interpretação dada por mim, autora, que transcrevo o que escuto, porque: “Não se tem ouvido para aquilo a que não se tem acesso a partir da experiência.” [5] O fato de ser também eu uma policial militar com quinze anos de carreira, efetivamente, na instituição, torna a escuta mais reverberante e sua ressignificação mais próxima da descoberta das experiências que as trouxeram até a profissão de policial militar.

É neste ponto que se encontra a diferença básica entre o conceito aplicado por Monteiro, o otobiográfico, e o estruturalismo. Este, que surgiu com o estudo da linguística por volta do século XX, tinha como objetivo encontrar um símbolo que remetesse a uma experiência fundante. Esta, por sua vez, seria parte de uma estrutura comum a todas as pessoas, que as tornaria portadoras de certas propriedades universais.

---

[4] MONTEIRO, 2004. p. 66.
[5] NIETZSCHE, 1995, p. 53.

Nietzsche já dizia sobre a busca de uma *natureza* humana: "[...] estabelecer a finalidade do homem significaria impedir os indivíduos de se tornarem individuais e convocá-los a se tornarem *universais*. Não deveria, ao contrário, todo indivíduo ser a tentativa de *alcançar um gênero superior ao homem*, em virtude de seus aspectos mais individuais? [6]".

Porém, o método que utilizo aqui, privilegia o caminho inverso. Não quer encontrar um sentido simbólico, mas, sim, busca partir das próprias vivências que se destacam por modificar o curso na vida dessas mulheres, levando-as a decisão de ingressar na PMMT. Mantêm-se a individualidade do *eu*, as marcas pessoais e a pluralidade de suas experiências.

Esse *eu* não se encaixa nas representações sociais, nas ciências sociais ou na psicologia, exatamente por não se apresentar único, idêntico, estável, mas, sim, plural, múltiplo de impulsos, desejos e paixões que o determinam. Ou seja, esse *eu* abordado carrega consigo sua relação com o mundo e consigo mesmo, criando-se e fazendo-se através de suas vivências; é um indivíduo relacional.

Por isso, a importância de ouvir o relato de toda uma vida, desde a infância, escolaridade, fatos ocorridos em família, com amigos e parentes, fatos que acompanham ou antecedem decisões importantes e influenciam mudanças de rotas. E nesse *falar*, as participantes da pesquisa acabam por fazer uma reflexão sobre sua própria trajetória, encontrando seu próprio sentido de existência.

Por prestigiar o sujeito com sua história vivida é que a otobiografia, utilizada por Monteiro, continua nesse caminho, afastando-se do estruturalismo. Sem desmerecer a importância dos códigos e das estruturas, questiona apenas a origem de tudo isso, trazendo à tona a figura do emissor e as vivências que o conduzem e produzem essas estruturas. E assim, Marton, parafraseando Simone de Beauvoir, diz que não nasceu sujeito, mas tornou-se sujeito. Acrescenta: "Ser sujeito não é um estado, mas uma série de movimentos."[7] Com esta afirmação, a autora ressalta a pluralidade de experiências que o sujeito absorve, sob a ótica sartriana, embora sem *suprimir o solo original*, mas transformando-o em uma variedade de sujeitos, de sorte que, "um texto poderia muito bem fazer-se a partir da terceira [pessoa] do plural".[8]

---

6 NIETZSCHE, *Fragmentos póstumos* 6 [158] de 1880 à primavera de 1881.
7 MARTON, 2004, p. 220.
8 Idem, ibidem.

É por isso que, ao ressaltar a importância da elaboração de narrativas de vida que marcaram caminhos e de destacar que, além de sua relação consigo mesmo, o indivíduo se faz também em sua relação com o mundo, emerge a necessidade de um panorama nacional do período que compreende a admissão e abertura de vagas para mulheres e da trajetória para a inserção do próprio grupo feminino na PMMT. Isso facilita melhor compreensão do universo em que estão envolvidas e dos valores que lhes são postos.

Além disso, nesse caminhar entre as vivências, é possível que depare com alguma estrutura nas próprias vivências, algo que seja marcante em todos os relatos e que venha a mostrar um elemento comum desencadeante e responsável por evidenciar a rota da profissão de policial militar a essas mulheres.

O termo *vivências* usado aqui carrega o significado criado por Nietzsche, ou seja, experiências que marcaram o curso da vida, responsáveis por mudanças de atitudes, de comportamentos, que sinalizam algo novo, diferente, e que determinam escolhas, pois: "Nossas vivências determinam nossa individualidade, e isso de tal sorte que essas impressões afetam o nosso indivíduo até a última célula."[9] O autor se refere à fisiologia humana para ressaltar o caráter marcante das vivências nas pessoas. E esse é o sentido buscado nas falas das policiais interlocutoras na pesquisa.

O termo *escuta* aparece como interpretação, mas não patenteia simplesmente uma relação de pesquisador e sujeitos pesquisados. Quer mostrar e trazer à tona a *vontade de potência* na trajetória das mulheres policiais e, nesse sentido, tê-las como coautoras da pesquisa:

> Para ouvir as *vivências* deve-se assumir o emissor como produtor de conhecimento qualificado. Portanto, as produções escritas não podem ser tomadas como objeto, pois na coincidência entre obra e autor estaríamos, no limite, tratando-os como objeto de pesquisa. Teríamos um problema ético ao tratar sujeitos como objetos: haveria prática de violência.[10]

Somada a isso a interpretação que a autora faz das vivências, pois sou eu quem transcreve aquilo que é dito, gravado, ouvido e interpretado. É uma análise sobre as *forças* presentes na narrativa e apresentadas através das falas das vivências. Dessa forma, as interlocutoras — aqui também me incluo — se apresentam a si mesmas, indagando-se *como se tornaram o que são.* Essa é a pergunta que norteia todo o trabalho.

---

[9] NIETZSCHE, 1978. Fragmento póstumo de verão de 1872 ao fim de 1874.

[10] MONTEIRO, 2006.

Para Nietzsche, essa questão está indiscutivelmente ligada a seu conceito de *vivências* e quem trilhar por este caminho irá deparar com seu *eu* que se constitui através do relato para si mesmo, aflorando como palco dos acontecimentos. Tanto é assim que inicia Ecce Homo dessa forma: "Prevendo que dentro em pouco devo dirigir-me à humanidade com a mais séria exigência que jamais lhe foi colocada, parece-me indispensável dizer quem sou".[11] Somente percorrendo esse caminho é que, de acordo com o autor, é possível realizar a *transvaloração dos valores,* um conceito que põe à prova os valores estabelecidos culturalmente.

Seguindo essa linha de pensamento, as falas e a escuta dos textos produzidos na pesquisa tornam possível a reflexão sobre experiências vividas tanto pelas próprias interlocutoras, quanto pelas demais pessoas que se identificarem com os relatos, criando um caminho para a avaliação dos valores postos pela sociedade e, consequentemente, pela instituição PMMT. Apesar de não ter sido essa a intenção de Nietzsche, essa postura pode tomar contornos críticos, dependendo do ponto de vista adotado.

1.2 INTERLOCUTORAS DA PESQUISA

Trata-se de pesquisa qualitativa, em que as interlocutoras são as mulheres policiais militares da capital de Mato Grosso, escolhidas do efetivo da Escola Tiradentes, as quais foram *ouvidas* e autorizaram o uso da transcrição de suas vivências, bem como sua identificação, mesmo porque não faria sentido se assim não fosse. O local foi assim determinado por ser de fácil acesso à pesquisadora e por proporcionar contato mais fluido com essas mulheres.

Após breve levantamento na Diretoria de Recursos Humanos da PMMT, foram encontrados alguns dados com os quais trabalhei — serão apresentados adiante —, sem, no entanto, me prender a isso por enfatizar o caráter qualitativo desta pesquisa. Esse levantamento enseja um panorama que supre as necessidades deste trabalho, qual seja fazer uma apresentação geral do quadro situacional das mulheres na PMMT, preservando, porém, a singularidade das pessoas que serão conhecidas ao longo do trabalho. Tomo o cuidado de não imprimir propriedades universais a essas mulheres, antes de serem devidamente apresentadas por meio de seus textos.

São elas: duas representantes das praças e duas representantes das oficiais.

---

[11] NIETZSCHE, 1995, p. 17.

O critério de afinidade na escolha das interlocutoras foi determinante, pois somente assim seria possível uma escuta com o mínimo de barreiras hierárquicas que pudessem bloquear o processo da reflexão e da fala. Além disso, o local escolhido para os encontros, que levaram cerca de uma hora e meia cada um, foram sempre nas residências das policiais ouvidas, o que facilitou a fluidez das falas de suas vivências.

Vale destacar que, como integrante desse universo de policial militar e mulher, e trabalhando com as policiais ouvidas como coautoras nesta pesquisa, não poderia me furtar a analisar também meu próprio texto que serve de base, de ponto de partida para a escuta das vivências das demais policiais. Assentada em minhas próprias reflexões, começo a buscar, nas outras falas, o que há de singular e o que pode haver de similar na trajetória de cada uma.

2 A INSTITUIÇÃO POLÍCIA MILITAR E SEUS AGENTES

2.1 BREVE HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO[1]

Nobre a missão de segurança
Nessa terra colosso
Dos brasileiros a esperança
O Estado de Mato Grosso.

Defendendo a sociedade
Com energia e braço forte
Lutando com tenacidade
Não temendo a própria morte.

Nos cerrados e nas campinas
ou nas vilas e cidades
A PM é disciplina,
É ordem, é tranquilidade.

Nas guerras e nas calamidades,
Na paz e na prosperidade,
Guardando essa gente varonil,
No Centro-Oeste do Brasil.[2]

Importante citar algumas passagens históricas de destaque para a construção do Estado de Mato Grosso que envolveram sua Polícia Militar, principalmente para esclarecer que, muito antes de as mulheres ingressarem na Instituição, a atividade de segurança pública já vinha sendo delineada. Igualmente, as qualidades necessárias ao bom policial militar já vinham sendo construídas social e culturalmente, assentadas nas lutas corporais, em conflitos civis, marcados pela violência, morte e pela disputa de poder. Disso tudo, por 148 anos, a mulher esteve excluída, encontrando mais tarde um legado de experiências em que não pode se reconhecer.

Inicio essa viagem histórica assinalando que, em Mato Grosso, a presença de um corpo policial no Estado data de 1753 e se justificava apenas pela presença de representantes da Monarquia portuguesa e pela descoberta de ouro em Cuiabá. Segundo os autores, em 18 de agosto de 1831, fora criada a Guarda Municipal, evidenciando a missão de segurança pública no Estado. Porém, em 1834, os mato-grossenses, unidos com os

[1] Este apanhado histórico da PMMT, eu o fiz baseada em Ubaldo Monteiro (1985) e em Siqueira (2002).
[2] Canção da PMMT. Letra e música do cel. PM Antonio Ayres Nogueira Neto.

guardas municipais, realizaram tamanha desordem na cidade, saindo durante a noite arrombando prédios comerciais, residências e assassinando muitos portugueses.

Esse movimento que teve como motivação a insatisfação da população mato-grossense, por conta da situação de miséria em que vivia e pelo domínio econômico dos portugueses, fora um dos mais importantes na história do Estado, ficando conhecido como Rusga. Nesse período, também ocorreram a Cabanada no Pará (1832), o Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835), a Cabanagem igualmente no Pará (1835), a Sabinada na Bahia (1837) e a Balaiada no Maranhão (1838).

Com a Rusga, a Guarda Municipal ficou desmoralizada e desacreditada pelas autoridades. Bem por isso, foi extinta e, em seu lugar, fora criado o *Corpo Policial Homens do Mato* ainda em 1835, com funções definidas pelos interesses políticos do governo da época, cujo intento primeiro era caçar escravos fugitivos:

> Artigo 1° - Criar-se-á desde já, nesta cidade, um corpo policial com denominação de "HOMENS DO MATO", que será distribuído pelos distritos do município, como melhor convier ao Governo Provincial.
>
> Artigo 2° - Este Corpo será composto de um comandante ou capitão, 3 cabos e 24 soldados em 3 esquadras, com os vencimentos diários de:
>
> Capitão – cem réis;
>
> Cabos – noventa réis;
>
> Soldados – oitenta réis, além da etapa quando saírem em diligências.
>
> Artigo 3° - As despesas serão pagas pela Câmara Municipal da Capital, das sobras que houver nas quantias consignadas na Lei de Orçamento de 1835 a 1836, para suas despesas.
>
> Artigo 4° - Além dos vencimentos de que trata o artigo 2°, ficam pertencendo, aos indivíduos deste Corpo, as tomadas de escravos estipulados no antigo regimento de Capitão do Mato, que lhes serão pagos pontualmente pelos respectivos senhores.
>
> Artigo 5° - O alistamento para formação deste Corpo será feito pelos Juízes de Paz, por ordem do Governo em todo o município, e dele só serão excluídos:
>
> § 1° - Os bêbados habituais, ladrões conhecidos e incorrigíveis;
>
> § 2° - Os menores de 16 anos e maiores de 50 anos;
>
> § 3° - Os casados que tratam de suas famílias e os que vivem honestamente de seus trabalhos, comércio ou ofício.[3]

O modelo de Estado instaurado pelos portugueses serviu de base para o modelo de polícia constituído no Brasil, resguardando os interesses das elites, garantindo as relações políticas senhoriais e a ordem liberal burguesa.

---

[3] MONTEIRO, 1985, p. 14. Trecho do decreto de criação dos Homens do Mato.

A Força de Polícia participou ativamente na Guerra do Paraguai ocorrida entre os anos de 1865 e 1870, como nos conta Monteiro:

> Não há negar que a pequena polícia de Mato Grosso participou dessa retomada [de Corumbá em 1867], pois para o feito não ficou homem válido em Cuiabá, conforme se vê dos anais. "No ano de 1865, a pequena polícia cuiabana esteve com seus componentes em apuros – os vencimentos atrasaram durante alguns meses." Em 1868, após a retomada de Corumbá e retorno da tropa, a população de Cuiabá ficou reduzida de doze mil almas para cerca de metade, pois a varíola grassou violentamente e dizimou civis e parte do efetivo da polícia, deixando os cuiabanos em situação angustiante.[4]

Se bem assim, seu caráter militar veio somente em 1891, quando passou a chamar-se *Força Pública*, já em período republicano. Nessa época, sua missão era garantir a segurança das instituições da República no Estado e a manutenção da ordem. E, acrescente-se a isso, o que diz a Constituição Pública de Mato Grosso em seu artigo 65: "Todos os habitantes do Estado, salvas as restrições legais, são obrigados a pegar em armas para sustentar a sua autonomia e integridade, e defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos [...]" e quanto ao ingresso, diz o Regulamento da Força Pública[5], em seu artigo 6°: "Terão praça na FORÇA POLICIAL os cidadãos brasileiros e estrangeiros de boa conduta".

Durante a primeira República, houve oscilações políticas tanto em Mato Grosso como no país, devido à disputa de poder entre os coronéis. Figura famosa em todo o Brasil republicano, "[...] eram homens ricos e proprietários de terras, pessoas influentes politicamente que haviam sido agraciados, durante o império, com patentes da Guarda Nacional, correspondentes àquelas do Exército, sendo que a maioria deles era chamada de coronel, porém eram coronéis civis, da Guarda Nacional".[6]

Dentre essas oscilações políticas, destaca-se o massacre de Rosário Oeste, que ocorreu após a queda de Manuel José Murtinho do governo, em 1892. Vale a pena aqui relembrar o fato histórico: com a troca do governo, houve resistência em Rosário Oeste. Então, uma tropa da *Força Policial*, com cinqüenta homens e mais o alferes Cunha e Cruz e Gomes da Silva, partiu a pé para a cidade. Lá, o comendador Gabriel de Moraes propôs paz

---

4 MONTEIRO,1985, p. 25.
5 Apud MONTEIRO, 1985, p. 32.
6 SIQUEIRA, 2002, p. 156.

e a *Força Policial* resolveu descansar no largo da cidade, porém não contava com a traição do comendador que, na calada da noite, atacou a tropa policial. Nesse massacre, sobraram apenas oito pessoas.

E assim, a PMMT, que durante longo tempo recebeu diversas denominações até chegar ao que conhecemos hoje, se viu envolvida em fatos de destaque no Estado e, em 1917, teve seu caráter militar reforçado através do Decreto n. 22 e Aviso n. 892 de 23 de novembro[7], quando as polícias brasileiras foram declaradas Forças Auxiliares do Exército e reserva de 1ª linha em caso de guerras.

Outro fato histórico em que se viram envolvidas nossas tropas de polícia ocorreu no ano de 1926 quando a Coluna Prestes chega a Mato Grosso, liderada por Luís Carlos Prestes, conhecido como Cavaleiro da Esperança. A marcha tinha a pretensão de conquistar a população por onde passasse para um levante contra o sistema de governo à época, fazendo com que a *Força Pública* trabalhasse juntamente com o Exército para conter os revoltosos. Entre as lideranças que tentaram conter a Coluna Prestes estavam os tenentes Neteslau Braschtel Dewulsky e Antônio de Sales Accioly no comando das tropas, tombando durante a resistência.

De acordo com a Lei n. 192 de 17 de janeiro de 1936[8], que reorganizou as polícias militares do Brasil, estas continuavam como reserva do Exército, para exercer as funções de vigilância e garantir a ordem pública. Apesar de seu efetivo ser formado por alistamento voluntário de brasileiros natos, os comandos seriam destinados aos oficiais do Exército, até mesmo o cargo de comandante-geral. Seu uniforme e provimento também seriam fornecidos pelo Exército, a formação e instrução dos policiais seria baseada nos regulamentos do Exército, obedecendo à sua orientação, dirigida obrigatoriamente por seus oficiais.

A definição legal de *força auxiliar* e *reserva das forças armadas* para possível empenho em guerras, bem como seu caráter militar objetivava manter a instituição sob o comando do Exército, assim como a subalternidade do comandante-geral à sua cúpula. Além disso, durante um longo período, os cursos na PM permaneceram subordinados às diretrizes definidas pela Inspetoria-Geral das Polícias Militares, órgão do Exército.

---

[7] Apud MONTEIRO, 1985, p. 52.
[8] Idem, ibidem.

Com a democracia veio também, em 29 de julho de 1947, a denominação de Polícia Militar. Já a Constituição de MT, promulgada nesse mesmo ano, mencionava em seu artigo 136 a missão da PM e novamente seu caráter militar, considerada força auxiliar do Exército Nacional. Continha, porém, uma modificação presente em seu artigo 138 sobre a organização e a instrução que seriam reguladas por lei federal.

Em 1951, sob o comando do tenente-coronel Daniel de Queiroz, insatisfeito com a produtividade da tropa, fora criado o Centro de Instrução Militar[9] da PMMT com a primeira turma de Curso de Formação de Oficiais declarados aspirantes no ano de 1953. Assim permaneceu o funcionamento da Escola de Oficiais até 1960, no governo Ponce de Arruda, quando fora fechada, porém o CIM continuou formando cabos e sargentos, com corpo docente formado de oficiais oriundos do próprio CIM. Depois que o CFO fora fechado em Mato Grosso, os demais oficiais continuaram sendo formados em outros Estados, principalmente em São Paulo, Goiás e Minas Gerais.

Em 1967, é promulgada a nova Constituição do Estado de Mato Grosso, sem alterações em seus artigos que dissessem respeito à PMMT. No entanto, mudanças na estrutura orgânica do Estado foram importantes para a Instituição, como a criação da Secretaria de Segurança Pública e a Inspetoria-Geral das Polícias Militares do Brasil[10]. Durante os anos seguintes, o Comando-Geral da PM recebeu diversos documentos da IGPM, regulando o procedimento de matrículas e fazendo recomendação sobre instruções.

Em substituição ao antigo CIM, fora criado o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMMT em 1973, sendo instalado, em princípio, no prédio do 1° Batalhão e, em 1979, deslocando-se para a cidade de Várzea Grande, onde hoje funciona a Academia de Polícia Militar Costa Verde.

Em 1978, fora aprovado o Regulamento Disciplinar da PMMT, pois até esse momento se usava o Regulamento Disciplinar do Exército. Apesar dessa modificação, o RDPMMT mantinha a orientação do original, com ênfase nos rígidos valores militares.

O livro de Ubaldo Monteiro[11] ainda registra brevemente a criação da *Polícia Feminina*, como chamou o corpo de 33 jovens incluídas como soldados depois de serem aprovadas em exames de seleção e frequentarem curso de formação para o cargo.

---

[9] CIM.
[10] IGPM.
[11] MONTEIRO, 1985, p. 180.

Já em 1988, a missão da Polícia Militar ficou definida através da Constituição Federal Brasileira, da seguinte forma:

> Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
> [...]
> V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.
> [...]
> § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; [...]
> § 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

E assim, seguindo essa orientação federal, em 1989 Mato Grosso também menciona o caráter e a missão da Polícia Militar no texto da Constituição Estadual que enfeixa estes dizeres:

> Art. 80. A Polícia Militar, instituição permanente e regular, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina, é dirigida pelo comandante-geral.
> Parágrafo único: A escolha do comandante-geral é de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, dentre os oficiais da ativa do Quadro de Oficiais da Polícia Militar do último posto de carreira.
> Art. 81. À Polícia Militar incumbe o policiamento ostensivo, a preservação da ordem pública e a polícia judiciária militar, além de outras atribuições que a lei estabelecer.

Independentemente de permanecer vinculada ao Exército Brasileiro, a PMMT conseguiu certa autonomia com a conquista da liberdade de escolha de seu comandante-geral dentre os oficiais de seus próprios quadros. A ideologia militarista, difundida nos cursos de formação, fortaleceu a idéia de combate, a existência de um inimigo, a importância da força e vigor físico e o autoritarismo[12]. Essa cultura do ofício acabou por modelar as práticas de controle social formadas ao longo da história em Mato Grosso, como no país, fundadas no uso indiscriminado da força e práticas truculentas, imprimindo nos agentes a cultura de *caça ao inimigo* na sociedade.

Esse processo excluiu, por longo tempo, a mulher das fileiras da PMMT devido à valorização de características consideradas pela cultura social como masculinas, tais como

---

[12] COSTA, 2004, p. 320.

força física, embate e desprendimento. Por isso, seriam incompatíveis com o que se esperava de uma mulher: ser meiga, conciliadora, do lar, dependente, mãe e esposa dedicada.

2.2 A INSTITUIÇÃO E SEUS AGENTES

Segundo Anthony Giddens[13], nenhum estado pré-moderno foi capaz de se aproximar do nível de concentração administrativa dos Estados-nação da modernidade. Estes se caracterizam pelas condições de vigilância que possuem para a supervisão das atividades da população, porque nem sempre o poder político teve forças militares que o apoiassem de forma estável e nem sempre também conseguiu manter o monopólio dos meios de violência, o que seria privilégio das civilizações modernas. Sobre isso, Foucault já acentuou, em *Vigiar e Punir*[14], que as polícias são como o olhar sem rosto do poder político, que está em toda parte, colocando a população como se fosse em um único campo de percepção.

As polícias e as forças armadas fazem parte desse aparato e do controle dos meios de violência, funcionando como uma base do poder administrativo. Se, de um lado, as forças armadas se voltaram para "fora" do território nacional, cuidando da segurança nacional contra inimigos externos, as polícias se preocupam em manter o controle de "desvios" internos. Melhor dizendo: a força policial difere da força puramente militar pelo fato de que é utilizada na ordem das relações internas de uma sociedade política. Já na ordem das relações externas, cabe às forças armadas — exército, marinha e aeronáutica—, intervir.

As instituições policiais militares são organizações de pessoas concursadas dentro de um recorte da administração pública e burocrática que se inspira na pirâmide da hierarquia e disciplina militares. Elas estão intimamente ligadas à legitimidade de um governo, pois a capacidade deste, no manter a ordem e a segurança em meio à população, depende dessas organizações.

Dessa forma, a Constituição Brasileira encarta em seu artigo 144, parágrafo 5°: "Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...]". Assim,

---

[13] 1991, p. 63-65.
[14] 1987, p. 176.

tornou-se comum, entre os estudiosos do assunto, pensar polícia como aquela organização que foi autorizada pelo Estado a fazer valer esse monopólio, através do uso da força legítima[15]. Ou seja, na perspectiva de quem a instituiu, a polícia pode utilizar a coerção física para manter a ordem e a segurança, dentro de um território político determinado, através da aplicação de leis e regulação de conflitos interindividuais. Porém, a legitimidade que sustenta as polícias, não provém somente do poder do Estado, mas também da própria população que vê como necessária essa instituição que tem, concomitantemente a tarefa de zelar por seus direitos.

A questão aqui aduzida é que a *força* é geralmente estudada em seu âmbito de constrangimento físico, valor de que ela também pode se revestir, porém não é somente nesses termos que é preciso destacá-la neste trabalho. Como o foco aqui é a mulher, importante se faz visualizar outros condicionantes da *força*, que não somente o físico, pois, culturalmente, a mulher não a possui. Em seu outro aspecto de interpretação, diria, mais amplo, a força quer dizer também uma potência ou uma possibilidade de exercer-se mesmo que não venha a ocorrer. E até mesmo essa possibilidade gera coerção, hierarquia, poder de um sobre o outro ou outros, que pode se apresentar em qualquer natureza de relação e em qualquer momento do cotidiano, como um poder disperso microscopicamente a prender as pessoas, todos nós, sem que possamos nos dar conta disso, na maioria das vezes. Esse é o poder do qual Michel Foucault discorre e que, segundo Lebrun[16], não foge ao poder coercitivo: de soma zero, ou seja, sempre existe alguém com poder que sobressai numa relação com alguém sem poder. Então, até mesmo a *autoridade* depende do poder, segundo Lebrun, porque: "[...] é fato que a certeza da impunidade mostra logo como é frágil o respeito pela autoridade".[17]

Na prática, isso quer dizer que a polícia pode fazer uso de força ou demonstrar que tem esse potencial suficiente contra qualquer pessoa ou grupo que tente desequilibrar as relações sociais internas. Para melhor explicar essa definição, o policial militar, por exemplo, porta sua arma de fogo de maneira ostensiva, ou seja, em um coldre à vista de todos, para que fique bem claro que, se necessitar, poderá fazer uso dela. Assim também ocorre com as viaturas, fardamento, formaturas militares e diversos outros meios, tudo com

---

15 *Força* — constrangimento físico legítimo do qual os policiais se utilizam.
16 1996.
17 LEBRUN, p. 17.

a finalidade de demonstração de força, justamente para que embates sejam evitados e a regulação das relações sociais internas seja mantida.

A força policial também difere da violência[18], esta utilizada por criminosos, por ser autorizada pelo Estado e legitimada pela sociedade, pois o importante não é a força em si, mas a necessidade que se sente dela. Destaque-se que, de acordo com inspiração weberiana, as polícias são, ao mesmo tempo, instrumento do Estado e reivindicação social.

Seguindo essa linha de pensamento, é importante pinçar outra perspectiva, que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, — que consagrou um capítulo inteiro à força pública — já assegurava em seu artigo 12: "A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública: esta é, portanto, instituída em benefício de todos, e não para a utilidade particular daqueles a quem ela é confiada". Desse ponto de vista, as polícias, antes de atenderem aos interesses da autoridade política, devem atender aos interesses dos cidadãos, ou seja, devem salvaguardar os interesses coletivos.

É possível inferir que, mais do que qualquer outro regime, a democracia depende da força policial de que disponha, pois desse fracasso podem decorrer duas hipóteses perigosas para a população. A primeira, quando as polícias perdem sua legitimidade diante da sociedade, violência de toda espécie surge ameaçando a democracia. Nesse sentido, a força pública policial é uma instituição que deve superar qualquer outra força privada, pois somente assim poderá proteger os interesses coletivos e a regulação do uso da força na sociedade.

A legitimidade que a sociedade concede às polícias está intimamente relacionada com o conceito de autoridade, pois se a sociedade sente que impera a impunidade, então as polícias perdem sua autoridade e, consequentemente, sua legitimidade para lidar com os conflitos diários. Não importando, nesse caso, se a legitimidade arranhada foi em decorrência de falhas no Poder Judiciário ou em decorrência de má conduta de policiais. De qualquer maneira, será arranhada a autoridade policial e, por igual, a autoridade política e a democracia estarão em perigo.

A segunda hipótese é extremamente oposta, quando a repressão policial, autorizada pelo poder político, extrapola os direitos civis dos cidadãos, levando a todo tipo de

---

[18] *Violência* — manifestação de força ilegítima.

excessos. Assim, as polícias vivem em um limiar entre o perigo de uma sublevação popular e um golpe de estado militar, por exemplo.

Na tentativa de coibir e controlar a má conduta policial, as corporações criam inúmeros regulamentos que tentam demarcar sua missão, a forma como deve ser executada e um sistema de controle rigoroso para agentes transgressores. O que não quer dizer que não existam brechas nessa gama de enunciados para *derrapagens*, ou seja, o que não impede que esses sistemas não acomodem, aqui e ali, aqueles que pretendem fugir a esse controle. Isso ocorre porque esse instrumento policial — a força — não tem conteúdo, é pura relação com o outro, o que torna difícil lidar com ele desde o momento da formação, na transmissão do saber policial.

Por isso, as polícias vivem relações ambíguas com a democracia, por causa das funções que assumem e dos meios das quais devem se utilizar para tais funções. Do mesmo modo, é possível questionar qual seria a linha tênue entre os interesses do Estado e os da coletividade em uma democracia, em que as polícias estão bem no meio desse conflito. Monjardet prossegue: "[...] na prática, é um negócio bem diferente confiar a uma instância a 'manutenção da ordem e da paz públicas' (no respeito dos direitos) ou confiar-lhe a 'garantia dos direitos' (que assegurem a ordem e a paz públicas)".[19] Nesse sentido, é compreensível que exista uma linha paradoxal em que permeiem e de onde brotam as ações policiais.

Assim, as polícias vivem em um dilema que parece sem solução: de um lado, o Estado, que atribui à polícia um papel e uma missão de instrumentos da autoridade política; de outro a sociedade, que é invocada sempre como referência e lembrança de que a polícia é um serviço público, comandada pela demanda social de segurança. Essa particularidade das polícias é que abre às instituições um campo para autonomia e reivindicações, pois funcionam melhor operando através de sua face informal, isso porque seu campo de trabalho necessita de interpretação e adaptação das regras, como negociações. É por isso que existem as *greves brancas*, a exemplo daquelas desenvolvidas pelos controladores de vôos, que, ao seguirem rigorosamente os regulamentos, acabam emperrando o serviço aéreo. Ou seja, as burocracias não funcionam cem por cento na formalidade, o que não significa, necessariamente, desvios.

---

[19] MONJARDET, 2003, p. 33.

Essas questões acabam por gerar conflitos entre polícia e sociedade, pois, enquanto a polícia acredita que seu trabalho principal é a caça aos criminosos, a perspectiva da população é que a polícia existe para proteger e defender seus direitos, atribuindo-lhe toda natureza de papéis, e não somente os interesses do Estado que, não necessariamente, são os mesmos da sociedade em geral. Além disso, muitas pessoas vêem nas polícias a representação dos grupos dominantes, o que também prejudica sua legitimidade diante de boa parte da população.

Fazendo um foco institucional e do ponto de vista dos agentes, devido à característica da subjetividade de seu objeto de trabalho — a força — com a predominância da informalidade das ações que imprimem no policial elevado grau de autonomia nas decisões, os discursos internos sempre se alicerçaram no discernimento e bom-senso para as questões cotidianas com que lida o policial. Não obstante o conhecimento da realidade, é difícil para o profissional admitir que faz uso do bom-senso e de seu discernimento na resolução de conflitos, pois a cobrança por parte da sociedade é muito grande, e esta espera que esse *agente da lei* realmente siga a lei, sem compreender os meandros desse palco profissional.

Certamente, existem princípios gerais, como normas jurídicas, que servem para direcionar as ações policiais, porém elas pesam menos no campo das ações do que a lógica das situações, o que torna o atendimento às ocorrências, atitudes indissociáveis das motivações e valores que animam cada policial. Pois daí, como diria Nietzsche, suas decisões dependerão, em boa medida, de sua vivência, para a condução das ações cotidianas. Apesar do conhecimento das regras de tratamento de uma ocorrência, estas são singulares e imprevisíveis, exigindo do policial, além dos saberes prescritos, aqueles subjetivos, a dependerem de cada um.

O campo de trabalho policial se descortina extenso, já que atende tanto a ocorrências de assaltos quanto a parturientes a caminho do Pronto-Socorro. Igualmente, de domínio indeterminado, pois as ocorrências são diferentes umas das outras, únicas, e as formas de intervenção inúmeras, quanto se pode imaginar. Até mesmo Monet[20] que classifica, de forma geral, quatro grandes atividades às quais os policiais estão a serviço, quais sejam:

---

[20] 2002, p. 27.

> [...] a proteção das pessoas e dos bens contra as agressões ilegítimas de outrem; a provisão do sistema penal graças à detecção e prisão dos criminosos; a manutenção da ordem na rua, especialmente diante das formas de ações políticas extrainstitucionais; a coleta e a transmissão, às autoridades políticas no local, de informações sobre toda uma gama de atividades que, de perto ou de longe, pareçam pôr em causa os fundamentos da organização social e política.

O autor ressalta que em determinados países, como é o caso brasileiro, a polícia acaba por assumir diversas outras tarefas que — provavelmente, pela ausência de intervenção de outros órgãos estatais — não têm relação direta com a manutenção da ordem pública ou com a luta contra a criminalidade. Exemplo desse quadro seriam as polícias comunitárias, as quais alcançaram aprovação social desde sua implantação em diversos Estados brasileiros e executam atividades ligadas, entre outras, a projetos sociais que combatem as drogas, a prostituição infantil, conferindo infraestrutura nos bairros, ensejando a criação de escolas.

Com toda essa informação, Monjardet sugere que o que realmente importa analisar são os mecanismos que norteiam os processos decisórios ou de autonomia dos policiais, vale dizer, de que valores resultam tais processos. Sugere ainda que existem ajustes individuais a determinados valores coletivos que fixarão o que será regular e o que será passível de sanções:

> "O que a observação mais imediata revela como 'espírito' ou o 'moral' de uma brigada ou de um corpo urbano aparece assim como a resultante de uma série de mecanismos coletivos, cujo conjunto reveste todos os traços de socialização e, portanto, para os novatos, de formação".[21]

Essa padronização do que é considerado aceitável, ou não, pela coletividade não seria somente questão de uma somatória de comportamentos individuais, mas, sim, uma imposição pela própria natureza do trabalho policial, aqui em foco o trabalho do policial militar ou fardado, pois é aquele profissional que dificilmente age sozinho. A começar por seu caráter ostensivo que atrai atenção e o torna reconhecível em um breve olhar, fazendo também com que seja alvo fácil de ataques criminosos. Nessa linha, o imperativo de não

---

[21] MONJARDET, 2003, p. 58.

agir sozinho. Dessa forma, os grupos mais coesos são aqueles em que o acordo sobre as normas internas do grupo é geral e claro.

Um dos pontos que se destacam no conjunto de valores mais ou menos generalizado entre as diversas tropas é a operacionalidade, ou seja, apesar de saberem que sua missão é primeiramente prevenir o crime ou não deixar que ocorra, é considerado revelador de bom trabalho policial aquele turno em que são atendidas diversas ocorrências.

Para o novato na profissão, existem, como já foi dito, os saberes formais e os informais, ou seja, o processo de aprendizagem começa nos cursos de formação após concurso público, quando o policial aprende a normatização prescrita e passa pela adaptação e experiência adquirida nas relações internas com os grupos e no trabalho cotidiano.

De acordo com as leituras de Monjardet e de Monet, é possível inferir que existem, precipuamente, duas possibilidades de origem das competências policiais valorizadas ou reconhecidas internamente. Uma primeira possibilidade reconhece no policial com mais tempo de serviço, ou seja, mais experiente, a natureza de sua competência para lidar com uma gama maior de ocorrências. O que significa que a normatização prescrita não teria importância em longo prazo, mas sim, daria apenas um suporte inicial na carreira policial. Nessa possibilidade, as características reconhecidas internamente como as de um bom policial a estas correspondem: sangue-frio, bom-senso, iniciativa, capacidade de julgamento e diplomacia para resolver conflitos. Em suma, são qualidades pessoais.

A outra possibilidade evidencia que o bom policial tem que conhecer o conjunto dos códigos prescritos que possam nortear suas decisões e atitudes no serviço operacional, de modo a minimizar a influência de suas qualidades pessoais e a diferença de tempo de experiência. Nesse caso não seria realmente importante o fator idade, mas, sim, o conhecimento das regras formais para atuação profissional. Fazendo uma analogia entre os estudos dos autores e a polícia brasileira, o primeiro grupo corresponderia aos praças e o segundo aos oficiais, devido ao tempo despendido na formação e ao número de policiais que integram cada grupo, pois os praças gastam cerca de um ano para formação, ao passo que os oficiais empregam, no mínimo, três anos de curso de formação, isso sem contar aqueles exigidos para promoção que demandam, em média, mais um ano para cada curso.

Os valores de cada círculo entram em conflito quando as práticas de base põem em xeque a credibilidade das teorias de cima, pois, dificilmente, o que se discute entre os oficiais é de concordância dos praças, raras as exceções.

Ainda segundo Monjardet, a *cultura* policial se funda em uma junção das interações cotidianas internas, nas tarefas e na relação com o público externo. Assim, os policiais orientam suas ações — além de seu mandato social e das prescrições hierárquicas e normativas — por seus interesses profissionais, que podem ser institucionais, ou coletivos e individuais. Os primeiros se resumem em oportunidades de fazer avançar reivindicações materiais, como salário, fardamento, armamento, equipamento, qualidade de formação, quando crises sociais desembocam em uma necessidade das polícias por parte dos governos.

Os interesses individuais que se destacam, segundo o autor, seriam aqueles relacionados com o reconhecimento ou com a valorização profissional, e o que traria essas vantagens ao policial seriam os números ou as estatísticas de atendimento de ocorrências. Isso porque as polícias são instituições que só podem avaliar seus agentes por meio de números. Por outras palavras, que não basta não ocorrerem delitos ou crimes[22] em determinado bairro; o policial responsável por tal área tem que carrear números para conseguir reconhecimento. Para esclarecer melhor, dificilmente um policial será promovido ou ganhará uma medalha por ter prevenido o crime, mas o será se mostrar que conseguiu reprimir diversos assaltos ou homicídios. É por isso que o serviço operacional é mais valorizado, já que é a melhor forma de obter números, visando à materialização do bom serviço policial.

Aqui é preciso vincar que a invisibilidade das mulheres nas polícias, e seu número reduzido nos escalões de decisão tem relação direta com o fato de que elas estão, a maioria, nas atividades administrativas, e a minoria nos serviços operacionais — o que tem sido proporcionado intencionalmente pelas próprias instituições —, perdendo oportunidade de *mostrar serviço* e de serem valorizadas e reconhecidas como *boas policiais*.

Importante ainda mencionar que, em todos os países, a profissão de polícia tem sido predominantemente masculina em uma época em que as organizações nas quais prevalecem

---

[22] Os termos *crime*, *delito*, *criminoso* ou *delinquente*, eu os emprego de modo indiferenciado para remeter a qualquer infração às regras penalmente sancionadas.

homens se tornam raras. Os meios policiais continuam hostis à entrada de mulheres no ofício, por alimentar uma cultura que permanece machista. Monet acrescenta:

> Os freios colocados nessa feminização repousam no argumento oficial e numa razão oficiosa. Oficialmente, a polícia é uma 'profissão de riscos', que necessitaria de aptidões físicas que as mulheres geralmente não possuem. Oficiosamente, teme-se sobretudo que as mulheres, mais diplomadas que os homens, ingressem mais facilmente que eles nos escalões superiores da hierarquia policial.[23]

Esses *freios* aos quais o autor se refere, dizem respeito às formas de que as instituições têm se utilizado para barrar o acesso feminino à carreira, seja através de limitações por cota, seja por exigências físicas que não abarcam as mulheres.

Mas, apesar dessa tentativa de delimitar ou marcar uma cultura policial militar, Monjardet afirma que existe um *pluralismo* de atitudes, pois a pesquisa mencionada por ele se baseia nas dimensões comuns sobre as quais os policiais se dividem, e não em atributos comuns a um e a outro, e, para tanto, arquivará o que chama de *apostas centrais* baseadas em dois eixos: a relação do policial com a lei e a relação do policial com o outro. Esses eixos centrais são uma generalização das inúmeras opiniões que os policiais têm sobre os dois temas, o que deixa subentendido que as tentativas do autor e da sociologia, em determinar um conjunto de propriedades universais para os policiais militares, têm falhado, ficando claro nesta afirmação do autor:

> O resultado mais seguro dessa pesquisa é o número reduzido das questões sobre as quais se observa uma convergência das opiniões [...] o que sobressai mais claramente é, de um lado, a manutenção de um pluralismo dos guardas em todas essas dimensões e, de outro lado, mais fortemente ainda, o caráter estruturador das duas dimensões evocadas.[24].

Todas estas afirmações fazem pensar no que diria Nietzsche sobre tentar submeter pessoas a propriedades universais quando cada um representa um indivíduo único, com experiências próprias e vivências singulares, podendo, em alguns momentos, convergir ou, simplesmente, nunca se encontrar e, mesmo assim, permanecerem ricas em informações preciosas.

---

[23] MONET, 2002, p. 137.
[24] 2003, p. 169.

As mulheres PM se encaixam como bom exemplo do que foi dito, pois, voltando às origens da missão destinada às mulheres na PM, percebe-se que nada se referia à força física, mas, tão somente, às missões específicas sobre as quais discorrerei mais nos capítulos que seguem.

3 REFLEXÕES SOBRE GÊNERO

3.1 GÊNERO NO COTIDIANO

> Dado o fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas[1].

O homem e a mulher são socialmente construídos segundo a definição sexual do corpo, que, socializado, leva em seu conjunto atributos, movimentos, deslocamentos e atos sexuais, e que, com base na visão masculina, os fazem viver em uma constante oposição no mundo. As mulheres vivem em um confinamento simbólico, tendo seus movimentos e deslocamentos limitados, enquanto os homens ocupam espaço com seu corpo, sobretudo em lugares públicos.

Segundo Bourdieu, essa idéia de oposição entre feminino e masculino surge a partir do momento em que o princípio masculino é tomado como medida das coisas e dos fatos. Homens e mulheres são vistos como duas variantes da mesma fisiologia, porém uma superior, outra inferior. Desde então, a mulher está sempre tentando altear-se aos os padrões masculinos e, por não ser homem, está sempre em desvantagem, qualquer que seja o projeto que venha a empreender.

Essa divisão sexual da sociedade faz parecer que tudo está numa “ordem natural”, como esquemas de pensamentos que registram as diferenças de natureza tais, que as tornam objetivas, engendrando previsões confirmadas pelo curso dos acontecimentos. São relações de dominação que independem das relações de força, tornando-se quase que imperceptíveis e de difícil emergência na consciência das pessoas.

Essa “naturalidade” em se tratar das diferenças entre homem e mulher faz com que as próprias mulheres, em sua realidade cotidiana, apliquem esquemas que são produtos da dominação masculina, ou seja, aquilo que elas tomam como conhecimento podem ser atos de reconhecimento de sua submissão.

---

[1] BOURDIEU, 1999. p. 20.

Segundo Bourdieu, a força da ordem masculina é evidente no cotidiano das ações mais corriqueiras, pois não necessita ser justificada ou legitimada, e apesar de avanços nessa área, o autor esclarece que, até na percepção social da linguagem, o gênero masculino se mostra como algo não marcado, neutro, diferentemente do feminino, que deve sempre ser explícito, caracterizado, presente ou ausente.

Desde o Antigo Testamento, atribuem-se gêneros feminino e masculino aos aspectos de contraste entre forma e matéria, atividade e passividade, alma e carne. O homem é associado com a inteligência; a mulher com o corpo, o apetite e as faculdades dos animais, pois ela seria aliada da serpente, simbolizando o prazer. Ainda segundo Bourdieu, existe uma série de itens, com os quais no dia a dia as pessoas deparam e seguem reproduzindo-os sem ao menos se darem conta.

Aos homens, por exemplo, é dado o lado exterior, oficial, público, do seco, do alto, do descontínuo, atos breves e perigosos, espetaculares como as guerras, a lavoura, a colheita e a matança de animais. A imagem que os homens precisam transmitir deve considerar o impulso agressivo como referencial da masculinidade. Enquanto as mulheres têm de realizar os trabalhos domésticos, privados e escondidos, invisíveis e vergonhosos, como cuidar de crianças, de animais, arrancar ervas daninhas, fazer jardinagem, trabalhos sujos, monótonos e humildes, associados ao chão.

Diante disso, apresenta-se a reprodução das relações de dominação simbólica pelos próprios dominados que se insere nos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que se fundamentam perante as consciências e fogem ao controle da vontade, culminando com a cumplicidade das vítimas da dominação. E seu retrocesso só é possível com uma transformação das condições sociais de produção dessas tendências à violência simbólica. Para Bourdieu[2], a violência simbólica é aquela que não necessita da força para impor a vontade do dominador, mas, sim, de instrumentos de comunicação e de conhecimento, estruturados e estruturantes, chamados de sistemas simbólicos, que cumprem uma função política e cultural que acaba por impor e legitimar a dominação.

Outro exemplo prático apresentado por Bourdieu para a violência simbólica é a desqualificação das funções fisiológicas da mulher, qual seja a da gestação. A obra

[2] BOURDIEU, 2003.

tipicamente feminina de gerar vida e amamentar é quase que anulada em relação ao trabalho masculino de fecundação a partir da dissimulação do trabalho das mulheres. As tradições e rituais sociais dão prioridade às intervenções masculinas como o casamento e a lua de mel, em que, em algumas sociedades, a defloração da mulher é motivo de comemoração. Enquanto o trabalho feminino de gestação e de amamentação é tido como um processo "natural", passivo, no qual a mulher é auxiliar da natureza, fazendo apenas um acompanhamento.

Diante disso, percebe-se que a mulher não nasce mulher, mas torna-se mulher, pois se submete durante toda a vida a uma dura aprendizagem de virtudes negativas de abnegação, resignação e silêncio, um trabalho de socialização que tende a diminuí-la e a torná-la cúmplice da reprodução das relações de dominação em que ela é o ser dominado.

Mesmo com todas as mudanças sociais, sobre os filhos se deposita uma expectativa de ação; sobre as filhas, uma de recato. Os meninos aprenderão desde cedo a desvalorizar aquilo que sentem, acreditando que as atitudes combativas e agressivas são atributos biológicos, bem assim compreenderão a sensibilidade feminina como algo caótico, difuso e instável, que não merece crédito.

De outra banda, os homens também estão prisioneiros, vítimas da representação dominante. Ser homem é entendido como capacidade reprodutiva, sexual e social, aptidão para o combate e para a violência. De acordo com Perrot[3], a guerra, em toda parte e, tradicionalmente, é por excelência função dos homens. Desde sempre, associam-se guerra e virilidade, paz e feminilidade. A virtude e a honra masculinas estão na conquista de glória e distinção na esfera pública, pois a virilidade tem de ser validada pelos outros homens.

Assim, instituições escolares e militares impõem verdadeiras provas de virilidade, das quais as mulheres acabam sendo excluídas dos "grupos viris", das redes informais de poder, privadas de informações privilegiadas, despreparadas para os jogos e estratégias políticas das instituições, para o *lobbying* e para a negociação que condicionam o acesso aos postos de poder.

Perrot prossegue enfatizando que a mulher é, antes de tudo, uma imagem, um rosto, um corpo e, para tanto, destaca em seu livro *Minha história das mulheres*[4] a importância

---

[3] PERROT, 1998.
[4] 2007, p. 49.

dada aos cabelos, ao longo dos tempos. Símbolo da feminilidade, condensam a sedução, sugerem a presença inquietante da natureza. Além disso, o domínio sobre os cabelos de alguém é também a disciplina e o poder sobre seu corpo, exemplificam-nos os militares que têm seus cabelos raspados à máquina, para ficarem com as cabeças quase nuas e para adquirirem a mesma aparência, assim como os escravos na Antiguidade e os prisioneiros. Porém, as mulheres encarceradas eram obrigadas a usar toucas: "A disciplina carcerária passa pela disciplina do corpo, pela ordenação das aparências, dentre as quais a cabeleira constitui a parte mais sensível".[5] Assim, também nos lembram os cabelos das mulheres militares no Brasil, as quais devem usá-los completamente presos ou cortados curtos.

Ainda segundo Nolasco[6], em razão da forma de socialização dos homens, que concebem a noção de diferença como conceito biológico, percebem a mulher como ameaça, à medida que se opõem a eles, criando-se então mecanismos de defesa, tal como a desvalorização social a que ficaram submetidas durante anos.

A desqualificação do trabalho feminino vai além das funções fisiológicas, chegando ao cotidiano das relações de trabalho. Se um homem passa a realizar um trabalho considerado feminino, este trabalho sai da invisibilidade e adquire importância, é visto como algo difícil, sério e nobre. Assim, também a definição de excelência está carregada de implicações masculinas, como a definição de cargos de autoridade, que inclui todas as aptidões e capacitações que as mulheres não têm, ou sexualmente conotadas, demonstrando por que são poucas as mulheres ocupando esses cargos.

Ainda hoje, o trabalho das mulheres inclui, em boa parte, os trabalhos domésticos, que não têm retribuição em dinheiro, sendo até mesmo malvistos e, assim, desvalorizados, até a seus próprios olhos. Se hoje a mulher conta com a possibilidade de ficar livre das faxinas e cuidados constantes dos filhos, os interesses simbólicos da descendência ainda cabem a ela, como organização das atividades que buscam manter a solidariedade e a integração da família, através de eventos, almoços, jantares, festas de aniversário, casamentos, trocas de presentes, visitas, postais e telefonemas. Também por isso, a mulher é quase sempre designada para cuidar das relações públicas nas empresas e instituições,

---

[5] PERROT, 2007, p. 52.
[6] 1993.

fazendo apresentações, representações, recepções e acolhidas, tudo que contribui para o aumento do capital simbólico.

No que diz respeito às aspirações femininas no campo do trabalho, as mulheres, principalmente as jovens, elaboram seus projetos profissionais integrando os futuros constrangimentos da maternidade. A dinâmica de emancipação feminina não significou uma homogeneização dos papéis de gêneros, mas a persistente presença do papel da mulher priorizando a esfera doméstica, levando em consideração as exigências de autonomia individual. Para os homens, os polos profissional e doméstico continuam disjuntos, seus projetos profissionais vêm sempre em primeiro lugar em relação ao projeto de paternidade.

Aliás, de acordo com Abreu[7], a dicotomia clássica entre trabalho e não-trabalho, trabalho assalariado e trabalho doméstico foi recusada e questionada a partir do pensamento de que as relações sociais entre os sexos incorporam as questões da divisão sexual do trabalho. Estas não devem ser consideradas somente no âmbito do privado e da reprodução, pelo contrário, devem ser vistas como problemáticas que atravessam o conjunto de relações sociais dando sentido e recobrindo a expressão divisão social do trabalho. Essa perspectiva sociológica levou, então, a uma desconstrução e reconstrução de diversos conceitos da sociologia.

E a própria definição do conceito de trabalho foi estendida, restabelecendo relações entre as esferas até então estanques e forçando sua saída do domínio das relações de mercado. Assentado nessa perspectiva, foi repensado um modelo geral de conceito de trabalho em que as especificidades se tornaram elementos constitutivos, tais que o trabalho doméstico e as particularidades do trabalho feminino deixam de ser uma “exceção”.

Somente depois dessas análises, é possível começar a entender que a qualificação também passa por um processo de diferenciação, de distinção entre tipos de trabalho e, portanto, dos trabalhadores que o executam. A definição de qualificação é uma construção social e histórica que leva, por exemplo, à apropriação da esfera tecnológica pelos homens, deixando a construção social do feminino como incompetente tecnicamente.

Souza-Lobo[8] continua, esclarecendo que a concentração das mulheres em profissões como educação, saúde e assistência social remete às representações simbólicas que

---

[7] ABREU, 1994.
[8] SOUZA-LOBO, 1991. p. 162.

associam a mulher aos serviços sociais. Já que barreiras internalizadas fornecem como resultado uma busca “natural” das mulheres pelas tarefas ancilares, evitando a concorrência direta com os homens, desde que mantidas as vantagens competitivas alcançadas em outros territórios. Contudo, o destaque fica para o setor público, que, em princípio, oferece respeito às legislações sobre a maternidade e a não discriminação com as trabalhadoras que têm filhos.

A autora conclui que há uma persistência na subordinação das mulheres em suas experiências de trabalho, de formas múltiplas e resistentes no tempo, construídas social e historicamente, através das práticas sociais, familiares e culturais, reproduzidas e aproveitadas nas relações de trabalho capitalistas ou não, formais ou informais.

3.2 TRABALHO E MATERNIDADE

Uma abordagem da divisão sexual do trabalho introduz, no cerne da análise de qualquer relação social, a comparação homens/mulheres e obriga a repensar categorias como qualificação, movimentos sociais, pleno emprego, flexibilidade.

A partir daí, observa-se que, apesar da constatação de diversas pesquisas de que a remuneração feminina é em média inferior à masculina, é frequente a idéia de que os custos da mão de obra feminina no mercado de trabalho são superiores aos custos da mão-de-obra masculina. Essa idéia constitui importante barreira para as possibilidades de acesso das mulheres a melhores cargos. O argumento dominante é que empregar uma mulher exige custos indiretos associados à sua contratação, em particular aos dispositivos legais de proteção à maternidade e ao cuidado infantil. Outros problemas relacionados com as responsabilidades familiares, que continuam sendo assumidas principalmente pelas mulheres, são tidas também fatores adicionais de custos. O primeiro elemento que costuma ser associado a um suposto custo elevado das mulheres em relação aos homens é a licença-maternidade.

Abramo[9] relata ainda um discurso masculino que diz que o menor número de mulheres no mercado de trabalho, em comparação com o número de homens, não se deve à existência de nenhum tipo de discriminação, mas, sim, estaria relacionado com a necessidade que as empresas têm de compensar um suposto custo na contratação,

[9] ABRAMO, 2001. Acesso em 1º-2-06.

decorrente das normas especiais que protegem o trabalho das mulheres, em especial a maternidade, e dos “problemas” causados pela responsabilidade familiar.

A autora[10] traz uma pesquisa da OIT realizada na América Latina que buscou esclarecer certos mitos relacionados com os possíveis custos que a contratação de mulheres traria para as empresas. A pesquisa revelou que a incidência anual de gestações é baixa, e, portanto, as licenças-maternidade e outras prestações a ela associadas entre as trabalhadoras assalariadas também são baixas.

No Brasil, o número total de licenças-maternidade concedidas em 1999, por exemplo, corresponde a apenas 3% do total das trabalhadoras assalariadas no setor privado. Seu custo social, também não é elevado. Os benefícios monetários recebidos pelas trabalhadoras assalariadas durante a licença-maternidade representam 1,7% da massa salarial feminina registrada no país. Esse dado é importante porque, muitas vezes, a impressão que fica é a de que as mulheres trabalhadoras teriam um número de filhos maior do que a realidade dos dados apresenta, ou que a iminência da maternidade seria algo permanente.

Outro argumento frequente é o dos supostos custos relacionados com a substituição de uma mulher que se afasta do trabalho durante a licença-maternidade. Devido a isso, tratou-se de calcular os custos monetários diretos associados com a substituição de uma mulher durante a licença-maternidade, como férias, décimo terceiro e outros benefícios. A conclusão é a de que também esses são reduzidos: representam menos de 0,1% da remuneração bruta das trabalhadoras assalariadas.

A principal contribuição para que esses custos sejam reduzidos vem justamente da legislação trabalhista e das políticas públicas, pois os benefícios médicos e monetários associados à maternidade não são financiados diretamente pelo empregador que decide contratar uma mulher, mas, sim, por fundos públicos ou pelos sistemas de seguridade social. Em relação a esses aspectos, a contratação de uma mulher representa um custo adicional nulo para os empregadores, já que as contribuições para esses sistemas não estão relacionadas nem com o sexo nem com a idade dos trabalhadores que eles decidem contratar.

---

[10] ABRAMO, 2001. Acesso em 1º-2-06.

Diante disso, Souza-Lobo[11] vem acrescentar a contribuição da Constituição Federal de 1988, da qual emerge a noção do direito à igualdade entre homens e mulheres, o direito à diferença e os direitos sociais e políticos das mulheres.

Na nova Carta, apesar da boa intenção dos legisladores em relação à situação da mulher, a autora chama a atenção para um texto que registra a necessidade de uma discriminação positiva, "permitindo" que as mulheres sejam iguais aos homens, mostrando, de um lado, as mulheres mães e trabalhadoras, e, de outro, as mulheres protegidas no mercado de trabalho. As abordagens do texto asseguram que os constituintes têm uma visão unificada de mercado de trabalho, tomando como medida as condições nas quais os homens trabalham a norma, para que as mulheres se adaptem segundo estas normas.

A autora pontua ainda que o texto legislativo trata a maternidade como estado físico, e não como função social, pois diz: "proteção à maternidade, notadamente à gestante", e "proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice" [12], ou seja, a maternidade fica reduzida ao estado biológico, vale dizer, à gravidez, e seu papel social é neste ponto ignorado. Na condição de função social, chama à responsabilidade também os homens, como pais. Para eles, a licença-paternidade não é proporcional a essa responsabilidade.

Sobre isso, Capellin, Delgado e Soares[13] se contrapõem à abordagem de Souza-Lobo e registram que as iniciativas de discriminação positivas previstas na Constituição de 1988 — no artigo que dispõe: "proteção ao mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei" [14] — são necessárias diante ainda das atuais circunstâncias enfrentadas pela mulher no mercado de trabalho, tendo como meta corrigir antigas e novas discriminações.

Isso ocorre porque, a despeito da legislação sobre a igualdade de salários, as diferenças ainda persistem. A presença das mulheres tem crescido no mercado de trabalho, porém em ocupações precarizadas, ou seja, naquelas em que ocorrem descontinuidade de tempo, menor regulamentação, diminuição dos níveis salariais e aumento das formas de trabalho em domicílio e por conta própria. E também continuam sub-representadas nos

---

[11] 1991. p. 231.
[12] BRASIL. *Constituição*, 1988. Artigos 201 e 203.
[13] SOARES, 2000. p. 8.
[14] BRASIL, 1988, artigo 7º, item XX.

empregos com responsabilidade de comando e que demandam qualificação técnica. Ainda de acordo com Souza-Lobo[15], imperativos técnicos não explicam a utilização da mão de obra feminina, pois a qualificação é uma construção social sexuada, e sua definição não é uma operação técnica, mas uma construção social e histórica.

Quanto a esses aspectos, Abramo[16] realizou uma pesquisa sobre as políticas de recursos humanos de algumas empresas em países da América Latina, que estariam diretamente relacionados com a mulher. A autora concluiu que as políticas ainda são muito limitadas, compondo-se basicamente de medidas destinadas a diminuir as dificuldades de articulação entre a vida doméstica e o trabalho remunerado, com baixa frequência de aplicação, mesmo quando se trata dos direitos legalmente estabelecidos. Já os programas que buscam promover o desenvolvimento profissional da mulher estes são menos freqüentes.

Essas medidas de ações afirmativas são importantes, à medida que tentam dirimir prejuízos enfrentados pelas mulheres para alcançar postos nas empresas e instituições, referentes a obstáculos invisíveis, artificiais e discriminatórios que impedem pessoas qualificadas, que se encontram geralmente nos grupos considerados minorias, como as mulheres, impedindo-as de crescer dentro das organizações e de desenvolver seu potencial.

Essas barreiras, chamadas de “telhado de vidro” ou “teto de vidro”, resultam de práticas psicológicas e institucionais que limitam a promoção e a mobilidade de oportunidade das mulheres e das minorias. A expressão descreve originalmente um limite acima do qual mulheres com cargos de chefia e executivas dificilmente conseguem promoção.

Com base nas discussões apresentadas por Capellin, Delgado e Soares[17], pode-se afirmar que as novas políticas que vêm sendo implementadas pela instituição policial militar em Mato Grosso revelam certa preocupação com as questões das mulheres policiais. Isso pode ser justificado pela vertente das conquistas obtidas mediante o processo organizativo das mulheres, que estão de acordo com práticas mundiais de ações afirmativas para preservação do mercado de trabalho e também de acordo com o que a Carta Magna brasileira prevê. Por outro lado, a ampliação do contingente feminino na PMMT tem

---

[15] 1991. p. 121.
[16] 2000. p. 133.
[17] Ibidem.

espelhado demandas cotidianas específicas da condição da mulher, o que tem levado a instituição – tradicionalmente masculina – a adotar medidas que atendam a tais necessidades, hoje traduzidas como direitos.

Essas medidas englobam regulamentação das atividades exercidas pelas policiais militares gestantes, em princípio através de uma portaria do Comando-Geral e depois pelo novo estatuto[18], que por igual prevê algumas dessas situações. É importante destacar que a portaria regula outros detalhes, tais como a jornada de trabalho de seis horas, em período matutino ou vespertino, apresentação de atestado médico homologado pelo Ambulatório Central da PM, por iniciativa da agente e autorização de gozo de até três meses de licença-prêmio, após findar a licença-maternidade, garantindo o período de amamentação.

Para que as novas práticas que regulam a situação da policial militar gestante sejam positivas, além de sua implementação, são necessárias medidas que incorporem homens e mulheres através de estudos e pesquisas, para que não constituam mais uma via de reprodução de mecanismos de discriminação de gênero no interior dos quartéis da PM.

Além disso, é importante assegurar o espaço funcional das policiais nas unidades, para que, após o parto, possam retornar normalmente às funções que exerciam antes. É necessário manter o contato regular da mãe durante as licenças com as questões relativas ao cargo ou função, evitando que a licença-maternidade passe a impressão de "férias" exclusivas das mulheres, e garantir o acesso delas a cursos que estejam disponíveis e que sejam de seu interesse, durante a gestação e após seu retorno da licença-maternidade, dando-lhes oportunidades de crescimento profissional.

Assim, o novo estatuto normatiza a questão da participação das policiais gestantes em cursos de progressão de carreira: "Todo e qualquer direito da policial que se encontra gestante ou em gozo de licença-maternidade não poderá ser suprimido em razão desta condição, inclusive vaga quando aprovada em concurso de progressão de carreira" [19]. Este artigo deixa transparecer que a instituição começa a perceber que gestação não é incapacidade física.

Quanto a isso, são importantes estudos que reflitam sobre as associações feitas da mulher PM a taxas de absenteísmo, impontualidade e rotatividade, também o preconceito

---

[18] MATO GROSSO. 2005.
[19] Idem, ibidem, artigo 59.

quanto aos direitos — incluindo a nova regulamentação — de proteção à maternidade, como licenças e horários de lactância, que são cotidianamente associados, de forma direta, a custos da mão de obra feminina. É relevante que se questione se essas associações correspondem à realidade e quais são suas causas, para tentar combatê-las.

4 PANORAMA FEMININO NAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL E DE MATO GROSSO

Segundo volumosa pesquisa realizada por Bárbara Musumeci Soares e Leonarda Musumeci[1] em todo o país — e deve ser ressaltado que Mato Grosso não enviou seus dados por força da ausência desse levantamento sobre mulheres nas fileiras da PMMT até a data deste trabalho —, a presença feminina nas polícias militares data de 1955, quando São Paulo fora pioneiro na abertura de vagas para mulheres nas guardas civis. Quase duas décadas depois, em 1970, esse pelotão feminino fora incorporado à PM daquele Estado. Mas em quase todos os demais Estados brasileiros, o ingresso de mulheres nas polícias militares ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980. Tinha em seu objetivo primeiro cobrir as funções que os homens não poderiam executar, como revista em mulheres ou, para as quais *encontravam dificuldades*, a exemplo do trato com menores infratores e mulheres com condutas delituosas.

Indispensável ainda mencionar que essa iniciativa, diferentemente do que ocorreu com as Delegacias Especiais da Mulher nas polícias civis, não partiu de reivindicações da sociedade ou movimento de mulheres:

> Não há registro de mobilização social equivalente no que se refere às PMs: nem demanda de serviços específicos que seriam mais bem desempenhados por mulheres, nem pressões para a democratização de um espaço profissional até então exclusivamente masculino. Tudo indica que a inclusão do contingente feminino teve origem em motivações internas às próprias polícias militares e/ou aos respectivos governos estaduais,[...].[2]

Soares e Musumeci acrescentam que dentro de uma listagem de dezessete Estados que enviaram dados, ficou perceptível que as missões, para as quais foram originalmente idealizadas, permaneceram apenas no papel, pois na prática a situação sempre foi diferente. Eram as seguintes missões:

- Trabalho preventivo e assistencial com crianças e adolescentes, mulheres e idosos;
- Atendimento e condução de alcoólatras, drogados e mendigos;
- Policiamento ostensivo de áreas comerciais e turísticas;
- Patrulhas de grandes eventos;

---

1 2005.

2 SOARES E MUSUMECI, 2005, p. 16.

- Trabalhos comunitários e assistências em geral;
- Revista de mulheres detentas ou suspeitas, e de visitantes do sexo feminino em estabelecimentos penais;
- Serviços internos de secretaria, telefonia, arquivo, recepção, etc.

Diante disso, as pesquisadoras levantam dúvidas quanto ao real motivo da inclusão das mulheres nas PM, porque, por meio da observação das missões para as quais deveriam ser direcionadas, é possível verificar que sua ínfima inserção, — que na maioria dos Estados brasileiros não chega a 10% — não poderia suprir as necessidades institucionais e, em uma segunda hipótese, o fato de que seu ingresso tenha permanecido limitado a um percentual muito inferior ao masculino, — algo entre 5 e 10% — leva a crer que existiu uma intenção de:

> [...] enxertar uma amostra de novidade na velha instituição, visando a áreas particularmente sensíveis para a imagem social da PM. A missão das mulheres policiais seria, assim, funcionar como uma espécie de cartão de visita, como elemento de *marketing*, e sua incorporação visaria a uma reforma cosmética, que, sem alterar paradigmas, sinalizasse mudança e modernização.[3]

Essa *reforma cosmética* mencionada pelas autoras se refere à necessidade pela qual passavam as PMs em todo o Brasil de serem legitimadas pela sociedade, ou seja, de serem reconhecidas como instituições democráticas em defesa dos cidadãos, isso porque, o país passava pela abertura política e, logo em seguida, adviria a fase de redemocratização. Era preciso acalmar os ânimos da população que enxergava nas PMs seu envolvimento com a ditadura e com práticas de tortura e perseguições. Mesmo porque essa inclusão de mulheres nas PMs não marcou mudanças significativas na cultura institucional ou nas práticas de policiamento tradicionais.

Apesar dessas hipóteses apresentadas, as pesquisadoras não descartam que as intenções nem sempre tenham sido maquiavélicas. É possível existissem pessoas nesse processo que desejassem mudanças reais e que vislumbrassem uma polícia melhor. O fato é que, passadas quase quatro décadas, desde 1970, as condições femininas nas PMs continuam iguais, com exceção das missões que acabaram por se distanciar em muito das iniciais. Sua representatividade, numa esfera numérica e decisiva, permanece insignificante. A isso somem-se outros fatores.

---

[3] SOARES E MUSUMECI, 2005, p. 18.

Em todo o Brasil, com exceção de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e Sergipe, a participação feminina na ativa é de 7%, sendo um efetivo mais jovem que o masculino, provavelmente devido a seu ingresso recente. As oficiais se encontram alocadas principalmente nas atividades-meio, ou seja, em atividades administrativas diversas, enquanto as praças são 73% nas atividades-fim, o que quer dizer nos serviços predominantemente policiais.

Atualmente, o quadro situacional da mulher na PMMT que se delineia neste trabalho é o seguinte: o efetivo total da Instituição é de 6.222 policiais militares — conforme informação da Diretoria de Recursos Humanos[4], e, destes, 337 são mulheres representando 5,4% do efetivo total. O quadro demonstrativo do efetivo mostra as mulheres distribuídas deste modo:

Quantitativo de Mulheres na PMMT, por Posto e Graduação

POSTO/GRAD	QUANTITATIVO
Coronel	1
Tenente-Coronel	1
Major	5
Major QOS	7
Capitã	15
Capitã QOS	3
1ª. Tenente	6
1ª.Tenente QOA	2
2ª.Tenente	5
Aspirante	2
Aluna a Oficial	3
Subtenente	1
1ª. Sargento	4
2ª. Sargento QE	3
3ª. Sargento	53
Cabo	70
Cabo QE	3
Soldada	151
TOTAL FEM.	**337**

Fonte: Diretoria Adjunta de Recursos Humanos da PMMT, 2008.

No levantamento realizado foi possível perceber que existem níveis hierárquicos em que constam homens, mas inexistem mulheres, tais como coronel e tenente-coronel

[4] PMMT, 2008.

do quadro de saúde, capitã e segundo-tenente do quadro administrativo, primeiro-tenente e terceiro-sargento do quadro complementar, e segundo-sargento combatente.

Em uma pesquisa realizada, com base na amostragem, em um batalhão operacional de Cuiabá[5], foi verificado que o efetivo feminino, como no país, é notadamente jovem, com 65% delas na faixa de 21 a 30 anos de idade, contando entre 6 e 10 anos de serviço na maioria, segundo a pesquisa. Mas, apesar disso, 55% delas possuem o curso superior completo e 36% estão cursando o 3° grau, enquanto o melhor desempenho da amostra masculina foi de 52% com o 2° grau completo.

Porém, em relação à alocação das policiais, foi verificado que 45% do efetivo feminino estava concentrado em atividades administrativas, ou seja, burocráticas, enquanto o efetivo masculino apresentou apenas 3% desempenhando as mesmas atividades. Isso é curioso porque, apesar de ser uma unidade PM cuja atividade básica é o policiamento ostensivo, ou seja, em suas modalidades de motorizado, a pé e ciclístico, mesmo assim as policiais, em sua maioria, encontram-se nos serviços burocráticos, o que destoa da pesquisa em escala nacional, cujos números denunciam maior percentagem feminina nas ruas.

Cabe salientar que a primeira turma de mulheres a compreender o corpo policial militar em 1983, em Mato Grosso, ingressou em uma conjuntura de Estado Militar, cuja montagem institucional se prevalecia sempre do discurso que expressava defesa veemente da democracia e da liberdade, buscando legitimidade e adesão dos intelectuais, da classe média e das massas populares.

Essa necessidade de adesão das massas ao regime se acentuou durante o processo de abertura política no período 1979 a 1985, com a revogação do AI-5 e a concessão da anistia. Nesse momento histórico os discursos passavam ao uso da expressão *integração social*, em substituição ao de *segurança nacional*, em uma tentativa de sobrevivência do Estado Militar. Apesar de todo esforço do grupo dos militares no poder, os protestos irradiaram, atingindo toda a sociedade e culminando com a campanha para eleições diretas para presidente em 1984.

Além disso, a intervenção estatal na economia do país levou a uma recessão profunda em que a desigualdade social aumentava principalmente entre 1981 e 1983. Desse modo, os 60% mais pobres da população representavam apenas 17,7% da renda

---

[5] MARTINS, 2008.

brasileira, enquanto os 10% mais ricos detinham 47,9% do bolo. Isso porque, conforme salienta Germano:

> [...] a tendência estrutural do capital de ampliar a apropriação do excedente econômico foi potencializada pelo Estado durante o regime militar, sendo ele próprio um incentivador da concentração da renda. Como vimos, os governos militares foram excessivamente generosos com relação ao capital e implacáveis no que diz respeito à força de trabalho.[6]

Isso significa que, do ponto de vista de gestão da força de trabalho, a política do Estado Militar, desde 1964, visou a conter o trabalho com regulação do preço de sua força, da disciplina e da insegurança no emprego. Do ponto de vista econômico, visou a acelerar a acumulação de capital, aumentando sua capacidade de exação tributária, despendendo vultosos investimentos em infraestrutura e na indústria pesada, concedendo favores a grupos empresariais, etc. Por conta disso, o país passava, na década de 1980, pela descapitalização das empresas públicas, redução dos investimentos em projetos sociais, degradação dos serviços públicos, corrupção, inflação galopante — que em 1983 chegou a 211% — e erosão dos salários.

Diante dessa crise econômica, as famílias brasileiras se viram forçadas a aumentar a participação de seus membros no mercado de trabalho, e muitas mulheres se tornaram chefes de família nessa época. O cenário que se apresentava, em geral, na qualidade de resultado de fatores como um numeroso exército de desempregados e a expansão da economia de serviços, explicaria vantagens na absorção da mão de obra feminina pelo mercado, pois a conjuntura acenava para a feminização dos empregos, relacionada intimamente com a precarização das relações de trabalho (baixos salários, ausência de contratos e de proteção social).

Em Mato Grosso, quando foi proposta a inclusão de mulheres na PM, em 1979, pelo então deputado estadual Isaías Barbosa Resende, assumia o governo Frederico Campos, indicado logo após a divisão do Estado, ocorrida em 11 de outubro de 1977. Foram anos de tensão sobre o futuro após esse fato, pois a população estava receosa, descrente quanto às potencialidades do novo Estado. O governo enfrentou sérios problemas latifundiários de início, porque, apesar de ter-se formado uma Comissão para estudar a divisão do território, não houve tempo de ação, sendo todos flagrados pela decisão do presidente Ernesto Geisel, imposta aos mato-grossenses.

---

[6] 2005, p. 90.

Segundo documentos do governo à época, o Estado não contava com infra-estrutura suficiente para atender ao enorme contingente migratório que crescia rapidamente. Em menos de dez anos, surgiram trinta novas cidades. Além disso, as já existentes cresciam velozmente, o que levou o governo a agir na mesma potência e emancipou, só no primeiro ano após a divisão, dezessete municípios. Nos anos seguintes, chegou a vinte o número de municípios emancipados, elevando de trinta e oito para cinquenta e oito em menos de quatro anos de divisão do Estado[7].

O primeiro governador eleito pelo voto direto, em 15 de março de 1983, era Júlio José de Campos, que continuou lidando com o problema da falta de infraestrutura do Estado, recebendo mais e mais pessoas vindas de outros recantos do país em busca de trabalho e melhoria de vida. Tanto é que sua política se baseou no binômio estrada e energia para o interior de Mato Grosso, além de intensa propaganda veiculada no sudeste e sul do país para atrair imigrantes e acelerar o processo de colonização, principalmente do norte do Estado.

Todas essas questões, principalmente a necessidade de criar postos de trabalho para um contingente crescente de pessoas em busca de uma colocação no mercado, foram o princípio motivador para a abertura de vagas para a mulher na PMMT, o que ocorreu efetivamente em 1983, ainda no governo de Júlio Campos.

4.1 A MULHER NA PMMT

Hino do Policial Militar Feminino de Mato Grosso[8]

Policial Feminino, eia, avante,
Em seu novo e glorioso mister!
Junto ao homem, capaz e triunfante,
Viva a pátria também da mulher!

Para a luta e o dever preparadas,
Desfraldando o pendão da esperança,
Pela ordem comum devotadas,
Por justiça e geral segurança!

Seja tempo de paz ou tormento,
Com altruísmo e firmeza legal,
Nós seremos em todo momento,
Sentinelas da paz social!

Sentimentos amáveis e puros,

---

7 SIQUEIRA, 2002, p. 212.

8 Assinado pelo Desembargador João Antônio Neto, em 02 de setembro de 1986. Curioso destacar que não se usava dizer “a mulher policial militar” ou “a policial militar feminina”, mas, sim, “o policial militar feminino”.

Para a nossa maneira de agir,
Nosso prêmio – ver todos seguros;
Nossa glória – ajudar e servir!

Policial feminino, eia, avante,
Em seu novo e glorioso mister!
Junto ao homem, capaz e triunfante,
Viva a pátria também da mulher!

A criação efetiva dos corpos militares femininos em todo o Brasil ocorreu, em sua maioria, na fase da abertura política e mesmo após a redemocratização do país, quando as polícias apresentavam propósito de modernização e mudanças em sua imagem, fortemente marcada pela ditadura militar. Porém, como discorrem Soares e Musumeci[9], a despeito do discurso, o aparelho policial até hoje não passou por nenhuma transformação profunda em sua estrutura ou cultura institucional que acompanhasse a incorporação de mulheres nas fileiras, o que vem deixar dúvidas quanto ao motivo apresentado para a criação dos corpos femininos.

Na década de 1980, quando as mulheres ingressavam nas Forças Armadas[10], também as polícias militares as recebiam em seus quartéis. Primeiro de tudo, com atribuições específicas, como atendimento de ocorrências com mulheres e menores, para, em seguida, atuarem em todas as atividades policiais.

Os Estados brasileiros, em geral, incluíram mulheres em seu efetivo principalmente nos anos da década de 1980, em princípio em quadros separados dos homens, executando funções diferenciadas e com promoção limitada, como ocorreu em Mato Grosso, onde a mulher atingia o posto máximo quando chegava a major PM, enquanto os homens poderiam atingir o posto máximo de coronel PM.

Apesar do pioneirismo do Estado de São Paulo, que recebeu mulheres nas fileiras da Guarda Civil, criando o primeiro Corpo de Policiamento Especial Feminino, em 12 de maio de 1955, sendo seguido pelo Estado do Paraná, com a criação do primeiro pelotão de mulheres em 19 de abril de 1977, a participação da mulher nas

---

9 SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 16.

10 O Decreto-Lei Federal 667, de 2 de julho de 1969, ganha nova redação em 1984: "Art. 8°(...) § 2° - os Estados, Territórios e o Distrito Federal poderão, se convier às respectivas Polícias Militares: (a) admitir o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de Oficiais e Praças para atender necessidades das respectivas Corporações em atividades específicas, mediante autorização do Ministério Público. (...)". (Disponível em:<http://www.coter.eb.mil.br/3sch/IGPM/site%20IGPM/web%20site/html/legislação.htm> Na data de 26-2-2009).

polícias só começou a ser regulamentada no Brasil na década de 1970, por meio de uma portaria do Estado Maior do Exército[11].

Em Mato Grosso, segundo Salina[12], o deputado estadual Isaías Barbosa Resende foi quem propôs a incorporação de mulheres nas fileiras da PM, através de indicação parlamentar n. 540, com data de 28 de agosto de 1979, na qual ressaltava a "necessidade da criação da corporação de Polícia Feminina". Quatro anos mais tarde as mulheres ingressavam na Polícia Militar, por força do Decreto n. 273, de 20 de outubro de 1983[13], com a seguinte redação:

> Art. 2º O efetivo necessário ao Pelotão de Polícia Feminina será incluído na Corporação, mediante concurso de admissão e matrícula nos cursos de formação, segundo os critérios estabelecidos para a seleção e matrícula do pessoal masculino, com as adaptações necessárias à natureza do pessoal feminino,

e apresentando atribuições específicas:

> (...) para emprego exclusivamente na atividade-fim da Corporação, executando missões compatíveis com as características_próprias da mulher, especialmente as atividades para efetiva ação no trato com menores infratores ou abandonados e com mulheres envolvidas em infrações penais.

No início foram previstas oitenta e duas vagas, ressalvado o fato de que a primeira turma formada soldada pelo CFAP[14] era composta de apenas quatorze policiais, sendo chamadas mais oito, depois de novas avaliações, visto que haviam sido reprovadas de início, no exame final, o que totalizaria vinte e duas mulheres soldadas da PM. Estas viriam compor o 1° Pelotão Militar Feminino de Mato Grosso.

Assim, esse pequeno grupo, nove anos mais tarde, tornou-se o efetivo da Companhia de Polícia Militar Feminino[15], com sede em Cuiabá. Como, a princípio, não havia mulheres oficiais para as funções de comando, a Cia. PM Fem. foi comandada por homens, até que as primeiras mulheres, formadas oficiais em outros Estados brasileiros, retornaram e assumiram o comando da Cia. PM Fem.

---

11 SOARES; MUSUMECI, 2005, p. 28. Sobre Portaria do Estado-Maior do Exército, de 16 de junho de 1977, capítulo III, item 22.

12 2003, p.16.

13 MATO GROSSO. 1983.

14 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

15 Cia. PM Fem.

Ainda segundo o trabalho de Salina, fica perceptível que não foram anseios sociais que culminaram com o pedido do então deputado Isaías para incluir mulheres nos quadros da PMMT, mas, sim, e principalmente, para realizar abordagem em mulheres nas fronteiras mato-grossenses, em razão do acelerado crescimento de contrabando vindo dos países vizinhos. Note-se aí, mais uma vez, que Mato Grosso, apesar de não ter encaminhado seus dados à pesquisa nacional de Soares e Musumeci, não fica aquém de suas conclusões. Novamente, o ingresso feminino remete a interesses internos e pontuais da instituição, pegando carona na necessidade do Regime Militar de conquistar apoio popular e do governo em criar postos de trabalho para uma crescente massa ativa. Nesse sentido, o referido deputado diz o seguinte em um depoimento dado a Salinas:

> Para fiscalizar o sexo feminino, nas fronteiras, rodoviárias, aeroportos, portos, etc. A mulher presente principalmente em função [de combate a] contrabandista e, também olhando o lado humano da mulher, como segurança para o sexo feminino, para criança na rua, para menores, ela é mais dócil e tem mais conhecimento, mais sensibilidade e habilidade, são mais educadas, têm melhores condições de impor respeito e estão menos sujeitas a suborno ou outras tentativas de fugas à lei.[16]

Apesar de o discurso, à época, basear-se em anseios da sociedade local, é possível perceber, por meio do relato do deputado Isaías, que questões internas afeitas à instituição, como problemas de ordem legal nas revistas às mulheres envolvidas com contrabando e outros crimes, somados à corrupção e à violência policial, e a necessidade de ser legitimada pela sociedade com a realização de serviços de *marketing* e assistencialistas, trabalhando em aeroportos, rodoviárias e atendendo a mulheres e a menores em situação de risco, dão uma mostra dos motivos que podem ter sido considerados na decisão do comando da PM e do governo em incluir mulheres na PM de Mato Grosso.

No decorrer do tempo, as funções das policiais foram sendo desvirtuadas e passaram a ocupar lugares de telefonistas, secretárias e sem visibilidade do público mato-grossense naqueles serviços para as quais haviam sido idealizadas como *cartão de visita* da PM. A Cia. PM Fem.[17] abrigava uma parcela das policiais que, não tendo uma viatura própria para desempenhar sua missão específica, permanecia no quartel à mercê da programação dos demais batalhões, para apoiá-los nas operações em que havia

---

16 2003, p. 17.

17 Companhia de Polícia Militar Feminino.

necessidade de se revistarem mulheres. Quando a primeira turma de oficiais formadas em Mato Grosso — na qual me incluo — chegou ao quartel feminino, foi que estas passaram a atender a ocorrências com viatura própria, o que se deu a partir de 1997.

Em decorrência desse fato, da vinda de uma viatura operacional e, da montagem de radiopatrulhamento feminino, era comum ouvir no rádio comunicador piadas dos demais policiais que não estavam acostumados a vozes femininas na frequência policial. As guarnições que se formaram a partir de então, foram ganhando espaço nas atividades policiais, pois passaram a atender não somente às ocorrências com mulheres e menores infratores e serviços de cunho meramente social como condução de doentes mentais violentos para hospitais psiquiátricos, mulheres em processo de parto, pessoas alcoolizadas aos prontos-socorros, mas também toda natureza de ocorrências. E no início, havia certo comportamento paternalista dos colegas que sempre corriam a apoiar a guarnição feminina. Dessa forma, e a partir de então, a mulher policial militar ocupou todas as atividades inerentes à profissão, tendo a mesma formação que os homens, inclusive.

É possível que, devido a uma avaliação positiva sobre os resultados da presença feminina na PMMT, por parte da própria Instituição, e tencionando que essa presença positiva pudesse alcançar todas as unidades da PM, no ano de 2000 a Cia. PM Fem. foi desativada. Hoje, em quase todas as atividades está a mulher policial, nos serviços administrativos e também nos operacionais, formando guarnições mistas com os colegas homens.

Vale destacar que no livro de Ubaldo Monteiro[18], historiador que conta sobre a PMMT de 1835 a 1985, ano a ano, fazendo apanhado dos fatos mais simples àqueles que marcaram época, menciona que, no ano de 1984, foram “[...] incluídas 33 jovens, que foram aprovadas nos exames de seleção a que se submeteram, passando a frequentar o curso de soldados femininos da PM/MT ”. Essa informação, de modo patente, difere daquela mencionada por Salina, no que diz respeito ao número de mulheres incluídas, porém, quanto ao ano, o decreto fora assinado em 1983, e a inclusão ocorreu no ano seguinte.

Segundo a obra de Monteiro, as policiais foram formadas sob a direção de Dival Pinto Martins Corrêa, à época Major PM, e acrescenta:

---

[18] 1985, p. 180.

> A participação desta Escola no seio da Polícia Militar do Estado é imprescindível, pois ela constitui o alicerce onde o material-homem tem que ser de primeira qualidade, para que a imagem da Corporação possa ser mantida como boa perante a sociedade. Daí um dos objetivos do CFAP – conscientizar o soldado e o graduado, em formação, de que a arma mais importante no trato diário com o público é o binômio: Honestidade e Urbanidade.

Em 1999, no governo de Dante de Oliveira, houve a modificação da Lei n. 7.188, ampliando o efetivo da PMMT:

> Mas, a principal modificação foi a ampliação das vagas oferecidas especialmente ao público feminino, com oportunidade para que estas, ao ingressarem nas fileiras da polícia militar, possam galgar até o último posto, ou seja, ao de Coronel PM, fato este, fruto da unificação dos quadros, com a respectiva extinção do quadro especial feminino[19].

Com a unificação dos quadros feminino e masculino, o efetivo de mulheres passava de 5% para 10%, previsto para o efetivo total da Polícia Militar. A despeito da dissolução da Cia. PM Fem. como forma de avaliação positiva do ingresso feminino na PM, seguida da pulverização desse pequeno efetivo para as demais unidades policiais e atividades diversas, bem como do aumento do efetivo legal, em Mato Grosso o número de mulheres chega, em 2008, a ínfimos 5,4% do total entre homens e mulheres. Em quase todo o país, apenas os Estados do Pará, Bahia e Amapá alcançaram porcentagem de mulheres policiais que ultrapassa o limite dos 10%, embora, em números absolutos, São Paulo tenha o maior efetivo feminino do país[20].

Esse aumento de vagas previstas para o público feminino no efetivo total da PMMT, mesmo para promoção, proporcionou à mulher policial militar galgar postos cada vez mais altos na Instituição, até chegar ao de coronel PM. Tal fato pode ser ilustrado na Polícia Militar de Mato Grosso com a carreira da Cel. PM Lílian Tereza Vieira de Lima, mulher que passou por funções estratégicas e de destaque, que já atuou como comandante da Academia de Polícia Militar Costa Verde — local onde são formados os futuros oficiais PMs —, na condição de comandante regional, com sua sede em Rondonópolis, servindo no Tribunal de Justiça do Estado e, atualmente, como Comandante-Geral Adjunta da PMMT.

---

19 MATO GROSSO, 1999.

20 MUSUMECI; SOARES, 2004.

No ano de 2004, quando a lei de fixação do efetivo da PMMT é revisada, acrescenta-se a seguinte redação[21]:

> Art. 3º - A inclusão dos militares do sexo masculino e feminino, através do curso de formação de soldados ou de formação de oficiais, observará o mesmo quadro e igualdade de condições para promoção.

Para compreender esta modificação, é preciso lembrar o artigo 1º da lei anterior[22], que dizia:

> **§ 1º** Serão de 10% (dez por cento) do efetivo previsto as vagas reservadas às polícias femininas, que concorrerão aos postos e graduações de forma proporcional à previsão de seu efetivo, respeitada a natureza do serviço e as limitações legais do trabalho policial militar feminino.

Então, a modificação significava que as vagas disponíveis para as mulheres — que eram 10% do total para as promoções, assim como para ingresso — deixavam de existir, porém permaneceria o percentual para a inclusão. Isso significa, em termos práticos, que, apesar de seu número menor, concorrem em pé de igualdade com a maioria masculina aos postos de decisão da instituição. Esse processo faz com que, atualmente, a representação feminina nesses postos seja insignificante e as perspectivas de ascensão na carreira piores. Mais uma vez, os dados corroboram as pesquisas de Soares e Musumeci, quando citam a controvérsia no discurso institucional sobre os motivos que levaram a incluir mulheres nas polícias militares.

---

[21] MATO GROSSO, 2004.

[22] Lei n. 7.188, de 26 de novembro de 1999. Inicialmente, o efetivo feminino previsto para efeito de inclusão era de 5%.

5. COMO ALGUÉM SE TORNA POLICIAL MILITAR

Inicio este capítulo parafraseando Simone de Beauvoir: *ninguém nasce policial militar, mas pode tornar-se um*. E para que tal aconteça, a primeira e mais importante norma interna da instituição a ser conhecida e praticada é o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso[1] que, no capítulo sobre ingresso, diz o seguinte:

> **Art. 11** São requisitos para ingresso nas carreiras militares:
> I - ser brasileiro;
> II - estar, no mínimo, com dezoito e, no máximo, com vinte e cinco anos;
> III - possuir ilibada conduta pública e privada;
> IV - estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
> V - não ter sofrido condenação criminal com pena privativa da liberdade ou qualquer condenação incompatível com a função militar;
> VI - não ter sido isentado do serviço militar por incapacidade física definitiva;
> VII - obter a aprovação nos exames médicos, físicos, psicológicos e intelectual, exigidos para a inclusão, nomeação ou matrícula;
> VIII - ser considerado aprovado em sindicância sobre sua vida pregressa, onde lhe será exigida a apresentação de toda documentação necessária, a fim de que comprove o não impedimento para o ingresso na corporação;
> IX - possuir, no mínimo, ensino médio completo.

As carreiras militares estaduais, ou seja, de policial e de bombeiro, podem ser de nível hierárquico superior:

> **Art. 12** O nível hierárquico superior das carreiras militares é composto pelos oficiais das instituições militares estaduais.
> **§ 1º** O aspirante a aficial PM/BM, também denominado praça Especial, para os efeitos desta lei complementar, compõe nível hierárquico superior das carreiras militares.
> **§ 2º** O ingresso no nível hierárquico superior das carreiras militares dar-se-á como aluno a oficial da instituição militar estadual, para o Quadro de Oficiais Combatente (QOCPM/QOCBM) e de Saúde (QOSPM/QOSBM).[2]

Igualmente, pode ser de nível hierárquico médio: "Art. 13 O nível hierárquico médio das carreiras militares é formado por praças das instituições militares estaduais"[3].

Para ingresso na Polícia Militar de Mato Grosso, é necessária aprovação em concurso público estadual, sendo duas as portas de entrada para a carreira, quais sejam:

---

[1] Lei Complementar nº 231, de 15 de dezembro de 2005 - d.o. 15.12.05. Capítulo II.
[2] Idem, capítulo II, seção II.
[3] Idem, capítulo II, seção II.

1) ingressando como soldado (carreira de praça) ou; 2) ingressando como segundo-tenente (carreira de oficial). Em ambos os casos é preciso ser aprovado, primeiramente, em uma bateria de testes incluindo provas objetivas ou escritas, exames médicos e odontológicos, testes de aptidão física, avaliação psicológica e investigação social e funcional. Após todas essas fases do concurso, os aprovados passam pelos cursos de formação: para soldados, é de seis meses e, para oficiais, é de três anos, ambos com carga horária intensiva.

Os **soldados** realizam o curso nos chamados polos regionais: Cuiabá, Sinop, Rondonópolis, Água Boa, Cáceres, Tangará da Serra e Juína. Estes polos são escolhidos pelos candidatos no momento da inscrição no concurso. Na chamada Grande Cuiabá (que inclui Várzea Grande), sempre se concentra a maioria de vagas e o curso se realiza no CFAP. Esses polos são importantes para especificar a região onde servirão os futuros policiais militares atendendo a uma demanda das áreas e, de acordo com o último Edital[4] de concurso para soldado PM, é necessário o serviço durante, no mínimo, cinco anos nessas regiões, antes de possível transferência.

Nesse mesmo Edital ficou especificado que 927 vagas eram para homens e 103 para mulheres[5]. Já no concurso aberto em 2003[6], foram ofertadas 1.000 vagas, das quais 100 eram para mulheres, porém foram convocadas[7] outras 43 mulheres para completar vagas destinadas ao público masculino, por força do desempenho inferior deste. A necessidade de policiais nas ruas e a inviabilidade de novo concurso fez com que o governo e a PM decidissem convocar as mulheres que tinham desempenho suficiente, que, no entanto, por uma questão de vagas não haviam sido antes convocadas. Elas realizaram o curso de formação de soldados no CFAP, formando um pelotão exclusivamente de mulheres.

Para ingressar no cargo de soldado PM, é preciso ter uma escolaridade mínima de ensino médio, com idade entre dezoito e vinte e cinco anos e uma altura mínima descrita no edital, em meio a outros requisitos. Importante destacar que, na redação da Lei de Ensino da PMMT de 1994, ano em que ingressei na instituição e ano de reabertura do CFO no Estado de Mato Grosso, a exigência para ingresso no CFSD era

---

[4] Edital n. 003/2008, de 21 de abril de 2008. Sobre concurso público para soldado do quadro permanente da PMMT. Publicado no Diário Oficial n. 24 819.

[5] De acordo com a Lei de Fixação do Efetivo da PMMT, datada de 11 de junho de 2007, a cada concurso devem ser ofertadas 10% de vagas para o público feminino.

[6] Edital n. 012/PMMT/2003, datado de 17-6-03.

[7] Através do Edital 006/PMMT/04, publicado no Diário Oficial n. 2417, de 29 de dezembro de 2004.

apenas o ensino fundamental. Com a nova redação de 2003, a Lei[8] passou a exigir escolaridade mínima de ensino médio, o que contribuiu para a melhoria da qualidade dos recursos humanos da PMMT.

Das fases para o concurso, a que mais elimina candidatos tem sido a primeira, de conhecimentos gerais teóricos — de 25.000 inscritos, apenas 800 (números aproximados) foram classificados para a próxima fase no último concurso — e depois os testes de aptidões físicas. Estes visam avaliar a capacidade mínima do candidato para suportar as exigências próprias das atividades policiais militares. Um exemplo prático diz respeito ao teste de corrida que, no último concurso, fora aplicado no período matutino, numa pista de 400 metros. Os candidatos do sexo masculino deveriam correr 2.600m, ou seis voltas e meia, e as candidatas deveriam correr 2.200m, ou cinco voltas e meia, dentro de 12 min. O grande obstáculo para os candidatos é o clima de Cuiabá que, na época da aplicação das provas, estava quente e seco, com muito sol. Nessas condições, uma corrida difícil se torna extenuante, e muitos candidatos não suportam o cansaço e acabam desistindo, quando não apresentando complicações de saúde.

Porém, o que é preciso entender é que o policial militar trabalha, no mais das vezes, em condições pouco confortáveis, em lugares insalubres e em horários diversos, sempre sob pressão, correndo risco de perder a vida. Dessa forma, o candidato precisa ter resistência em uma corrida sob sol forte, clima seco e calor, próprios da região onde servirá, do contrário poderá sucumbir rapidamente durante o serviço. De acordo com definição do Ministério do Trabalho, o serviço do policial militar é o seguinte: “realizam policiamento ostensivo preventivo fardado, atendem e solucionam ocorrências. Executam atividades operacionais e policiamento reservado. Restabelecem ordem pública, controlam distúrbios civis e garantem cumprimento de mandado judicial”[9].

É comum também se levantarem dúvidas sobre os resultados dos testes psicotécnicos, sobre o que estaria sendo avaliado. Nestes testes, busca-se eliminar aquelas pessoas que fogem do perfil traçado pela Instituição do policial desejado. Então, os candidatos reprovados nessa etapa não são “loucos” como se costuma acreditar, mas, simplesmente, não correspondem ao tipo de profissional que a Instituição delineia: “É importante ressaltar que esta avaliação requisitada pela PMMT no processo seletivo é uma atividade de escolha e, portanto, restritiva. Significando a tarefa de escolher os

---

8 Lei n. 8.023, de 16 de dezembro de 2003 - D.O. 16.12.03.

9 CBO – Classificação brasileira de ocupações.

mais qualificados para o posto no momento da seleção em relação ao grupo avaliado [...].”[10]. Este documento se refere aos candidatos a CFO, porém o objetivo é o mesmo para os candidatos a soldado PM. Ou seja, a PM traça o perfil desejado e o teste selecionará aqueles que melhor se encaixam nele.

Passadas todas essas etapas, os candidatos chegam finalmente ao curso de formação que possui carga de 974 horas-aula, funcionando de segunda a sábado das 7h30 às 18h, com exceção das quintas e sábados, quando ocorre somente meio período. São 46h/a semanais, sendo 9 por dia, com duração de 50 min. cada e regime de externato — lembrando que se trata de Curso de Formação para Soldados PM.

As disciplinas ministradas seguem uma orientação da Secretaria Nacional de Segurança Pública e se situam dentro de áreas temáticas, quais sejam: a) Sistemas, instituições e gestão integrada em segurança pública; b) Violência, crime e controle social; c) Cultura e conhecimento jurídico; d) Modalidades de gestão de conflitos e eventos críticos; e) Valorização profissional e saúde do trabalhador; f) Comunicação, informação e tecnologias em segurança pública; g) Cotidiano e prática policial reflexiva e; h) Funções, técnicas e procedimentos em segurança pública. Dentro desta última área temática estão as disciplinas de tiro policial/Método Giraldi, defesa territorial/maneabilidade, técnicas gerais de policiamento e diversas outras disciplinas que se realizam “no campo”, ou seja, são ministradas em local aberto, em geral fora do ambiente de ensino, em locais de mata e vegetação de cerrado e podem durar de três a cinco dias ininterruptos. Exigem do aluno determinação e principalmente, preparam-no para situações de estresse físico e psicológico, que enfrentará no cotidiano do trabalho PM. Esses costumam ser os momentos mais difíceis do curso.

Durante os primeiros meses, os alunos iniciam sua participação em uma escala de serviço interna do próprio estabelecimento de ensino, exercendo funções como plantonista e sentinela da guarda. Em seguida passam a concorrer também como aluno de dia — uma espécie de auxiliar do oficial responsável pelo quartel. Depois de alguns meses sendo preparados exaustivamente pelos instrutores (militares) e professores (civis), os alunos iniciam os estágios supervisionados nas diversas unidades PM do Estado. Nessa fase do curso, compõem guarnições em serviço de viaturas atendendo a ocorrências, trabalhando em eventos como carnaval, jogos de futebol em estádios, feiras, shows artísticos e outros.

---

[10] Portaria n. 002/D.E./96, de 8-11-96, aprova as Normas do perfil profissiográfico para exame psicológico dos candidatos ao Curso de Formação de Oficiais (CFO).

Para os candidatos a **oficial** PM, o caminho a percorrer é mais longo, sendo três anos de curso na Academia de Polícia Militar Costa Verde, em regime de semi-internato. Formados, os futuros oficiais agasalham grandes responsabilidades a cumprir. A também chamada "Escola de Comandantes" não é por acaso que leva esse nome, pois a função principal do oficial é o comando de tropas e será isso o que aprenderão durante os anos de Academia: comandar com responsabilidade. Os cadetes aprendem que a ordem emitida carrega consigo consequências e que deverão estar preparados para arcar com elas.

A ativação da APMCV, em 1993, coincidiu com o Curso Intensivo de Habilitação de Oficiais. Acolheu essa denominação em razão de seus alunos serem oriundos do Exército, não necessitando da formação militar, sendo submetidos apenas ao aprendizado direcionado às atividades de polícia. Após essa turma, iniciou-se o CFO, cujos alunos foram selecionados mediante vestibular da UFMT, sendo a Turma Pioneira — a minha turma — ingressa em 1994.

A Pioneira batizou a Academia de Polícia Militar Costa Verde com esse nome, criou sua canção, criou o Diretório Acadêmico Tiradentes e todas as demais tradições que são seguidas pelos atuais Cadetes — como são chamados os alunos do CFO:

Eis o berço da cultura miliciana[11]
Luz do saber, legados de anos de luta
Que germinam no coração do Centro-Oeste do Brasil
Um infinito de conquista empolga e forja a conduta;

Vemos ao longe brilhar nossa estrela
Vamos prosseguir
Quando se é jovem não se pode desistir
Ser mais que humanos
Queremos todos conquistar a nossa meta até o fim;

Refrão
Nossa meta é servir no presente
E fazer da PM o futuro
Nossas fardas que vistas contentes
Que deslumbram e orgulham nossa gente

Escola de comandantes
Nossos esforços nos trouxe a brilhar
Academia de glórias cobertas
Ensinando a nobre arte de comandar;

Lutamos todos unidos
Pela paz obtemos vitória

[11] Canção da APMCV, criada pela Turma Pioneira.

Empunhando o espadim, a espada
Degraus da nossa história.

No início do primeiro ano, o cadete recebe o Espadim Tiradentes, seu símbolo, que o acompanha durante os três anos até o dia da formatura, quando o troca pela reluzente espada, símbolo do oficialato, tornando-se aspirante a oficial e bacharel em Segurança Pública.[12]

A carga do CFO é de 4.445 horas-aula divididas em três anos letivos, sendo a carga semanal de 45 horas-aula, a diária de 7. No último ano, os cadetes devem apresentar uma monografia como trabalho de conclusão de curso seguindo duas linhas de pesquisa alternativas: a) tema relacionado com a PMMT e; b) tema no contexto da segurança pública.

Os cadetes ainda participam de atividades extraclasse, de estágios supervisionados, amostra de curso, jogos acadêmicos, visitas e viagens de estudos. As atividades extraclasse incluem os bailes de debutantes, cuja participação tem o objetivo de divulgar o curso e aproximar polícia e sociedade; os jogos acadêmicos que integram as academias PM do Brasil e se realizam todos os anos com diversas modalidades de esportes praticados nos CFO pelo país, como tiro, artes marciais, atletismo e natação e; amostra de cursos na UFMT e nas demais universidades também com intuito de divulgar o curso.

Nos estágios supervisionados, os cadetes do primeiro ano podem obter uma visão geral sobre o policiamento ostensivo na Grande Cuiabá. No segundo ano, participam do serviço administrativo nas unidades operacionais, bem assim como patrulheiros em viaturas no atendimento de ocorrências, conseguindo, assim, se familiarizar com as responsabilidades que enfrentarão. Já no último ano, têm contato com os serviços especializados da PMMT, tais como trânsito, serviços de guarda, aéreo e ambiental.

De acordo com o perfil dos alunos do CFO, levantado pela coordenação do curso em 2005, o resultado foi o seguinte: são mato-grossenses, solteiros, com idade entre 17 e 20 anos, estudaram em escolas particulares, resolveram ingressar na PM por aptidão pessoal — que o relatório não esclarece —, possuem curso de inglês e informática, têm hábito de praticar esportes coletivos ou musculação, suas famílias têm

---

[12] Parecer n. 428/2003 do Conselho Estadual de Educação/MT.

residência própria quitada, sua renda familiar gira entre 5 e 15 salários mínimos, seus pais têm ensino médio e superior completo.

Esses alunos, durante o curso, são preparados para se tornar segundos-tenentes PM que, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho, executam as seguintes atividades:

> Comandam pelotão, coordenam policiamento ostensivo, reservado e velado; assessoram comando, gerenciam recursos humanos e logísticos, participam do planejamento de ações e operações, desenvolvem processos e procedimentos administrativos militares, atuam na coordenação da comunicação social; promovem estudos técnicos e capacitação profissional.

Eis suas condições gerais de exercício:

> Trabalham na polícia militar, no comando de pelotões, como estatutários. Trabalham em equipe, sob supervisão. Atuam em ambiente de trabalho que pode ser fechado, a céu aberto ou em veículos, em horários diversos: diurno, noturno e em rodízio de turnos. Atuam sob pressão, podendo levá-los à situação de estresse; correm risco de perder a vida em sua rotina de trabalho.

Durante os primeiros anos do curso, vivem em regime de internato e somente no terceiro ano têm permissão para pousar fora da APM. Aqueles que estão de serviço, ou seja, escalados para alguma função específica, devem permanecer no quartel, independentemente do ano que cursam. Eles também obedecem a uma hierarquia interna: assim, o terceiranista é mais “antigo” que o segundanista que é mais “antigo” que o primeiranista. Isso significa que os mais “antigos” têm precedência hierárquica sobre os recém-chegados ou “mais modernos”. Essa hierarquia também existe entre os alunos de uma mesma turma, obedecendo a uma escala de notas, ou seja, é mais “antigo” aquele que tem a maior nota, e assim por diante. Entre os da mesma turma, também têm precedência na ordem hierárquica aqueles que estão de serviço no dia.

Devido ao regime de internato nos primeiros anos, assim que ingressa, é solicitado ao aluno um enxoval a ser adquirido. Eles também encontrarão na APM alojamento para os homens e para as mulheres que correspondem a grandes quartos coletivos, onde se posicionam beliches, armários para roupas e banheiro com diversos chuveiros e sanitários. Obedecem a horários definidos para tudo, desde o despertar, chamado de “alvorada”, feito ao toque de uma sirene, até o pernoite e silêncio, quando todas as luzes dos alojamentos e das salas de aula devem ser apagadas. Além disso, suas

noites de sono podem ser interrompidas pelo oficial de dia[13] para um treinamento de chamada de emergência, para o qual devem estar sempre prontos. Lembro-me que havia noites que dormíamos três a quatro horas apenas. Dormíamos vestidos de agasalho, pois, quando a sirene tocava, era só calçar o tênis e prender os cabelos em rabo de cavalo.

Normalmente, os alunos são liberados do internato nos fins de semana e feriados, se não estiverem escalados para cumprir serviço. Porém, se durante a semana incorrerem em erros, têm seus nomes anotados em cadernos de capa preta, chamados de "caverinha", e são punidos com "licença cassada", ficando proibidos de sair do quartel no fim de semana ou no feriado. A punição pode se estender por várias semanas, de acordo com o número de anotações e a gravidade das faltas.

Os cadetes da APMCV seguem um código de honra que foi inspirado no Código de Honra do Aluno da Academia Militar Portuguesa. Em alguns tópicos, elucida:

> 3. O aluno a oficial da Academia de Polícia Militar Costa Verde aceita e impõe a si próprio a mais rigorosa disciplina militar. [...] 8. O aluno a oficial da Academia de Polícia Militar Costa Verde manifesta para com todos os seus companheiros uma camaradagem sólida e viril, estando sempre disposto a ajudar os que precisam dele, mas se recusa intransigentemente a colaborar em quaisquer ações contrárias à honra e à disciplina militares. [...] 10. O aluno a oficial da Academia de Polícia Militar Costa Verde procura regular-se em todas as circunstâncias pelas normas da virtude, sabendo que nunca poderá ser bom como soldado se não for perfeito como homem".

Pincei estes trechos para pôr a lume a importância dada à disciplina e assinalar a característica e os valores do universo masculino aos quais os alunos e alunas devem se encaixar para serem reconhecidos como futuros oficiais da PMMT. Também é cobrada dos alunos conduta irrepreensível fora dos muros do quartel, como cita um documento de procedimentos a serem por eles adotados em ocorrências policiais: "Sendo o referido aluno um futuro oficial PM, onde exercerá liderança através do exemplo, é imprescindível a sua excelente conduta, dentro e fora da Academia".

---

[13] Figura da escala de serviço que deve ser um oficial-tenente, responsável pela estrutura física do quartel, viaturas, equipamentos e todo o pessoal fora do serviço administrativo.

Durante a carreira, está previsto, em estatuto[14], que os militares poderão ocupar funções e cargos diretamente relacionados com as atividades de polícia, em unidades PM ou nos demais casos, assim especificados:

> **Art. 19** É considerada função de natureza militar a desempenhada pelo integrante das instituições militares estaduais:
> I - nos órgãos militares do Governo Federal;
> II - na Casa Militar do Governo do Estado;
> III - na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública;
> IV - na Justiça Militar Estadual;
> V - na Defesa Civil Estadual;
> VI - na Assembleia Legislativa do Estado;
> VII- no Poder Judiciário.
> VIII – nos outros órgãos estaduais, desde que expressamente designados pelo Governador do Estado.[15]

Além disso, deverão seguir um sistema de hierarquia e disciplina que é considerado a base institucional das corporações militares estaduais, devendo ser seguido mesmo quando na inatividade. Para os militares estaduais, a hierarquia é a ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura de suas instituições:

> **Art. 24** A disciplina militar estadual consiste no exato cumprimento dos deveres, traduzindo-se na rigorosa observância e acatamento integral das leis, regulamentos, normas e ordens, por todos os integrantes das instituições militares estaduais.
> **§ 1º** São manifestações essenciais da disciplina:
> I - a observância rigorosa das prescrições legais e regulamentares;
> II - a obediência às ordens legais dos superiores;
> III - o emprego de todas as energias em benefício do serviço público;
> IV - a correção de atitudes;
> V - as manifestações espontâneas de acatamento dos valores e deveres éticos;
> VI - a colaboração espontânea na disciplina coletiva e na eficiência da instituição.[16]

Eles também devem basear suas condutas em um código de ética que aparece no capítulo sexto do mencionado estatuto o qual inclui atos verificados em sua vida privada: “III - os atos dos militares verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional; [...]”.[17] Por

---

[14] Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso, de 15 de dezembro de 2005.
[15] 2005, capítulo III, seção III.
[16] Idem, capítulo V.
[17] Idem, capítulo VI, seção I.

isso é que sempre ouvimos, no andar do curso de formação, que seremos policiais militares em todo lugar e a qualquer momento de nossas vidas, mesmo que não estejamos trajando a farda. Refletimos sempre a instituição PMMT, aonde formos.

Na sequência, são ressaltados os valores essenciais que marcam o caráter militar dessa polícia, com destaque para o patriotismo, para o civismo e para o cultivo das tradições históricas das corporações militares, igualmente o orgulho do militar estadual pela organização onde serve, o amor à profissão militar estadual, o entusiasmo com que é exercida, e a dedicação integral à defesa da sociedade.

Na seção do estatuto que discorre sobre os deveres dos militares, pontuo o item que, para mim, define nossa função na sociedade e, principalmente, traduz a sensação que os policiais militares têm quando saem às ruas para uma jornada de serviço. Ei-lo: "**§ 2º** São deveres fundamentais do militar estadual: [...]IV - dedicar-se integralmente à atividade militar estadual e à Instituição a que pertence, **mesmo com o risco da própria vida** *[grifo nosso]*; [...]".[18]

Então, quando se está trabalhando nas ruas, nos bairros, em eventos, realizando a segurança dos cidadãos, o policial pensa que deve estar sempre pronto a dar sua vida pelo bom serviço, pela ordem e pela segurança pública, porém pensa também que tem uma família, tem planos para seu futuro, é jovem ainda, quer viver. Por outro lado, o serviço é perigoso, e o policial militar sabe disso. Desde quando decidiu seguir esta carreira, vive o conflito interno e sente a cobrança todas as horas do dia e da noite. Sua condição de PM o persegue, mesmo quando está de folga, nunca deixando de ser agente de segurança pública.

Diante disso, o capítulo sétimo do estatuto dos militares foi pensado nos compromissos que cada categoria deve fazer ao ingressar na profissão. São chamados "compromissos de honra", seção em que é afirmada a aceitação consciente das obrigações e dos deveres militares e manifestada a firme disposição de bem cumpri-los. Esse compromisso tem caráter solene, sendo prestado na presença de tropa, tão logo o militar estadual tenha adquirido grau de instrução compatível com o perfeito entendimento de seus deveres como integrante da PMMT:

> **Art. 41** [...] esse compromisso obedecerá aos seguintes dizeres: "Ao ser declarado aspirante a aficial da(o) Polícia Militar do Estado de Mato Grosso/Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, assumo o compromisso de cumprir rigorosamente as ordens das autoridades

[18] Artigo 36 do Estatuto dos Militares Estaduais de Mato Grosso de 2005, parágrafo 2°, item IV.

> a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço militar estadual, à preservação da ordem pública e à segurança da comunidade, **mesmo com o risco da própria vida** *[grifo nosso]*".
>
> **Art. 42** Ao ser promovido ao primeiro posto, o oficial prestará o compromisso em solenidade especialmente programada, de acordo com os seguintes dizeres:
>
> I - para oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso: "Perante a Bandeira do Brasil e pela minha honra, prometo cumprir os deveres de oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e dedicar-me inteiramente ao seu serviço".[19]

Novamente, vê-se presente, neste juramento, o compromisso dos policiais de exercer sua missão, colocando a própria vida em risco. Mas o curioso é que os praças não têm um juramento como este. Fica subentendido, de acordo com o estatuto, que os praças não sentem ou não carregam o mesmo valor em relação ao compromisso com a profissão como os oficiais. Outro destaque importante é a exclusividade para com a carreira PM. Não é permitido exercício de outras atividades que possam vir a prejudicar a dedicação integral que os policiais militares devem ter com vista à segurança pública. E isso fica novamente expresso no juramento quando menciona "dedicar-me inteiramente".

Não obstante, está previsto no Código Penal Militar como crime o ato de não se dispor ao serviço PM tendo-o como prioridade: "Art. 204. Comerciar o oficial da ativa, ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade comercial, ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou cotista em sociedade anônima, ou por cotas de responsabilidade limitada [...]".[20]

Por outro lado, quando os preceitos éticos são violados pelo servidor militar, as punições previstas podem constituir crime, contravenção penal ou transgressão disciplinar, conforme dispuser o estatuto, o Regulamento Disciplinar e a legislação penal militar, podendo acarretar, para o militar estadual, responsabilidade funcional, pecuniária, disciplinar ou penal, nos termos da legislação vigente.[21] A lei ainda estabelece a relação direta da responsabilidade e do grau da punição com o grau hierárquico do militar, ou seja: "[...] **§ 2º** A violação da disciplina militar estadual será tanto mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico daquele que a cometer, configurando agravante."[22]

---

[19] 2005, capítulo VII.
[20] Código Penal Militar, artigo 204, capítulo IV.
[21] Idem, artigos 50 e 51.
[22] Idem, artigo 53, parágrafo 2°.

Em relação à mulher policial militar, dois artigos ganham destaque no estatuto. No artigo 57, que fala dos direitos e prerrogativas dos militares estaduais, em seu item XII, esclarece que todos têm direito a creche para seus filhos, nos mesmos moldes dos servidores públicos. Porém, apesar de já terem surgido pesquisas e projetos sobre o assunto, nunca saíram do papel. O outro é o artigo 59, que assim grifa: "Todo e qualquer direito da policial que se encontra gestante ou em gozo de licença-maternidade não poderá ser suprimido em razão desta condição, inclusive vaga quando aprovada em concurso de progressão de carreira". Esse artigo surgiu devido a diversas situações com as quais deparavam assessores e comandantes da PM quando mulheres policiais reclamavam seus direitos negligenciados em razão de seu estado gestacional. Contudo, perceba-se que o artigo é enfático sobre os concursos de progressão na carreira, excluindo-se os de formação. Ou seja, quando em formação, se a mulher estiver gestante, não terá assegurado esses mesmos direitos.

5. 1 A DISCIPLINA NA FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR

Tanto nas leituras de Nietzsche quanto de Foucault é possível perceber a importância dada ao corpo das pessoas como manifestação de determinado poder. Se bem assim, Foucault parte do conceito de *rebanho* de Nietzsche e de sua crítica à racionalidade metafísica para dimensionar a brilhante discussão que abre sobre o poder na sociedade disciplinar sintetizado nos corpos humanos.

Nietzsche vê a humanidade, desde tempos imemoriais, como um grande *rebanho* em que as pessoas têm necessidade de se parecer umas com as outras, apresentando preferências, movimentos e pensamentos semelhantes, como se sua individualidade se dissolvesse no todo do bloco humano. Ele diz o seguinte:

> A atividade maquinal e o que dela é próprio — a absoluta regularidade, a obediência pontual e impensada, o modo de vida fixado uma vez por todas, o preenchimento do tempo, uma certa permissão, mesmo educação para a "impessoalidade", para o esquecimento de si, para a "*incuria sui*".[23]

Essa atividade maquinal e essa impessoalidade seriam manifestações do poder daqueles que ele chama de "nobres". São pessoas que têm a capacidade de criar valores, conceitos e impô-los, de alguma forma, às demais, que são chamadas de "fracas" ou

[23] NIETZSCHE, 1998, p. 124.

“ressentidas”. Estes são indivíduos que apenas reagem ao que lhes é apresentado e imposto, não são capazes de criar valores, pensamentos, comportamentos.

Além disso, Nietzsche traz algo inovador para sua época: fazendo uma crítica à racionalidade metafísica, sugere que a razão deva sair do campo abstrato das ideias e seja observada com base no corpo — esse instrumento em que se verifica com precisão o poder do mais forte. As vivências mesmas se fixam no corpo do indivíduo, em suas células e tecidos, e são elas que elaboram pensamentos e comportamentos que independem de uma racionalidade do campo metafísico, mas de manifestações das próprias vivências através do que os órgãos fazem lembrar. A memória do corpo.

Por isso, embasado em Nietzsche, Foucault também poderá desenvolver seu pensamento sobre as punições aplicadas aos corpos para inscrição de um aprendizado. Nietzsche põe a lume o aspecto duradouro da punição, numa sequência rigorosa de procedimentos que visam à criação de uma memória, seja para quem recebe a correção, seja para quem a testemunha.

Portanto, sempre partindo de Nietzsche, Foucault[24] descreve o sucesso do poder disciplinar baseado em três fatores que se combinam, quais sejam: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação que seria o exame.

> Através dessa microeconomia de uma penalidade perpétua, opera-se uma diferenciação que não é a dos atos, mas dos próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor. A disciplina, ao sancionar os atos com exatidão, avalia os indivíduos “com verdade”; a penalidade que ela põe em execução integra o ciclo de conhecimento dos indivíduos.[25]

Assim, falta-nos apresentar o Regulamento Disciplinar[26] da PMMT, que, como já foi mencionado, teve enorme influência do regulamento do Exército. Ele inicia carreando uma correlação entre educação policial militar e disciplina consciente, fazendo-as interdependentes: “Art 3º - A civilidade é parte da Educação Policial-Militar e como tal de interesse vital para a disciplina consciente”. Em sequência, o Regulamento também descreve sobre a disciplina PM, porém com mais profundidade que o Estatuto:

---

[24] 1987, p. 143.
[25] FOUCAULT, 1987, p. 151.
[26] MATO GROSSO, 1978. (RDPM/MT).

> Art. 6º - A disciplina policial-militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo policial-militar.
>
> § 1º - São manifestações essenciais de disciplina:
>
> 1) a correção de atitudes;
>
> 2) a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos;
>
> 3) a dedicação integral ao serviço;
>
> 4) a colaboração espontânea à disciplina coletiva e à eficiência da instituição;
>
> 5) a consciência das responsabilidades;
>
> 6) a rigorosa observância das prescrições regulamentares.

Foucault ainda nos dirá que as sanções são estabelecidas pelas disciplinas, criadas para preencher os espaços deixados vazios pelas leis. Dessa forma, reprime e determina, pelo medo da punição, os comportamentos que escapam aos grandes sistemas de castigos: "Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar".[27] Sendo assim, consideradas transgressões disciplinares uma série de comportamentos que afetam o policial militar mesmo que não esteja vestindo sua farda, até quando não esteja em serviço:

> 31 - Contrair dívidas ou assumir compromissos superiores às suas possibilidades, comprometendo o bom nome da classe.
>
> [...]
>
> 42 - Portar-se sem compostura em lugar público.
>
> 43 - Frequentar lugares incompatíveis com seu nível social e o decoro da classe.[28]

Isso porque a relação das transgressões é feita baseada justamente nas brechas que o Código Penal Militar abre. Doutra forma dizendo, onde este não alcança ou o que não chega a constituir crime, o RDPMMT, provavelmente, conseguirá enquadrar:

> Art. 12 - Transgressão disciplinar é qualquer violação dos princípios da ética, dos deveres e das obrigações policiais militares, na sua manifestação elementar e simples e qualquer omissão ou ação contrária aos preceitos estatuídos em leis, regulamentos, normas ou disposições, desde que não constituam crime.

---

[27] Foucault, 1987, p. 149.

[28] RDPMMT, anexo Relação das Transgressões.

E Foucault prossegue em sua análise sobre a disciplina vincando que as punições disciplinares são menos uma espécie de vingança da lei que fora ultrajada que sua repetição e exercício para o aprendizado de algo[29]: "Art. 21 - A punição disciplinar objetiva o fortalecimento da disciplina. Parágrafo único - A punição deve ter em vista o benefício educativo ao punido e à coletividade a que ele pertence".[30] Nesse caso, o aprendizado da disciplina para o exercício da profissão tem objetivo de "forjar o caráter do militar", expressão que ouvi na época de Academia e que marcou minha memória. Minha turma de CFO, logo no primeiro ano, realizava uma visita a uma fábrica de armas de fogo, e um dos oficiais instrutores que nos acompanhava mostrou o processo de forja das pistolas e revólveres, não sem fazer comparação com a formação do militar. *Forjar* é diferente de *fundir*. Segundo o dicionário[31], *fundir* significa unir, juntar, incorporar-se, confundir-se. *Forjar*, de sua vez, alberga este sentido: fabricar, inventar, falsificar, desvirtuar.

Assim, o oficial explicou que as armas de fogo são feitas em dois lados separados que são aquecidos para se unir através da forja, ou seja, o armamento não é um corpo único em sua origem, mas a junção de dois lados através do processo de forja. Porém, se o processo fosse de fundição, então os dois lados seriam totalmente unidos desde sua origem, não apenas juntados. Em analogia à formação do policial militar, ficava entendido que, apesar de lhes serem passados determinados valores da formação militar, seu caráter e sua identidade não seriam transformados, mas, sim, agregar-se-iam novos conceitos, novas doutrinas, sem, no entanto, criarem-se expectativas de transformação profunda na pessoa.

Esse *forjamento do caráter* seria o que Foucault chama de *tecnologia política do corpo*, por meio do qual o poder disciplinar se manifesta como se fosse sua própria essência, seu eu e seu próprio desejo, como se estivesse consigo desde o princípio. O autor ainda ilumina que essa *alma* é produzida, fabricada, forjada, permanentemente, em torno, na superfície e no interior dos corpos, através de um poder que se exerce sobre aqueles que são punidos, vigiados, treinados e corrigidos. Isso faz pensar que os cursos de formação e toda a cultura difundida nas instituições PM têm o objetivo desse forjamento como exemplo máximo da tecnologia política do poder disciplinar de Foucault.

---

[29] 1987, p. 150.
[30] RDPMMT. Capítulo sobre a gradação e execução das punições.
[31] AMORA, 1997.

A expressão que me marcou a memória e o curso de formação: *forjar o caráter* do policial — carrega consigo outro significado, que diz respeito à intenção de homogenização do coletivo, ou seja, alicerçada em um modelo preestabelecido, classificar cada um, dessa forma detectando aqueles que se apresentam diferentes, fora dos parâmetros impostos:

> Duplo efeito consequentemente dessa penalidade hierarquizante: distribuir os alunos segundo suas aptidões e seu comportamento, portanto segundo o uso que se poderá fazer deles quando saírem da escola; exercer sobre eles uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, [...]. Para que, todos, se pareçam.[32]

Cabe aqui retomar Perrot[33], lembrando que a história do mundo, em todos os tempos, sempre associou guerra e virilidade, paz e feminilidade, tornando a guerra tradicionalmente uma função masculina. Cabe lembrar ainda que a PM é uma Força Auxiliar do Exército desde sua criação e que lhe copia a organização, a disciplina, a hierarquia e os regulamentos, tendo sido orientada e fiscalizada por essa Força durante muito tempo no que toca a material, a formação de efetivo e até mesmo tendo escolhido seus comandantes-gerais.

Dessa forma, os modelos de policial militar masculino acabaram por basear-se nos modelos de guerreiros do Exército, dificultando para a instituição PM classificar essas mulheres, que ingressam nas atividades de segurança pública ostensiva, em algum parâmetro conhecido. As características próprias do modelo dominante determinam por onde devem passar o exame e o julgamento dessas mulheres na qualidade de profissionais, candidatas que são aos cargos na PMMT.

Segundo uma discussão feita por Butler[34], em seu livro *Problemas de gênero*, sobre o que a autora chama de *atos corporais subversivos* e buscando uma associação com o universo PM, a disciplina aplicada desde os cursos de formação seria uma das formas de *forjamento de caráter* dos policiais, mais especificamente neste trabalho, das mulheres policiais. Dessa forma, o objetivo seria o de fazer com que os corpos, femininos e masculinos, incorporassem essa disciplina, esse modelo de policial militar, de forma a se tornar sua própria essência, seu próprio estilo e uma necessidade: "[...] a

---

[32] FOUCAULT, 1987, p. 152.
[33] PERROT, 1998.
[34] BUTLER, Judith, 2008.

lei se manifesta como essência do eu deles, significado de suas almas, sua consciência, a lei de seu desejo".[35]

Essa alma não corresponderia necessariamente a uma substância interna, porém a seu efeito superficial, a que a autora denomina de *performativo*, como expressões fabricadas de identidade ou essência desse profissional ideal. E convocando Saffioti[36] para a discussão, a autora revela que esse forjamento não está apenas no campo dos discursos, mas também nas condições materiais e não materiais de existência concreta de seus produtores. Ou seja, não é somente uma linguagem que afeta e influencia a tentativa de absorção da cultura machista pelas mulheres PM, mas um todo cotidiano que as cerca e revela a pressão social em que vivem. Como exemplo de condições materiais, podemos citar o uniforme que é feito no corte e tamanho masculinos, o equipamento como os coletes balísticos que as unidades PM recebem. Geralmente, não consideram o físico feminino, da mesma forma as instalações dessas unidades que não prevêem banheiros e alojamentos adequados ao público feminino, normas que não divisam condições inerentes às mulheres, etc..

Tudo isso faz com que a mulher PM seja levada à tentativa de reproduzir também o modelo de profissional ideal, porém, como Butler acrescenta, nessa tentativa inglória, vez ou outra, revela-se o indivíduo singular, único que existe em cada pessoa. Atos repetitivos podem aproximar as mulheres desse profissional idealizado, mas uma descontinuidade ocasional, uma *subversão*, acaba por revelar que o modelo fora apenas incorporado, *forjado*, traduzido em atos que são verdadeiras performances, que fantasiam um personagem desejado, buscado.

"Não há um *eu* que seja anterior à convergência ou que mantenha uma *integridade* anterior à sua entrada nesse campo cultural conflituoso."[37] Butler questiona sobre a existência de uma identidade feminina como fundante e fixa. Faço esse mesmo questionamento sobre uma identidade do policial militar como masculinizada e imutável que não admitisse adequações às características culturalmente identificadas como femininas. Ou sobre uma identidade dita feminina que não admitisse adequações como profissional de segurança pública. Porque, de acordo com os pensamentos de Nietzsche, não existe um substrato, uma essência, uma "coisa em si", mas existem os valores

[35] BUTLER, 2008, p. 193.
[36] SAFFIOT, 1999, p. 145.
[37] BUTLER, 2008, p. 209.

criados pelos “fortes” e que são apenas repetidos ou, no máximo, recebem uma reação daqueles que são “fracos”.

Para Nietzsche, os “ressentidos” não são capazes de realizar uma *tresvaloração dos valores* para contestação do que está posto pela vontade dos “nobres”, não conseguem criar seus próprios valores. É possível inferir que as mulheres PM têm ocupado o papel dos “fracos” e “ressentidos” por não conseguirem realizar uma *repetição subversiva* e a contestação ao que está posto na Instituição PM.

Segundo Butler, após uma reflexão, à percepção de que as identidades como estão postas, são efeitos, produzidas, geradas, *forjadas* pela cultura, é possível uma quebra dessa repetição e das posturas conservadoras em relação às mulheres na PM e como policiais militares: “A realidade foi despojada de seu valor, seu sentido, sua veracidade, na medida em que se *forjou* um mundo ideal... O ‘mundo verdadeiro’ e o ‘mundo aparente’ — leia-se: o mundo *forjado* e a realidade...”.[38] Cabe às próprias mulheres construir e reforçar sua identidade como profissionais de segurança pública e, à instituição PM, acolhê-las como servidoras com competência diferencial, aproveitando-as de acordo com sua habilidade.

Ocorre que a manifestação pontual das mulheres PM sobre coisas que lhes afetam e das quais discordam não passam de reação e resistência no curso de uma história que tem sido direcionada por valores pré-existentes e que mudanças, quando ocorrem, são nada mais que novos indícios de um poder a assenhorear -se da situação, determinando seu trajeto:

> Logo, o “desenvolvimento” de uma coisa, um uso, um órgão, é tudo menos o seu *progressus* em direção a uma meta, menos ainda um *progressus* lógico e rápido, obtido com um dispêndio mínimo de forças — mas, sim, a sucessão de processos de subjugamento que nela ocorrem, mais ou menos profundos, mais ou menos interdependentes, juntamente com as resistências que a cada vez encontram, as metamorfoses tentadas com o fim de defesa e reação, e também os resultados de ações contrárias bem-sucedidas.[39]

A disciplina inscreve nos corpos dos profissionais valores preexistentes à entrada das mulheres na PMMT e, por mais que estas se debatam, se rebelem, demonstrem sua discordância com o sistema e seu funcionamento, fazem-no sem deixar de usar os conceitos e valores criados em momento anterior. Permanecem assim,

---

[38] NIETZSCHE, 1995, p. 18.
[39] NIETZSCHE, 1998, p. 66.

subjugadas, subjetivadas, disciplinadas, à maneira de Foucault, no sistema de poder imposto, debatendo-se dentro do modelo masculino sem conseguir se recriar.

Seguindo o pensamento de Nietzsche, para haver a verdadeira subversão e libertação feminina dentro da Instituição PM é preciso que haja a "morte" dessa mulher como a conhecemos, para, em seguida, renascer ou recriar-se, partindo de novos conceitos e valores próprios. Essa mulher deve morrer para tudo que está pronto e acabado sobre uma identidade policial militar, um modelo preexistente, e rever-se como profissional, aproveitando cada experiência, de cada mulher:

> Quero dizer que também a *inutilização* parcial, a atrofia e degeneração, a perda de sentido e propósito, a morte, em suma, está entre as condições para o verdadeiro *progressus*; o qual sempre aparece em forma de vontade e via de *maior poder*, e é sempre imposto à custa de inúmeros poderes menores. A magnitude de um "avanço", inclusive, se *mede* pela massa daquilo que teve de lhe ser sacrificado; [...].[40]

O autor menciona uma espécie de "morte parcial" que, em meu entender, significa que nem tudo o que foi conquistado deva ser descartado para um renascimento, porém deve ser revisto, reavaliado, por novo ponto de vista, que considere valores diferentes do que se acredita consolidado atualmente. É importante que se questione a origem dos conceitos utilizados, levantando a dúvida sobre eles. A mulher PM deve deixar de apenas se adaptar às situações, cabendo a ela priorizar *forças* espontâneas, agressivas, expansivas, criadoras de outras formas, interpretações e direções, *forças* que antecedem à mera adaptação.

Essas forças são o *quantum* de impulso, de vontade, de atividade, de querer e de atuar que se manifesta a partir das experiências de cada mulher, das suas vivências, sendo algo pessoal e plural. Os conceitos preexistentes não denotam sua individualidade, mas, universalizam os profissionais homens e mulheres em modelos prontos, exigindo deles que se adequem, se adaptem, que se escondam, se confundam com o todo, como em um enorme bloco. Porém, a individualidade sempre se manifesta, vez ou outra, subversiva, mostrando que não existe a mulher policial militar, mas, existem as mulheres policiais militares.

---

[40] NIETZSCHE, 1998, p. 67.

6 ESCUTA DAS VIVÊNCIAS

6.1 A menina e a policial militar

Evandra Carolina Taques Senderski, nascida no interior de São Paulo, com 28 anos de idade, é casada e tem um filho pequeno. Inicia sua narrativa falando sobre a infância e conta um pouco sobre a trajetória de sua mãe. Não aparece em seu texto a presença de um pai: "Meu pai nunca tentou aproximação comigo, nem fui atrás dele também, pois não precisava, sempre recebi muito carinho por parte de minha mãe, da Tia e dos irmãos postiços". Quando sua mãe ainda trabalhava como doméstica, Evandra conheceu a *Tia*, patroa de sua mãe, uma presença marcante em sua vida, e que a tratava como filha. Evandra patenteia quanto a *Tia* fora importante, tanto que considera seus filhos como irmãos e por isso os chama de *irmãos postiços*.

> Minha mãe é de Cáceres –Mato Grosso, porém, muito nova, ela perdeu um filho pequeno e resolveu esquecer as tristezas e tentar a sorte em outro lugar, mudando-se para São Paulo. E lá em Presidente Prudente, conhecendo meu pai. Minha mãe engravidou de mim. Quando minha mãe o conheceu não sabia que era casado, somente depois que nasci foi que ela descobriu que havia sido iludida, porém não exigiu nada dele e sempre foi sincera comigo sobre esse assunto. Eu sempre soube que tinha outros irmãos e irmãs, mas também nunca quis conhecê-los, sempre admirei muito minha mãe por ela ter me criado sozinha, com todas as dificuldades da época. Em São Paulo moramos numa casa de família onde minha mãe trabalhava. Foi uma ótima fase da minha vida. A dona da casa e patroa era uma mulher com um coração enorme, pessoa muito fina. Eram ricos, sempre fomos tratadas com muito respeito e consideração por todos da casa. Às vezes as amigas da patroa questionavam sobre minha presença misturada às visitas ou com os filhos dela, mas a Tia — como eu chamava a dona da casa — sempre nos defendia e dizia coisas agradáveis sobre mim.

Suas vivências de infância marcaram sua vida e a conduziram ao vestibular para Direito, depois para o Curso de Formação de Oficiais da PM. Os incentivos da mãe ecoam ainda hoje dentro de si: "Tudo o que faço é pra valer. Foi o que minha mãe sempre me ensinou: ser a melhor. Ela sempre me cobrava isso dizendo: 'Não criei filho para ser perdedor, você tem que ser a melhor!".

Experiências de dificuldades financeiras e preconceitos mostraram-lhe o caminho da profissão de policial militar:

> Mas um colega que era Tenente PM me sugeriu tentar o CFO, pois achava que eu tinha grande chance de passar. Fiquei entusiasmada, pois queria ajudar minha mãe e melhorar nosso padrão de vida. Nós éramos

> pessoas pobres, nossa casa não tinha piso, era bem pequena num bairro pobre de Várzea Grande e, se conseguisse passar no CFO, seria funcionária pública, teria estabilidade, uma carreira, e aumentaria meu padrão de vida mais rápido. Por isso tentei o vestibular para a Polícia Militar e acabei sendo uma das primeiras classificadas no concurso.

Já durante o CFO, o cotidiano da necessidade de superação de limites e a fala de uma oficial tenente foram *forças* que a impulsionaram a tornar-se uma policial militar:

> Meu nome na Academia era "E. Taques". Certa vez, durante um treinamento de campo, não consegui realizar um exercício, pois tinha medo de altura. Eu fiquei com um pavor imenso naquele momento que travei e não consegui realizar a prova e, a tenente que nos acompanhava me disse assim: "Só podia ser essa 'E' de exceção, porque não vai conseguir mesmo!". Quando retornamos à Academia, a tenente me deixou detida o fim de semana para que eu assistisse o filme "No limite da honra" com a Demie Moore. Depois disso, criei uma couraça em torno de mim que nada me abalava. Transformei-me numa aluna magricela, mas nunca mais demonstrei medo ou fiquei reticente diante de algo que me deixasse amedrontada ou em dúvida. Aprendi a enfrentar tudo de cabeça erguida e engolir meus medos.

Nesse episódio, merece destaque a fala e a atitude decisivas de uma mulher oficial tenente que contribuiu sobremaneira para a transformação da menina Evandra, na policial militar Evandra. Nesse trecho, a autora destaca que, para conseguir terminar o curso de formação de Oficiais PM, teve de empenhar-se de tal forma que se tornou *magricela*. Além disso, não poderia mais demonstrar medo nem dúvida e ser assertiva em suas decisões.

As vivências de Academia mostram uma cultura passada aos recrutas de que a Instituição é um *corpo*, por isso *corpo de tropa*. Foucault já mencionava em Vigiar e Punir[1] sobre o fator coletividade ou das regras de conjunto que o poder disciplinar utiliza como mecanismo de controle. As pessoas formam uma espécie de bloco, todas com a mesma aparência, com os mesmos movimentos e gestos, e qualquer tentativa de individualização é logo percebida e punida, como fica perceptível nesse trecho das vivências de Evandra:

> No último ano do curso, perto da apresentação da monografia, eu não tinha computador, paguei caro para digitar meu trabalho e imprimir tudo numa *lanhouse*. Mas o comandante de pelotão da minha turma havia estipulado uma data em que todos os alunos deveriam entregar suas monografias sem atraso. Só que como nem todos entregaram na data marcada, faltando dois ou três, todos nós fomos punidos — no militarismo é

---

[1] 1987, p. 152.

> assim: tudo é coletivo —; o comandante jogou todos os nossos trabalhos, inclusive cds e encadernações, numa lama.

Essa característica da disciplina que os sistemas militares adotam, uma das características basilares das Polícias Militares do Brasil, acompanhada da hierarquia, tem como parâmetro de desempenho fatores tais que tornam a transformação das mulheres em policiais uma trajetória de obstáculos que desafia seus limites do corpo e da mente e as coloca diante de outras lógicas. Razão disso é que elas precisam considerar e adotar pontos de vista masculinos na escolha de suas condutas para as quais normalmente não são apresentadas na condição de mulheres.

A coletividade no qual o militarismo se apoia e que leva em consideração a maioria, ou seja, os homens, é mais um obstáculo que as mulheres têm de enfrentar para prosseguir na carreira, pois os parâmetros são masculinos. Isso se explica melhor quando Perrot[2] menciona que as profissões associadas à guerra e às armas são historicamente consideradas masculinas, e o masculino está associado ao uso da força física, diferentemente do feminino, associado à paz.

Essa questão do que é feminino, segundo Beauvoir, inclui gestos delicados, postura submissa e dócil, voz suave e em tom baixo, andar a passos curtos, como elucida: “Se as estudantes correrem as ruas em bandos alegres como fazem os estudantes, dão espetáculo; andar a passos largos, cantar, falar alto, rir, comer uma maça são provocações, desde logo são insultadas ou seguidas ou abordadas. A despreocupação torna-se de imediato uma falta de compostura.”[3]

No entanto, exigi-se delas que permaneçam femininas como nas vivências de Evandra: “Também me lembro que certa vez perdi um brinco e, como sou alérgica a bijuteria e não poderia comprar um brinco de ouro novo até que saísse o próximo salário, fui para a aula sem brincos. Apesar de explicar isso para o comandante de pelotão, fui punida sem pestanejar porque o brinco ‘faz parte do uniforme”.

Essa situação desfilada por Evandra pode, a princípio, levantar certas dúvidas sobre o impositivo de que todos devem se parecer, mas não se pensarmos que, segundo Foucault nos lembra, uma das técnicas de vigilância e controle da disciplina passa pelas leis da ótica e da mecânica. Ou seja: o domínio sobre o corpo do outro através da prescrição de uma série de detalhes que todos devem seguir, além de pôr em funcionamento a operação de relacionar aqueles que diferem da maioria, os

---

2 1998.

3 BEAUVOIR, 1980, p. 72.

comportamentos singulares e, a partir daí, distribuí-los segundo o uso que se poderá fazer deles.[4] É uma questão de microfísica do poder que envolve, ao mesmo tempo, a visualização daqueles que são diferentes da maioria e a identificação e a classificação daqueles que não seguem ou não conseguem seguir uma norma prescrita, neste caso, o uso do brinco como parte do uniforme.

Como profissional, apresentando compleição física magra e pequena, teve de buscar outras formas de adaptação aos exercícios físicos e às situações em que a imposição de autoridade exigisse intimidação pela aparência ou pela força. Aprendeu a usar estratégias de atuação, socorrendo-se de outras competências, tanto suas quanto dos subordinados: "Aprendi a usar minhas competências intelectuais para suprir certa falta de força física no serviço operacional. Cubro essa deficiência aproveitando as competências daqueles que estão comigo no serviço, e isso tem dado certo pra mim como profissional."

A gravidez, situação fisiológica inerente e normal na mulher, não é bem recebida pelos colegas de farda, o que causa constrangimento a Evandra quando se vê gestante em plena situação de estágio, considerada exemplo de oficial operacional, recebendo elogios e reconhecimento pelo seu trabalho *na rua*. Por toda uma realidade que a cercava e pelos comentários que ouvia, sentiu-se envergonhada de seu estado físico: "[...] quando soube que estava grávida — a única coisa que não planejei na vida — tive vergonha de assumir. Quando minha barriga começou a aparecer, tentava disfarçar, dizendo que estava engordando e ouvia diversos comentários sobre as mulheres que engravidam para fugir do serviço. Isso aumentava ainda mais minha vergonha".

Depois que revelou sua gravidez, todo seu medo se confirmou, pois foi posta sob pressão, em um lugar insalubre, tendo seu estado de gestante e todo seu esforço anterior para se mostrar profissional competente ignorados. As condições de trabalho, apesar de seguirem a normatização, tornaram-se tão insuportáveis e inadequadas que acabou por apresentar complicações no parto:

> Depois de uns meses, não tinha mais como esconder. Então, meu comandante me chamou na sua sala e perguntou se estava grávida e percebi naquele momento que não poderia mais esconder e, acabei por assumir. Depois disso, ele me concedeu meus direitos que eram trabalhar somente meio expediente e sair da escala de serviço. Mas as coisas pioraram para mim, pois ele me colocou para trabalhar numa sala sem ventilação, cheirando a mofo e me dava metas diárias para cumprir. Foi realmente penoso para mim aqueles últimos meses de gravidez. Mesmo tendo

[4] FOUCAULT, 1987, p. 152.

> enfrentado ocorrências difíceis como troca de tiros, ameaça com pistola, policial baleado no meu colo, etc. acho que era melhor do que estar naquele serviço. Devido a tudo isso, meu parto foi às pressas, tive pressão alta, mas graças a Deus tudo acabou bem e, hoje, meu filho está crescendo forte e bonito.

Essas complexidades e sensações exclusivamente femininas, desconhecidas pelos homens, fazem com que as mulheres sejam incompreendidas e se tornem alvo de crítica e desconfiança masculinas na instituição, como é mencionado pela autora, quando lembra que determinado capitão, com quem trabalhava, desabafou-lhe, dizendo que "[...] não botava [sic] fé nas mulheres policiais".

6.2 A busca pela liberdade

Amazonas Alves de Oliveira nasceu em Rondonópolis. Com 39 anos de idade, é casada e tem dois filhos. Deixa claro que foi criada sem mãe, sendo seu pai alguém de muito destaque e importância em sua vida: "Meu pai nunca nos contou porque nossa mãe foi embora, mas também nunca falou nada que a denegrisse, e ainda dizia que se quiséssemos encontrá-la, ele jamais se oporia e nos levaria onde ela estivesse. Mas nós nunca quisemos, nunca precisamos, ele foi tudo para nós!"

Quando ainda criança, fora mandada para um convento, lá permanecendo por dez anos, porque seu pai tivera receio de não conseguir educá-la de forma adequada a uma mulher, sem a mãe por perto. Seus dias no convento são para ela lembranças terríveis que apagou de sua memória. Por essa razão, reprovou o ano letivo premeditadamente, para ser expulsa. Porém, Nietzsche garante que "A maior parte de nossas vivências é *inconsciente* e age de maneira inconsciente"[5] e ainda diz que "quem pensa muito e pensa objetivamente, esquece com facilidade as próprias vivências, mas não os pensamentos por elas suscitados".[6]

Retornando a sua casa, com seu pai e irmãos, sentia que era tratada de forma diferente:

> Minha relação com meu pai sempre foi a melhor possível, de pai, amigo, mãe e irmão. Nunca nos faltou nada em casa, mesmo quando minha mãe foi embora e ele não sabia o que fazer, sempre esteve muito presente em minha vida. Houve uma época em que eu achei que não era filha dele porque me tratava diferente dos meus irmãos. Não me deixava sair de casa todos os fins de semana e, se quisesse realmente sair, tinha que pedir com

---

5 1978, A sabedoria para depois de amanhã - Fragmento póstumo - primavera de 1884.

6 Ibidem, *Humano, demasiado humano I*.

> uma semana de antecedência e só tinha a resposta na sexta-feira. Não podia sair sozinha, somente se um irmão me acompanhasse.

Seu pai foi uma força determinante que a direcionou ao caminho da profissão de policial militar. Suas atitudes de repressão à filha e o tratamento diferenciado em relação aos outros irmãos, fizeram com que Amazonas buscasse *liberdade*, como ela mesma relata:

> O que me levou a buscar a PM foi a minha independência. Por mais que meu pai não me deixasse faltar nada, não podia mais suportar pedir dinheiro a ele toda vez que precisasse comprar um absorvente. Era horrível, porque ele sempre me perguntava para quê queria o dinheiro, o que compraria e ficava regulando meus gastos, dizendo que estava gastando muito e tal. Além disso, em casa, ele não deixava que assistíssemos às novelas, somente jornal e a revista *Veja* que ele assinava e nos mandava ler e explicar tudo para ele. E no convento também não assistia, porque era proibido. Depois, já no quartel, não sentia falta de televisão e nem estranhei a disciplina, pois acredito que no convento era muito pior. Por isso, precisava dar meu grito de guerra: *Liberdade*! Precisava ter minha própria renda, ser independente e livre para fazer o que bem entendesse.

Uma singularidade que aparece nas vivências de Amazonas é a presença da disciplina rígida, em sua vida, quando esteve no convento, depois morando com o pai já na juventude e também em sua decisão de ingressar na PMMT. Nietzsche[7] já dizia que os sentimentos, como inclinação e aversão, são sintomas de que os instintos já estão formados e, estes, nada mais são que as vivências condensadas nas pessoas. Sua convivência desde tenra idade com horários e afazeres criteriosamente impostos marcam sua narrativa e seu ser, tanto que ela mesma toma consciência disso no momento que relata: “E no convento também não assistia à TV, porque era proibido. Depois, já no quartel, não sentia falta de televisão e nem estranhei a disciplina, pois acredito que no convento era muito pior”.

Amazonas relata vivências singulares também em relação à sua adaptação à carreira, pois sua aparência atípica para uma jovem mulher, sendo alta e forte: —“Eu sempre fui grande e quando vesti a farda, fiquei parecendo um homem!”—, fugiam do estereótipo do corpo feminino. Isso marcou sua carreira de forma negativa:

> Como pontos negativos, cito a discriminação pela qual passei, principalmente durante o curso de formação. Fomos divididas em dois

---

[7] Nietzsche, 1978. *A sabedoria para depois de amanhã*, Fragmento póstumo, do verão ao outono de 1884.

> pelotões: o das policiais bonitas e o das policiais feias, na qual eu me encaixava e que era chamado de *pelotão dos canhões.* Assim, o serviço também era dividido, pois, as recepções ficavam a cargo do primeiro pelotão e o *grosso* do serviço era do meu pelotão. Isso é algo que ocorre até hoje. A beleza está associada ao tratamento diferenciado, ao serviço diferenciado e está associada principalmente à idade, ou seja, quando a nova turma ingressa, com meninas mais novas, a turma anterior já é substituída nas funções. É descartada! Apesar de tudo o que passei ao longo da profissão, isso é o que mais me marca e com a qual não consigo me acostumar, não posso aceitar que pessoas que tenham o mesmo salário sejam tratadas de forma diferente, independentemente do posto ou graduação! Esse tipo de discriminação é muito forte na PM.

Destaco essas vivências como singulares porque, tanto na minha narrativa como na de Evandra, é possível perceber que, para a Instituição, a aparência da mulher policial tem aspecto importante. De um lado, estão mulheres com experiências difíceis, porque apresentam o estereótipo do que é feminino, ou seja, capacidades questionadas por parecer meiga e delicada ou por ser magra e pequena, como não pudesse suportar as adversidades da profissão. No entanto, Amazonas, é uma mulher alta e forte, que não tinha as orelhas furadas quando ingressou na PM:

> No começo, eu não usava as orelhas furadas porque no convento não se usavam brincos e os cabelos eram sempre curtos. Eu sempre fui grande e quando vesti a farda, fiquei parecendo um homem! Então, a oficial me mandou furar as orelhas e colocar brincos e deixar os cabelos crescerem. Mas foi custoso para mim no começo, porque tinha medo de furar as orelhas! Hoje já consigo usar brincos normalmente, assim também como batom e meus cabelos são mais longos.

No entanto, justamente por isso, sofreu preconceito, por não se apresentar dentro dos padrões esperados e por não apresentar os traços e adereços tipicamente femininos, sendo exigido dela que furasse as orelhas, usasse batom e deixasse os cabelos crescerem. Ou seja, a mulher tem que ser identificada como tal, tem que se destacar do grande bloco como ser feminino, mas não pode parecer delicada, meiga e frágil. O destaque servirá para classificá-la como diferente da maioria masculina, como aquela pessoa que não se encaixa ou não consegue se encaixar nas regras prescritas, de forma que a microfísica do poder se exerça com sucesso e com o máximo de controle. Nesse processo, é possível determinar que utilidade se dará a essa pessoa, onde poderá ser enquadrada, a que modelo pertencerá.

Mais uma vez, emerge a questão sobre a ausência de um modelo no qual a mulher pode ser encaixada, inserida, enquadrada e por onde passará seu processo de

avaliação na condição de profissional de segurança pública ostensiva. Na ausência desse modelo, sem parâmetros adequados às suas características, a mulher acaba por sentir-se impelida a seguir o modelo histórico de policial militar, construído ao longo de anos através de guerras e conflitos civis, trazido e alimentado pelos exércitos, onde, naturalmente, essa mulher se sente desconfortável, insurgindo-se, vez ou outra, contra o sistema, encontrando dificuldades para ser compreendida e aceita como mulher que é.

A princípio, pode parecer uma contradição, mas, como no caso de Evandra, também não há contradições nas vivências de Amazonas. No que toca à aparência, elas deveriam mostrar a que sexo pertencem, deixando isso claro, através do uso de brincos, batom e deixando os cabelos longos. Porém, no atinente a comportamento, postura e conduta, seria exigido delas um comportamento baseado numa lógica masculina construída na história. Não sem propósito, Bourdieu já nos lembrou, em capítulo anterior, que esta observa os atos breves e perigosos, espetaculares, como as guerras e, a imagem que precisam transmitir deve considerar o impulso agressivo como principal referencial.

Assim como na narrativa de Evandra, Amazonas também relata uma experiência que parece comum entre as policiais, que são problemas relativos à gestação, resultante das exigências das atividades cotidianas. A rotina dos serviços traz complicações às grávidas, como abortos e dificuldades no parto:

> Depois de quatro anos, engravidei novamente. Porém, perdi o bebê com cinco meses. Foi um aborto espontâneo, e o médico da polícia disse que isso é normal em mulheres policiais devido ao serviço que exige muito fisicamente. A gestante precisa de repouso e alimentação adequada, principalmente nos primeiros meses de gestação, o que é quase impossível a uma policial que pode passar horas em pé, sem comer e sem dormir por conta de um turno de serviço. A mulher policial cuida de si quando pode, quando tem *um tempo*. Nós deixamos nossa saúde e nosso corpo em segundo plano.

A autora relata que fez curso de enfermagem movida pelos problemas de saúde de seu pai, os quais acompanhou de perto, tendo cuidado dele no período de convalescença, e porque surgiu uma possibilidade de promoção a sargento PM para quem tivesse cursos na área de saúde:

> Em relação ao curso de auxiliar de enfermagem, decidi fazer porque, em primeiro lugar, quando meu pai adoeceu, fui eu quem cuidou dele, e presenciei muito maus-tratos com os pacientes por parte dos enfermeiros, e em segundo lugar, porque houve um boato de que seria

> aprovada uma lei que beneficiaria os PM, com curso na área de saúde, pois seriam transferidos para outro quadro como sargentos e seus cursos teriam validade de especialização. Muitos colegas fizeram o curso para técnico de enfermagem com esse intuito, porém, depois a tal lei não foi para a frente e, também, descobri que não era isso que queria realmente.

Sobre isso, Nietzsche diz que todos os tipos de vivências são formativas[8] e as vivências arrastam nossas decisões[9]. Amazonas fora *arrastada* ao curso de enfermagem quando enfrentou a doença de seu pai e também movida pela possibilidade de ser sargento. Nietzsche ainda acrescenta: "Está em nossas mãos formar nosso temperamento como um jardim. Plantar vivências, arrancar outras".[10] Amazonas, assim, *arrancou* e *plantou* vivências, desistindo de continuar atuando como enfermeira e planejando fazer outros cursos: "Resolvi que queria gastronomia ou gestão de alimentos, menos nutrição, porque tem muito cálculo. Estou esperando abrir a próxima turma de gestão de alimentos na CEFET ".

Em sua última gravidez, Amazonas relata que também apresentou início de aborto, precisando tomar medicamentos para *segurar* o bebê e, como da primeira vez, teve problemas no parto e precisou ser internada por um tempo, devido a pressão alta. Amazonas também desenvolveu outros problemas que, segundo ela mesma menciona, foram em decorrência do serviço policial, como câncer de mama, que precisou ser retirado mediante cirurgia, além de ter sofrido duas paradas cardíacas.

Suas vivências nas atividades PM deixaram marcas profundas em seu organismo, afetando sua saúde e se manifestando em forma de diversos sintomas.

A autora se questiona, em determinado momento, no que se resumiria sua passagem pela PM, como se estivesse *tendo ouvidos* para suas vivências e tentando ouvir seus ecos, dentro de si:

> Para mim, é difícil pensar em sair da PM. Começo a me perguntar no que deixei de marca da minha passagem pela Instituição, como as pessoas se lembrarão de mim daqui a cinco anos. Será que alguém se lembrará da minha geração? Porque já tenho vinte e dois anos de serviço e se quiser não preciso mais trabalhar. É só aguardar a aposentadoria, mas é complicado.

Sobre ouvir os ecos de nossas vivências, Nietzsche nos declara:

---

8 Nietzsche, *Ecce homo*, Por que sou tão sábio.
9 Idem, 1978, *Aurora*.
10 Idem, 1978, *Fragmentos póstumos*.

> Nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos; de nós mesmos somos desconhecidos – e não sem motivo. Nunca nos procuramos: como poderia acontecer que um dia nos encontrássemos? [...] Quanto ao mais da vida, as chamadas "vivências", qual de nós pode levá-las a sério? Ou ter tempo para elas? Nas experiências presentes, receio, estamos sempre "ausentes": nelas não temos nosso coração – para elas não temos ouvidos.[11]

6.3 Para vestir o belo uniforme azul!

Seu nome é Françoise Adriana Cruz de Assis, casada, com 31 anos de idade, mãe de um casal de crianças e nascida em Chapada dos Guimarães – MT. Ainda adolescente, encantou-se com a profissão de policial militar, pois se acostumou a ver a Banda da PMMT tocando na Igreja de sua cidade natal, desde bem jovem, percebendo e associando a farda à beleza e à alegria da música que traziam. Eram atrações na cidade, quando das festas religiosas. Além disso, a sincronia e a uniformidade chamavam também sua atenção.

Françoise se inspirou numa mulher quando, pela primeira vez, pensou em ingressar na carreira militar. Uma sua vizinha, a qual era cabo PM, ainda jovem, reluzia aos olhos de Françoise dentro de seu uniforme de passeio: saia tubo preta e camisa azul celeste de botões, com sapatinhos envernizados pretos e meias-calças delicadas: "Todos a admiravam e eu também, porque ela parecia reluzir dentro da farda, parecia uma boneca de louça de tão linda e delicada, todos comentavam a mesma coisa quando a viam passando, e as pessoas, inclusive os homens, não ousavam 'mexer' com ela, tinham receio, por ser policial".

E a lembrança do uniforme azul permaneceu viva em sua memória, tanto que, com o passar dos anos, começou a desejar ingressar na aeronáutica brasileira, apoiada por sua mãe que preferia a Força Aérea à Polícia Militar, por medo dos enfrentamentos a que sua filha ficaria exposta na profissão. Enquanto as mulheres de sua família enveredavam para o magistério, Françoise aspirava a outro caminho.

Contudo, não foi somente uma mulher que a inspirou, mas um homem também. Através dele, ela descobriu o outro lado da profissão, de trabalho árduo. Françoise iniciou seu caminho rumo à profissão de policial militar, a princípio impregnada da construção social e histórica de gênero de que Bourdieu e Perrot nos falam em passagem anterior. A essa luz, a mulher é um rosto, um corpo, uma beleza, e o homem está associado a outros traços, que não consideram características físicas, ligados que são ao espaço público, ao trabalho.

---

[11] Nietzsche, 1998. Uma polêmica, Prólogo, §1.

Minha interlocutora por pouco não realizou seu sonho de ingressar na Força Aérea como sargento, porém, entre uma bateria de provas e outra, casou-se, o que não se permitia para ingresso de mulheres àquela época. Deixou, então, esse sonho latente.

A exemplo das Forças Armadas, as mulheres que ingressaram na PMMT nas primeiras turmas, tanto de praças quanto de oficiais, deveriam assinar um termo em que se comprometiam a permanecer solteiras por dois anos, correndo risco de expulsão do quadro caso violassem esse compromisso. Tanto a instituição PM quanto outras instituições militares e civis temiam e temem que a mulher se case, constituindo família, vindo com isso a causar prejuízos aos serviços, o que, como já foi exposto em outro passo, não encontra fundamento legal, nem de fato:

> Declaro, para os devidos fins e legais efeitos, que, atualmente, não sou casada de direito e nem de fato, consequentemente, não possuo filhos. Doravante, caso esta afirmação seja inverdade, estou convicta da minha não permanência no Curso de Formação de Soldados Feminino do ano de 1993, ficando eu passiva de desligamento, pois estarei agindo de má-fé para com a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.[12]

O que predomina no teor deste documento é a importância dada aos filhos, que, de acordo com os papéis que cada um desempenha em sociedade, de homens e mulheres, estariam a cargo e responsabilidade feminina. Por outras palavras, uma mulher pode ingressar numa carreira que exija dedicação exclusiva como a carreira na PM, porém, deve estar disponível, isenta dos cuidados com os filhos, com os quais, por outro lado, não teriam os homens com que se preocupar.

Apesar dessa carga cultural, as necessidades acabam empurrando as mulheres para fora do lar, tendentes a buscar melhor qualidade de vida para sua família. Mesmo com a invisibilidade e a desvalorização sofridas no mercado de trabalho, desde tempos distantes, sua contribuição sempre fora imprescindível para o sustento da casa, arcando ela, inclusive, com os trabalhos pesados, como nos serviços na roça, no corte de lenhas, na morte de animais para preparo da comida. Enfim, a mulher sempre teve participação, senão crucial, pelo menos, em boa parte, com o sustento da casa.

Devido às responsabilidades com a prole, com a casa, com a beleza, com o marido, as mulheres em sua maioria, acabam abandonando sonhos de seguir uma carreira fora do lar. Não conseguem conciliar tantas atribuições com um horário de trabalho e, quando precisam “ajudar” fora de casa, preenchem as vagas do mercado

[12] Declaração colhida de uma soldada PM que, na década de 1990, ingressava no Curso de Formação de Soldados PM em MT.

informal, aquelas que oferecem más condições de trabalho, salários baixos, sem garantia contratual. As mulheres, mesmo com melhor formação escolar que a masculina, preenchem cargos da base da pirâmide das empresas, com salários sempre inferiores aos dos homens, configurando minoria nos cargos decisórios. Elas sofrem, com dificuldades, para encontrar emprego quando são casadas e têm filhos. Sofrem para mantê-los quando engravidam no decorrer do contrato.

Além disso, as mulheres geralmente ocupam as profissões que remetem às características femininas, que, por isso, são desvalorizadas em relação às demais. Elas são a maioria nas profissões associadas às relações humanas, a exemplo da educação, por exemplo, e a minoria naquelas ligadas à tecnologia e à ciência:

> Depois passei a morar em Cuiabá e trabalhava como professora interina, que é uma ocupação com seus altos e baixos, de instabilidade financeira, insegurança. Nessa época, meu primeiro filho tinha dois anos, precisava de médico, de roupas, de alimentação, coisas que não podiam esperar. Quando éramos somente eu e meu marido, vivíamos com o que tínhamos, mas quando os filhos chegam, as necessidades são urgentes, não podem ser deixadas para depois.

Dessa forma, depois de pôr de lado seu sonho de ser militar, ela acabou ingressando pelo caminho que mais temia, de professora, como a maioria das mulheres que conhecia. E no decorrer dos anos, após a chegada de seu primeiro filho, começou a perceber que a renda familiar se fazia insuficiente para tantas despesas que surgiam. Seu salário de professora e o de seu marido já não conseguiam suprir as necessidades da casa e do filho, que crescia, necessitando de escola, roupas, transporte, comida. Enfim, as despesas só aumentavam.

Associando as necessidades cotidianas com aquele sonho que foi deixado submerso, Françoise resolveu ingressar na PMMT e vestir o uniforme azul que tanto admirava. Enfrentou concorrência, uma das maiores da história dos concursos para PM, com 30.000 candidatos, numa fila que exigiu cerca de sete horas para dar conta da inscrição. Além disso, sem apoio familiar, contou apenas com sua força interior, sua *vontade de potência* que a conduziu e a fez vencer todas as provas, tanto teóricas quanto físicas, apesar do corpo de aparência magra e frágil que apresentava:

> Em casa não encontrava apoio de minha mãe que achava que uma mulher como eu, com aparência tão frágil, delicada, não poderia enveredar-se por este caminho, porém prossegui encontrando forças em mim mesma, sem, contudo, ter apoio familiar. Quando passei na prova teórica e contei para minha família, todos disseram que não passaria nas provas de resistência

> física, pois, era muito frágil, franzina. Então, quando passei também nestas provas, liguei em casa avisando e, somente então, minha família percebeu que eu realmente seria uma policial militar, que estava em busca de um sonho que se realizava naquele momento.

Um pensamento comum entre as pessoas é imaginar que, para ser policial militar, é preciso ter aparência física forte, estatura alta, voz grave, porque estes atributos passariam autoridade, sendo culturalmente associadas aos homens, longe de incluírem mulheres. Dessa forma, quando uma mulher se apresenta como a sociedade em geral espera que ela seja, magra, de aparência frágil, jovem, esposa e mãe, torna-se difícil conceber que essa mulher seja ou possa tornar-se policial militar, que possa exercer a profissão de maneira satisfatória. Fora dessa perspectiva, Françoise, que sabia de sua capacidade e de seus limites, almejava a carreira PM, mas não sua família, não sua mãe, que a viam apenas como uma garota frágil.

Suas expectativas foram amenizadas depois do início do curso de formação, porque Françoise tinha receio, a princípio, do que sucederia. Já tinha ouvido diversos comentários negativos sobre a caserna[13], mas depois percebeu que não passavam de exageros. Conta que fez amigos leais e que, em seu pelotão, predominavam as mulheres, mesmo no que se refere ao domínio sobre os demais colegas.

> Meu curso foi muito interessante porque os amigos que fiz durante a formação se tornaram amigos como se fossem de infância. As trocas ocorridas num curto espaço de tempo são tão importantes e qualitativas que é como se nos conhecêssemos há anos! Meu pelotão era conhecido como o "pelotão da mulherada", porque éramos sete mulheres, mais que a média dos outros pelotões. Além disso, tínhamos mais comando que os homens. As coisas só aconteciam como nós queríamos. Por exemplo, quando era preciso decidir a camiseta das olimpíadas, nós apresentávamos uma proposta irrecusável e os colegas acabavam aceitando a nossa. Quando era preciso conversar com um oficial para levar um pedido ou um desejo da turma, escolhiam uma de nós para falar. Enfim, nós sempre decidíamos as coisas do nosso jeito e de acordo com nossa opinião. Também me marcou a união da turma de mulheres durante o curso. Nunca deixamos a outra para trás, estávamos sempre juntas e nos apoiávamos.

Contrariando a perspectiva de que as mulheres não teriam como se destacar na instituição PM, por não apresentarem as características culturalmente consideradas necessárias para exercer a profissão, minha interlocutora menciona que, de forma persuasiva e convincente, as mulheres de sua turma, incluindo a ela mesma, sempre conseguiram direcionar as decisões do grupo, mostrando que outras características

[13] Caserna: ambiente de quartel.

existem entre as mulheres, e são usadas para criação de um espaço de destaque, qualquer seja o universo.

Porém, o universo masculino ainda é, para as mulheres, um espaço envolto em certo mistério, e os homens alimentam a imaginação feminina, tentam mantê-las longe de seu campo de domínio. Mas algumas delas, como minha interlocutora, Françoise, trazem consigo uma força transformadora, que ignora tudo que lhe é posto, imposto, tudo que lhe é apresentado pronto, acabado e se lançam naquilo em que acreditam. Françoise se lançou naquilo que, para muitas mulheres, seria uma aventura: um curso de formação de soldados da PM. E, diante desse desafio, a autora conta que teve de enfrentar o que mais temia desde pequena, quando ouvia histórias de sua avó sobre armas de fogo:

> Quando era criança, minha avó dizia que arma de fogo era "coisa do cão", que se encostássemos nela poderia disparar. Então, quando deparei com uma no curso de formação, olhava para ela e tremia. Na noite anterior à instrução de tiro, não conseguia dormir de medo de pegar numa arma. Além disso, ouvi muitas coisas de colegas homens sobre o armamento. Diziam que era pesado, que podíamos cair para trás com o impulso contrário da arma e até mesmo deslocar o ombro, principalmente com a "doze", por isso não quis mostrar fraqueza, mas estava muito preocupada. Eu e minha colega ficávamos planejando formas de esconder nosso medo e insegurança para não parecermos fracas. Porém, depois que atirei a primeira vez, percebi que não havia mistério algum, que só era preciso seguir as normas de segurança e manuseio do armamento e não haveria perigo. A arma não atirava sozinha, não tinha vida própria!

Mais uma vez, é possível perceber a importância dada à não demonstração de fraqueza, de medo, de incerteza e insegurança. Além de ser uma característica considerada masculina, é também associada à profissão PM, uma vez que esse universo fora construído ao longo de anos pelos homens. Mas Françoise conta que não existe nada que as mulheres não possam fazer, nada que não possam aprender e enfrentar da mesma forma que seus colegas do sexo masculino.

Assim, minha interlocutora se tornava policial militar, aprendendo técnicas e enfrentando crenças, transpondo as barreiras daquilo que estava posto para ela sobre as armas de fogo, aquelas histórias que os homens não ouvem quando crianças, pelo contrário, eles são apresentados às armas por meio de brinquedos e brincadeiras perigosas e eles também aprendem muito cedo a esconder o medo e sua insegurança.

Françoise avalia de forma positiva sua transformação em policial militar durante o curso de formação, mesmo como mulher, como pessoa, não somente como profissional:

> Desse momento em diante, me tornei mais forte, mais confiante nas minhas escolhas, como pessoa e como profissional. Como pessoa cresci no sentido de buscar meus direitos quando me sentisse lesada, de buscar conhecimento das leis para não ser enganada e isso não somente por dinheiro, mas também por justiça, para que outras pessoas não sejam lesadas ou enganadas da mesma forma. Passei a pensar no coletivo e a defender os direitos meus e de todos, como cidadãos.

Ela descreve a descoberta de características dentro de si às quais as mulheres, normalmente, não são apresentadas, como autoconfiança, segurança e perseverança. Além disso, aprende a conviver com o medo, a enfrentá-lo, uma realidade que, de forma geral, as pessoas não conhecem:

> Aprendi que o medo que sentimos quando estamos nas ruas, sem saber o que vem pela frente, nos faz mais fortes, nos torna preparados para enfrentar os problemas da vida em geral. Todos os seres humanos sentem medo, porém a convivência com ele, tão incomum para as outras pessoas, nos torna diferentes delas, transformamos esse sentimento em força interior e, por isso, conseguimos continuar trabalhando; é como um círculo vicioso.

6.4 Redimensionando caminhos

Faço a escuta de minha própria narrativa, partindo do pensamento nietzschiano[14] de que, para conseguirmos tal intento, é preciso fazer esse trabalho como se olhássemos a narrativa de outrem, pois esse comportamento nos dá a tranquilidade necessária para a escuta:

> Sou cuiabana, nascida em 1976, filha de pai paulista e mãe mineira, os quais se conheceram em Cuiabá, durante o curso técnico de contabilidade e se casaram muito cedo, antes dos vinte anos. Permaneceram morando na mesma cidade onde nasci. Três anos depois veio minha irmã e cinco anos depois dela, meu irmão. Sendo filha mais velha, acabei tendo o privilégio, que meus irmãos não tiveram de estudar durante mais tempo em escolas particulares. Estudei boa parte do primeiro grau em colégio de freiras.
>
> Minha infância me lembra nossa fazenda. Passava os fins de semana e feriados com meus dois primos e minha irmã montando a cavalo, tirando leite de vaca, subindo em árvores... Não tinha medo de nada, meu cavalo era o mais arredio, gostava de explorar, de descobrir. Enquanto na escola não era menina de andar em grupos, tinha sempre duas amigas no máximo, era tímida, nunca fazia perguntas em sala, mas sempre tirava

[14] Nietzsche, 1978. *Aurora*, § 137.

> ótimas notas. Em casa tinha todas as bonecas que queria, todas as roupas da moda, viajávamos duas vezes por ano. Minha infância foi rica, farta e divertida.
>
> Quando estava com quatorze anos, nos mudamos para o nordeste, primeiro Aracaju e depois Feira de Santana, por motivo de trabalho de meu pai e, nessa época, vivi minha adolescência da melhor forma possível, conheci culturas diferentes e fiz muitas amizades das quais tenho saudades.
>
> Minha mãe e meu pai sempre me incentivaram nos estudos, e hoje tenho uma noção de inglês, francês e alemão, além de gostar bastante de leitura. Nunca tive dificuldades em provas e testes de conhecimentos, sempre fui uma das melhores, quando não era a melhor aluna da escola. Além disso, meu pai gostava de me levar com ele para tratar dos negócios, dizia que deveria aprender como administrar as coisas, a usar dinheiro e a não depender nunca de marido. Dizia que o melhor marido para uma mulher são os estudos e que eu deveria me casar somente depois que estivesse formada na faculdade. Ele me ensinava a ser independente, perspicaz e a não ter medo de enfrentar o mundo. Minha mãe sempre me contava como ela tinha sido ótima aluna e como gostava de estudar, quanto se arrependia de ter abandonado os estudos e um ótimo emprego em um grande banco por causa de meu pai.

Começo me apresentando, contando como foi minha infância e depois inicio falando de minha adolescência, já em outro Estado brasileiro, em outra realidade. Porém, relato que foram experiências positivas que agregaram valores importantes à minha identidade pessoal. Mostro um pouco da construção do meu *eu*.

Inicialmente, destaco as vivências que demonstram de alguma forma sua importância no direcionamento da profissão de oficial da polícia militar, como a influência do meu pai quando dizia sobre a importância dos estudos, da faculdade e da independência em relação ao marido. Também da minha mãe, quando me contava que sempre fora ótima aluna e quanto se destacou na escola. Tudo isso despertou em mim o interesse em fazer uma faculdade e foi decisivo para que eu buscasse minha independência financeira como mulher e o destaque como profissional.

As vivências na fazenda em brincadeiras de descobertas e enfrentamento do perigo se embrenhando em matas e montando animais arredios mostrava o gosto pela aventura e me fez entender que não havia barreiras para mim no mundo, pelo menos nada que outras pessoas também não pudessem realizar. Foi assim que fiquei sem entender e deparei com a primeira e marcante demonstração de preconceito e discriminação que a mulher sofria no mundo:

> Eu não tinha a mínima noção do que era ser policial militar. A única coisa que me chamava atenção era que teria minha independência financeira logo no primeiro ano de curso, pois receberia salário, seria respeitada, seria uma profissional. Mas o fato de usar farda pesou bastante, porque sempre quis usar uma. No começo, queria que fosse da aeronáutica, mas como me disseram, certa vez, que as mulheres não poderiam pilotar

> aviões, fiquei muito decepcionada, sem entender porque tanta restrição às mulheres, se eu sentia em minha alma que poderia fazer qualquer coisa a que me propusesse! Por isso, havia desistido de esperar que mulheres pudessem pilotar aviões e resolvi descobrir esse universo policial.

No trecho seguinte é possível perceber que ingressar na Polícia Militar não foi algo planejado, pois, a princípio, tentei o curso de Direito:

> No meio do ano letivo, tentei o concurso vestibular para Direito na UFMT, no entanto não fui aprovada. Depois disso, fiquei desanimada, pensei que não conseguiria passar tão cedo!
>
> Resolvi então me inscrever para CFO. Treinava todos os dias com a minha amiga para o teste de capacidade física, mas eu era muito ruim. Passava mal sempre que saíamos para correr na rua! Mas a idéia de ter uma carreira, de ser independente, de ser "alguém na vida" me fazia ter coragem para enfrentar as provas! Na época, não sabia ao certo o que significava me tornar policial militar, mal sabia a diferença entre polícia militar e civil, mas sabia que seria bom para mim. Pensava que tudo me seria ensinado no curso e que tudo era possível de aprender para ser uma boa oficial de polícia.

Como não passei no Vestibular para Direito e com receio de perder tempo fora do mercado de trabalho, além disso acalentando ainda aquele sonho de vestir uma farda, somado às dificuldades que enfrentava em casa, acabei por seguir os incentivos de colegas de terceiro ano do segundo grau, cuja família mantinha tradição na PM. Fica ainda claro, em minha narrativa, que não tinha noção sequer do que seria a profissão de PM, que não entendia a diferença entre PM e polícia civil, mas, para mim, a diferença mais importante era a farda. Essa foi uma das forças que me impulsionaram e me possibilitaram me tornar policial militar: o desejo de usar farda. Além disso, ser funcionária concursada e policial militar significavam segurança financeira e status social, o que eu priorizava naqueles tempos.

> Quando retornamos a Cuiabá, estava com dezesseis anos. Era o ano de 1993. Nessa época, não contávamos com a presença de meu pai e assim permaneceria ainda algum tempo. Minha mãe sustentava a casa e três filhos com um salário de professora de educação infantil. Apesar disso, ela me manteve numa escola particular. No terceirão, estudei com um casal, filhos de um coronel da Polícia Militar. Tornamo-nos amigos e a menina sempre me contava de sua vontade de tornar-se oficial da PM. Falava das vantagens e que seria a primeira turma a admitir mulheres em nosso Estado.

Destaco ainda que a mudança da situação financeira foi outra vivência importante para o interesse pelo Curso de Formação de Oficiais, que oferecia salário desde o ingresso e status profissional de servidor público, além da estabilidade

financeira. Ou seja, fica reforçado que não foi um sonho acalentado, mas o retorno do que esteve latente, quando quis ingressar na aeronáutica, e depois uma questão de necessidade financeira, que me conduziram até às portas dos quartéis PM, tendo sido essa decisão reforçada pelas falas de colegas de escola.

Durante o curso, ficavam evidentes algumas mudanças que caracterizavam a policial militar que surgia em mim, sempre preocupada em mostrar firmeza nos gestos e no olhar, misturada a menina de aparência magra e frágil — traços que causavam certa desconfiança quanto às habilidades necessárias a uma oficial PM —, que, no entanto, não me impediram de ser uma aluna e depois uma profissional dedicada:

> Em geral, o curso foi uma barra! Correria, esforço físico, superação das dificuldades, muito estudo e desentendimentos internos que tínhamos que superar, além dos estágios e da competição entre colegas pela melhor colocação. Pressão física, mas, principalmente, psicológica.
>
> Durante o curso adquiri ótimo condicionamento físico, reflexos rápidos, aprendi a importância da entonação de voz, do aperto de mão firme e do olhar direto para demonstrar segurança e autoridade. Tirei ótimas notas em quase todas as disciplinas e fiquei muito bem classificada ao final do curso, mas até hoje me dizem que pareço meiga e delicada, o que realmente acredito ser, mas isso não me impediu de ter êxito na carreira.

A rotina do curso foi decisiva para a construção dessas características e, mais uma vez, a narrativa demonstra o desconhecimento do que me aguardava no curso:

> Lembro-me de uma história que o pai da minha colega contava. Quando fez Academia, precisou comer folha de bananeira, mas sua carreira havia sido tão gratificante que, se fosse preciso, passaria por tudo novamente. E isso era engraçado para mim e soava como uma piada, pois jamais poderia conceber tal exigência de comer folhas de árvores! Mal sabia eu que teria de passar por treinamentos de sobrevivência na mata.

As vivências da rotina da Academia de Polícia durante o Curso de Formação de Oficiais marcaram minha memória e destaco a interferência importante de uma mulher oficial que, com suas atitudes para comigo, contribuiu para que me tornasse uma policial militar:

> Alguns episódios marcaram em minha memória, como no dia em que me apresentei na Academia, quando um oficial se dirigiu a mim dizendo que se não conseguisse prender meus cabelos, que eram longos e esvoaçantes, que teria de cortá-los, ou quando chorava enquanto fazia apoio no chão de concreto quente que fazia arder minhas mãos e uma tenente me disse que deveria engolir meu choro.

Pois, para Nietzsche, “[...] as vivências mais admiráveis, mais instrutivas, as vivências decisivas, são exatamente as vivências cotidianas, que estas constituem justamente o grande enigma que cada um tem sob os olhos, mas que poucos compreendem como sendo um enigma, [...]”.[15]

Em seguida, passo a expor sobre minha trajetória profissional já como oficial PM, experiências que adquiri nas unidades que passei e funções que exerci ao longo da carreira. Nesse período da narrativa, mostro que tinha consciência de meus limites físicos e buscava compensar de outra forma, usando de estratégias no atendimento de ocorrências.

Assim como houve uma vivência motivadora ao longo da carreira que me incentivou a me aperfeiçoar e a me dedicar ao serviço PM, que foi um convite e meu ingresso como piloto de helicóptero no antigo Grupamento Aéreo, — e isso remonta à primeira preferência que tive pela aeronáutica, como piloto de aviões a que aspirei me tornar e de certa forma, naquele momento, conseguia realizar — em contrapartida, minha saída de lá foi uma vivência redimensionadora, que mudava minha rota na Polícia Militar: “Até que um dia, o comando do Grupamento Aéreo foi trocado, e o novo comandante me informou que naquele dia estava me apresentando no Comando-Geral. Foi um choque que tive que superar! E não havia nada que eu pudesse fazer! Desse dia em diante, algo mudaria dentro de mim”.

Essa vivência foi tão marcante que tem me conduzido a um sentido diverso do iniciado na Academia de Polícia Militar Costa Verde. Desde aquele momento, comecei um processo de busca e de reflexão sobre diversas questões, primeiramente atinentes às mulheres — o que inclusive me trouxe ao mestrado —, depois no tocante a escolhas a que somos levados, determinados a fazer. Graças a esse acontecimento, terminei minha faculdade em ciências sociais, escrevi um livro, fiz uma especialização e passei a pensar a Polícia Militar e as mulheres PM como quem cria valores, conceitos, como quem redimensiona seu próprio universo. Refletindo sobre meu mundo, deixei de ser uma “ressentida” e de ter atitudes “fracas”, deixei de agir sobre o que estava posto à minha frente e sobre mim, iniciei um processo de *transvaloração dos valores*. Aquele “choque” me fez renascer em outra atividade na instituição, como nova mulher policial.

---

[15] Nietzsche, 1978. Sobre o futuro de nossas instituições de ensino, § 5.

6.5 Breve análise das vivências

Através das escutas apresentadas, minha intenção foi mostrar a singularidade das mulheres policiais — em primeiro plano — e, por meio de suas narrativas, trazer à memória da leitora, lembranças de suas próprias trajetórias. Porém, em um segundo momento, o trabalho pode alcançar também as vivências e lembranças masculinas, quando se considera que o curso e os espaços geográficos são os mesmos.

Esses fatos, que nos despertam sensações orgânicas, como diria Nietzsche, que fazem com que rotas de vida sejam redimensionadas, que nos levam a escolhas determinadas por caminhos diferentes do que vinha sendo traçado até então, esses fatos, que marcam a memória e promovem mudanças de trajetórias, são sinais e manifestações das vivências em nós.

Além de mostrar a singularidade das interlocutoras apresentadas e a riqueza que cada uma tem a compartilhar, vieram à tona aspectos que compõem a minha perspectiva:

1) O **desejo de estabilidade** financeira, mencionado nas narrativas como um dos fatores motivadores para ingresso na PMMT, mesmo nos casos em que a família não apoiasse: as mulheres são desestimuladas pelos familiares a seguir carreiras que lidem diretamente com a violência ou que tenham culturalmente a força física como seu principal instrumento de trabalho, mesmo que haja nelas um desejo latente. Parece que, quando uma dificuldade concreta lhes incomoda, é despertada a força para enfrentarem barreiras sociais que começam na própria família.

2) **Personagens femininos** aparecem nas narrativas como lembranças marcantes e que fizeram a diferença na superação das dificuldades encontradas pelas autoras: os cursos de formação são etapa importante no tornar-se policial militar, e essas mulheres frisaram que, nos momentos decisivos, figuras femininas surgiram para lhes mostrar que a superação é possível e que depende de encontrarmos forças em nós mesmas. As mulheres, como nos lembra Beauvoir[16], normalmente são desmotivadas a

[16] 1980.

encarar as dificuldades da vida, a enfrentar seus problemas sozinhas. Pelo contrário, são incentivadas a se portar como vítimas das situações e esperarem que alguém — um homem — venha lhes socorrer. Porém, quando estão num curso de formação PM, são postas à prova, assim como os homens, diante das mesmas dificuldades, tendo que superá-las sozinhas, e esse tem sido importante aprendizado para essas mulheres que se tornam policiais militares.

3) A **tensão entre o si-mesmo e o corpo de tropa** das formações que compõem as polícias militares e às quais as mulheres têm que se encaixar, é outro desafio para elas. A instituição PMMT inseriu as mulheres em suas fileiras, porém sem aceitar as implicações que as características femininas exigem. Por outro lado, as mulheres ganham por conhecer o universo masculino, tanto participando ativamente dele, quanto por desenvolver suas características culturalmente atribuídas, o que lhes confere, às mulheres, versatilidade de deslocamento de um a outro universo. Esse fato, como já foi discutido com Butler[17], é observável através das subversões que, vez ou outra, se desenrolam no palco dos acontecimentos.

4) Exemplo dessa **dificuldade, que as instituições têm em incorporar as mulheres** em suas fileiras, é a gestação. Fenômeno fisiológico do corpo feminino, encontra respaldo em diversas legislações trabalhistas, até mesmo, é previsto em normatização específica na PMMT. No entanto, uma pressão é exercida sobre as mulheres, desde os cursos de formação até às atividades profissionais, que torna algo natural em um fato vergonhoso, nos casos extremos. Isso porque ainda existe a negação em repensar as necessidades que esses corpos femininos trazem consigo, que clamam por recriar espaços, universos, missões, atividades, formas diversas de enxergar o palco da vida e da profissão. Tudo isso exige um olhar diferente, o que, desde o ingresso delas, tem sido criteriosamente ignorado e reproduzido de forma cruel.

[17] 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber, neste trabalho, que as vivências das atividades de Polícia Militar para as mulheres são transformadoras de identidade, corpos e movimentos, e têm construído um universo singular: o universo da mulher policial militar. Nesse sentido, a otobiografia, sustentada pelo conceito de vivência de Nietzsche, mostrou-se um método que alcança as necessidades da pesquisa, por seu tom autobiográfico, que preserva a individualidade de cada participante, ao mesmo tempo em que torna possível traçar repetições nas experiências dessas profissionais.

Através da escuta das vivências e do levantamento bibliográfico, observei que as mulheres começam a buscar modelos femininos na Polícia Militar de Mato Grosso, porém, como vivem cercadas de contradições e dilemas, relutantes em admitir sua identidade tão singular, o modelo masculino permanece dominante. Em contrapartida, a instituição reflete esse dilema fechando os olhos para as necessidades e características inerentes dessas profissionais, pressionando-as através de condições reais de trabalho inadequadas e que insistem em desconsiderar ou desvalorizar as diferenças entre os sexos. Além disso, as próprias mulheres têm dificuldades em entender esse fato, tomando posturas baseadas em valores masculinos, nos julgamentos de si mesmas e de outras.

Neste trabalho, verificou-se que a Instituição PMMT ainda reflete contradições sobre a existência do efetivo feminino em sua fileira, pois, desde sua inclusão, deixa clara uma dissonância entre a missão estipulada e as reais condições e dimensões que a situação feminina tomou no âmbito da segurança pública ostensiva. Mesmo que se opte por observar melhoria e conquista de espaço nesse campo de atividade, o tratamento destinado às mulheres por seus pares e superiores ainda reflete certa incompreensão e não aceitação das diferenças entre os profissionais de sexo distinto.

Essa não aceitação fica demonstrada nas narrativas das interlocutoras que mencionam sempre experiências de dificuldades como marcos em sua trajetória, que se

transformam em forças criadoras, motivadoras em suas carreiras; chegam a ser vistas como positivas em suas vidas, pois as impulsionam na conquista de espaços e na ressignificação de suas vivências.

As forças marcantes nas mulheres ouvidas neste trabalho foram, principalmente, aquelas criadoras, porque precisaram enfrentar obstáculos postos a elas, tanto pela sociedade como pela Instituição PMMT, de diversas formas e, mesmo diante deles, não desistiram. Elas sabem que podem e criam seu próprio caminho, independentemente da opinião alheia, de familiares, da sociedade e da própria PM. E, a partir daí, criam um universo diferente, investem em si mesmas e são os potenciais modelos a serem seguidos. Assim como em algumas narrativas já se mostraram evidentes figuras femininas que inspiraram e inspiram ainda essas profissionais, deixando claro que os modelos de mulher PM começam a tomar forma e são uma perspectiva para gerações vindouras.

A mulher PM tem priorizado *forças* espontâneas, agressivas, expansivas, criadoras de outras formas, interpretações e direções, *forças* que antecedem mera adaptação ao meio que encontram pronto e acabado. Elas sabem que têm essa força, sentem, dentro de si, que podem mais do que a sociedade de *ressentidos* lhes oferece e, superando todas as expectativas, alcançam seus sonhos, invadindo o universo masculino que predomina na PM.

Por questão de sobrevivência a esse meio hostil, no limite, a mulher tem adotado o modelo masculino, porém sua individualidade sempre se manifesta, vez ou outra, subversiva, mostrando que não existe a mulher policial militar, mas existem as mulheres policiais militares, com suas características peculiares do sexo e com singularidades de cada pessoa. Elas tiveram que se apegar a um padrão que encontraram construído há 148 anos, quando da criação da PMMT. Agora, constroem seu próprio padrão, baseadas nas experiências adquiridas na carreira, apoiadas em conhecimento técnico, redimensionando caminhos quando encontram barreiras pela frente e persistindo, mesmo diante das dificuldades.

É claro que ainda há vitórias a serem alcançadas, como o fim do limite de vagas para ingresso nos cursos de formação, o fim do limite para promoção — que, apesar de a lei não estipular, vem sendo sistematicamente seguido, o que tem criado um teto de vidro na instituição —, cuidados com equipamento e instalações que atendam às necessidades e peculiaridades femininas como armamento, colete, uniforme, alojamento, banheiro, etc.. E apesar de a PMMT ainda não ter definido o que pretende

com a inserção das mulheres em suas fileiras, as mulheres sabem o que querem: espaço, liberdade, valorização profissional, estabilidade financeira e realização. E a PMMT é mais uma conquista.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alice Rangel de Paiva. Especialização flexível e gêneros: debates atuais. **Revista São Paulo em perspectiva**. São Paulo: SEADE, v. 8, jan/maio de 1994.

ABRAMO, Lais. **Custos do trabalho de homens e mulheres na América Latina:** mitos e realidade. 12 fev. 2001. Disponível em <http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/trabalho_educacao/CUSTOS%20DO%20TRABALHO%20DE%20HOMENS%20E%20MULHERES%20NA%20AMERICA%20LATINA%20-%20OIT.pdf> Acesso em 1º-2-06.

_____. A situação da mulher latino-americana. In: SOARES, Vera; CAPPELIN, Paola; DELGADO, Didice, G. (Org.). **Mulher e trabalho:** experiências de ação afirmativa. São Paulo: Boitempo, 2000.

AMORA, Antônio Soares. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1997.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Decreto-Lei n. 667 de 2 de julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território, e do Distrito Federal, e dá outras providências. D.O.U. de 3-7-69. Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/3sch/IGPM/site%20IGPM/web%20site/html/legislação.htm> Data: 26 de fevereiro de 2009.

_____. Decreto-Lei n. 2106, de 6 de fevereiro de 1984. Altera Decreto-Lei n. 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências. D.O.U. de 7-2-84. Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/3sch/IGPM/site%20IGPM/web%20site/html/legislação.htm> Data: 26 de fevereiro de 2009.

_____. **Constituição.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Código Penal Militar**. Brasília: Senado Federal, 1969.

BOURDIEU, Pierre**. A dominação masculina**. Traduzido por Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O poder simbólico**. Traduzido por Fernando Tomaz. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

COSTA, Naldson Ramos da. **Violência policial, segurança pública e práticas civilizatórias no Mato Grosso**. Tese do Doutorado em Sociologia, UFRGS. Porto Alegre – RS: 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

LEBRUN, Gerard. **O que é poder?** 14. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

MARTINS, Emirella Perpétua de Souza. **Qual é o gênero do atendimento policial militar para as ocorrências de violência contra a mulher?** Um estudo no 10°BPM. Cuiabá: UFMT, 2008. (Monografia), Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

MARTON, Scarlett. **A irrecusável busca de sentido**: autobiografia intelectual. Cotia, SP: Editora UNIJUÍ, 2004.

MATO GROSSO. Lei Complementar n. 160, de 23 de março de 2004 - D.O. 23-3-04. Fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

_____. Lei Complementar n. 231, de 15 de dezembro de 2005 - D.O. 15-12-05. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Mato Grosso.

_____Decreto n. 1.329, de 21 de Abril de 1978. Aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (RDPM/MT).

_____. Decreto n. 273, de 20 de outubro de 1983. Cria, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, o Pelotão de Polícia Militar Feminina.

_____. Lei n. 7.188, de 26 de novembro de 1999. Amplia o efetivo da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, modificando dispositivos da Lei n. 5.514, de 25 de setembro de 1989, e dá outras providências. Justificativa.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Polícia e sociedade; n. 3).

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**: sociologia da força pública. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade; n10/Organização: Nancy Cárdia).

MONTEIRO, Silas Borges. **Quando a pedagogia forma professores. Uma investigação otobiográfica.** São Paulo: USP, 2004. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Otobiografia como escuta das vivências presentes nos escritos.** Salvador: CIPA, 2006. Texto apresentado no II CIPA (Congresso Internacional de Pesquisa Autobiográfica) na Bahia, setembro de 2006.

MONTEIRO, Ubaldo. **A Polícia de Mato Grosso**. Cuiabá, 1985.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES**,** Barbara Musumeci**. Boletim Segurança e Cidadania**. Polícia e gênero***:* presença feminina nas PMs brasileiras. Rio de Janeiro: CESEC, 2004. Disponível em <http://www.cesec.ucam.edu.br.pdf> Acesso em: 28 ago. 2004.

_____. Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005. Coleção Segurança e Cidadania.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Ecce Homo**: como alguém se torna o que é. Trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Obras Incompletas**, coleção "Os Pensadores". Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 2ª edição, 1978.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PMMT. Quadro Demonstrativo de Efetivo Geral da PMMT, de 11 de abril de 2008. Diretoria Adjunta de Recursos Humanos.

SAFFIOT, Heleieth Iara Bongiovani. **O estatuto teórico da violência de gênero**. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. (Org.) Violência em tempo de globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SALINA, Inocência. **A trajetória da mulher policial e o seu cotidiano numa dupla jornada em Cuiabá-MT** (1995-2002). Cuiabá: Unirondon, 2003. (Monografia), Faculdade de Ciências Sociais.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOARES, Vera; CAPPELIN, Paola; DELGADO, Didice, G. Introdução. In: __. (Org.). *Mulher e trabalho:* experiências de ação afirmativa. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 8.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo